Abrir portas onde se ergue…os Director: David Pontes **Quinta-feira, 19 de Setembro de 2024** • Ano XXXIV • n.º 12.558 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **1,50€**

Médio Oriente
Mossad pôs explosivos em 5000 *pagers* do Hezbollah
Mundo, 22/23

Azambuja
Um dia após o ataque: "Quando me fui deitar, havia sangue nos meus pensamentos"
Sociedade, 16/17

Música
Há 25 anos que a NAMM pôs Barroselas no mapa ao som dos festivais de metal
Local, 19

NELSON GARRIDO

Incêndios
"A gente não consegue sair, enquanto não vir que o fogo se apaga"

Montenegro anuncia equipas para investigar fogos que existem há três anos
Destaque, 2 a 7 e Editorial

Navio português transporta carga para armas de Israel

Entrevista Em declarações ao PÚBLICO/Renascença o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, revela a carga polémica do navio com bandeira portuguesa • Olivença, afirma, "é um ponto que não está na agenda" Política, 12/13

Concorrência
Bancos invocam prescrição para evitar coimas do cartel da banca

Cinco dos 11 bancos sancionados por troca de informação com o objectivo de falsear concorrência apresentaram pareceres Economia, 27

Finanças
Governo adia entrega do plano orçamental a Bruxelas
Economia, 26

Moçambique
Frelimo e Renamo acusados de acordo secreto

Centro de Integridade Pública diz que Nyusi negociou acesso ao poder para evitar que Momade venha a denunciar fraude Mundo, 24

ISSN-0872-1556

Há mais de 70 incendiários detidos nas prisões, número tem vindo a subir

Dois dos 77 incendiários privados de liberdade estão em prisão domiciliária. Números desactualizados com detenções recentes

Ana Cristina Pereira

Nunca houve tanta gente privada da liberdade pelo crime de incêndio florestal em Portugal. Segundo a Direcção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais (DGRSP), no princípio desta semana estavam 74 pessoas dentro das prisões, uma (inimputável) internada numa unidade hospitalar e duas confinadas às suas casas sob vigilância electrónica, o que dá um total de 77.

De acordo com o Código Penal, quem provoca incêndios em matas, pastagem, formações vegetais ou terreno agrícola incorre numa pena de um a oito anos de prisão. Se tal conduta criar perigo para a vida ou a integridade física de alguém ou para bens patrimoniais alheios de valor elevado, a pena vai de três a 12 anos.

Na terça-feira à noite, depois de deixar uma mensagem de agradecimento aos bombeiros e de homenagear as vítimas mortais, o primeiro-ministro falou nas "coincidências a mais" na origem do elevado número de incêndios florestais dos últimos dias e prometeu consequências para os criminosos. "Não podemos perdoar a quem não tem perdão", declarou Luís Montenegro no final de um Conselho de Ministros. E deixou um avisou àqueles que "em nome de interesses particulares são capazes de colocar em causa os direitos, liberdades e garantias e a própria vida dos cidadãos": "Não os vamos largar."

Em 2014, os estabelecimentos prisionais somavam 36 incendiários. Com o passar dos anos, esse número foi subindo: 39 em 2015; 40 em 2016; 39 em 2017; 42 em 2018 e em 2019; 47 em 2020, 2021 e 2022; 50 em 2023. Agora, estão 58 a cumprir pena efectiva e 16 a aguardar julgamento na prisão. E a DGRSP nada diz sobre a aplicação do programa de reabilitação, que teve início há seis anos.

Multiplicação de detenções

Por estes dias em que uma parte do país está a arder, o número de incendiários privados de liberdade depressa fica desactualizado. Sucedem-se as notícias sobre ocorrências e detenções.

Ontem, a Polícia Judiciária deteve um homem de 54 anos suspeito de ter ateado o incêndio florestal que deflagrara na véspera na localidade de Bunheiro, Murtosa. O Departamento de Investigação Criminal de Aveiro está convencido de que recorreu "a chama directa". Não conseguiu "determinar qualquer motivação racional ou explicação plausível para a prática dos factos em investigação, actuando o suspeito num quadro de dependência alcoólica".

No dia anterior, o Departamento de Investigação Criminal de Leiria deteve um homem, de 39 anos, pelo incêndio florestal que deflagrou na segunda-feira na freguesa de São Mamede, município da Batalha. Também este suspeito se serviu de um isqueiro para atear um incêndio numa mancha florestal adjacente. Nesse mesmo dia, foi anunciada a detenção de um homem de 55 anos que será responsável pelo incêndio que principiou na madrugada de 15 de Setembro em Cacia, Aveiro.

Quem percorre os comunicados que a Polícia Judiciária tem publicado no seu *site* conta 21 detenções desde 1 de Janeiro até 31 de Agosto. Neste mês, já deu conta de mais 15 – além de Murtosa, Leiria e Aveiro, houve detidos em Santo Tirso, Valongo, Alvaiázere, Condeixa-a-Nova, Montalegre, Braga, Mondim de Basto, Loures, Tabuaço, Murça ou Vila Nova de Gaia. Ontem, a GNR emitiu um comunicado em jeito de balanço. Contabilizou sete detenções pelo crime (não doloso) de incêndio florestal entre o dia 14 e a madrugada de 17 de Setembro. Desde o início do ano, eram 33.

As Estatísticas da Justiça revelam que poucos casos chegam à barra dos tribunais. Menos ainda resultam em condenações: 104 pessoas condenadas em 2015, 125 em 2016, 130 em 2017, 173 em 2018, 122 em 2019, 77 em 2020, 138 em 2021, 95 em 2022. Além de poucas, as condenações são mínimas. No universo descrito no parágrafo anterior, quase metade (47%) foi sentenciada a uma pena de prisão suspensa. Grande parte (39%) ficou-se por uma multa. Só 5% expia com

*a que se somam mais 16 em prisão preventiva

Solicitações de penas e medidas com vigilância electrónica no âmbito do contexto de crime de incêndio florestal

	CRIME DE INCÊNDIO		CRIME DE INCÊNDIO (INIMPUTÁVEIS)		GERAL
	Suspensão da execução do processo	Liberdade condicional	Suspensão da execução do processo	Liberdade condicional	
2018	3	1	0	0	4
2019	2	1	0	0	3
2020	2	1	0	0	3
2021	3	3	0	1	7
2022	5	2	0	0	7
2023	7	2	1	0	10
2024	2	0	0	0	2

Fonte: Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e Ministério da Justiça PÚBLICO

NELSON GARRIDO

uma pena de prisão efectiva.

Desde 2017, a lei prevê que incendiários imputáveis condenados a menos de dois anos de cadeia possam cumprir de forma intermitente a sua pena durante o Verão e em casa, com pulseira electrónica. Antes, só os incendiários considerados inimputáveis podiam ser internados nos meses de risco. Essa medida nunca foi muito popular entre juízes. A DGRSP menciona quatro solicitações de vigilância electrónica em 2018, três em 2019, três em 2020, seis em 2021, sete em 2022, dez em 2023, duas em 2024. Nesses anos, só dois inimputáveis beneficiaram desta medida – um em 2021 e outro em 2023.

A DGRSP também revela que há sete incendiários a cumprir penas a favor da comunidade. Desde 2018, só houve dois anos com mais pessoas nessa situação: nove em 2019 e dez em 2022. O Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça ajuda a entender características elementares dos incendiários-réus: são quase sempre homens (84%) e têm idades diversas, embora grande parte (32%) tenha mais de 50 anos. Desde 2004, a PJ alimenta uma base de dados sobre quem pratica crimes desta natureza. Por esta altura, a lista já contém mais de 800 nomes, que vão ajudando os investigadores a compreender a evolução dos perfis dos incendiários e as novas tendências criminais.

Grupos de Trabalho para a Redução das Ignições em Espaço Rural

Montenegro anuncia equipas para investigar fogos que existem há três anos

Mariana Oliveira

O primeiro-ministro, Luís Montenegro, anunciou na terça-feira, no final de um Conselho de Ministros extraordinário, a criação de “uma equipa especializada em aprofundar com todos os meios a investigação criminal à volta dos incêndios florestais”, provavelmente esquecendo-se de que há três anos foram criados dois Grupos de Trabalho para a Redução das Ignições em Espaço Rural que tinham precisamente o objectivo de “reforçar a investigação dos incêndios rurais, em especial nos territórios com elevados níveis de causalidade indeterminada ou com causas de tipologia dolosa”.

Segundo o despacho que criou os dois grupos, um na região Norte e outro no Centro, publicado em Setembro de 2021 no *Diário da República*, estes são compostos por um representante da Polícia Judiciária (PJ), outro da Guarda Nacional Republicana (GNR) e por um responsável do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF). “Têm como missão aumentar a eficiência no apuramento do número de causas de incêndios florestais e garantir uma eficaz vigilância do uso indevido do fogo, com vista à redução do número de ignições em espaço rural”, lê-se no despacho assinado pela então ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, e pelos secretários de Estado das Florestas e da Administração Interna.

Esses grupos, um com sede em Vila Real e outro na Lousã, terminavam o mandato no final do ano passado e, antes de tal acontecer, o anterior Governo prolongou o funcionamento destas equipas até ao final de 2025. Nesse despacho, publicado já este ano, destacam-se os “reconhecidos resultados nas respectivas áreas de actuação, beneficiando da articulação com diversas entidades, o que permitiu trocas de informação com maior celeridade e eficácia e foi determinante para a diminuição substancial das ignições com causa indeterminada, o que, ao nível da prevenção, permite actuar de forma mais eficaz e direccionada, e para o aumento substancial das investigações com causa dolosa, culminado na identificação dos seus autores”.

Especifica-se até que os “relevantes resultados alcançados por estes dois grupos de trabalho são reconhecidos no relatório de actividades de 2023 do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais”. Aí lê-se: “Destaca-se também a actuação de grupos de trabalho de redução de ignições, compostos pela PJ, GNR e ICNF, que desenvolveram acções ao nível da investigação local de causas de incêndio, dissuasão e sensibilização junto das comunidades locais.” Isto no ano com o valor mais reduzido em número de incêndios desde 2001.

O gabinete do primeiro-ministro foi contactado ao fim da tarde pelo PÚBLICO para saber se Montenegro conhecia a existência dos Grupos de Trabalho para a Redução das Ignições em Espaço Rural e, em caso afirmativo, o que diferencia estas equipas das que o Governo anunciou. Até ao fecho desta edição, não obtivemos qualquer esclarecimento.

Estatísticas oficiais desmentem Luís Montenegro

Mas, a crer nas palavras do primeiro-ministro, que apareceu a culpar “os criminosos” e a falar em “coincidências a mais” e em “interesses” nos fogos florestais, parece que a maioria dos incêndios florestais tem origem intencional. “Há interesses que sobrevoam estas ocorrências e tudo vamos fazer para os identificar e levar às mãos da Justiça”, afirmou Montenegro, depois de repetir: “Não vamos largar estes criminosos.”

Não é, contudo, isso que nos dizem as estatísticas oficiais. Este ano, até ao final do mês passado, das ocorrências investigadas para as quais foi possível encontrar uma causa, apenas 31% diziam respeito a crimes intencionais. A maior fatia dos incêndios (35%) estava associada ao uso do fogo, nomeadamente às queimas e queimadas de vegetação ou lixo ou à renovação de pastagens, revela o último relatório do ICNF. As causas acidentais relacionadas com o uso de maquinaria ou ignições nas linhas eléctricas deram origem a 16% das ocorrências e a queda de raios a 1%. Os reacendimentos foram responsáveis por 5% das ignições com causas apuradas e 12% couberam no campo “outras causas”.

Mais de 100 mil hectares ardidos

Condições meteorológicas para o combate às chamas vão melhorar

Aline Flor

“As próximas 24 horas vão continuar muito complexas”, foram as palavras de André Fernandes, comandante nacional de Emergência e Protecção Civil, ontem à noite, ao final de mais um dia de intensos incêndios – as mesmas palavras ouvidas nas conferências de imprensa de balanço dos dias anteriores. Ao início da noite, havia mais de 125 fogos activos e mais de 50 concelhos mantinham-se em risco máximo de incêndio. O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) prevê que a chuva possa chegar amanhã às zonas mais afectadas.

Continuavam ontem a motivar maior preocupação os incêndios activos em Sever do Vouga, distrito de Aveiro; Castro Daire, Penalva do Castelo e Nelas, em Viseu; e Vila Pouca de Aguiar, Vila Real.

Houve também boas notícias: os incêndios em Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, Baião e Gondomar estavam dominados e na fase de resolução.

Desde segunda-feira, foram registadas sete mortes – cinco que a Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil atribui directamente aos incêndios e outras duas que foram noticiadas, atribuídas a paragem cardíaca, mas que também ocorreram em contexto de incêndio. Ontem não houve registo de mais vítimas mortais. Mas “as próximas 24 horas vão continuar muito complexas”, relembrava o comandante André Fernandes.

Para André Fernandes, comandante nacional de Emergência e Protecção Civil, situação ainda é complexa

O Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais (EFFIS, na sigla inglesa) estimava que a área ardida desde o início do ano fosse, até ontem, de 106 mil hectares.

Contudo, de acordo com informações do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), também actualizadas ontem, os dados provisórios apontavam para 109.302 hectares. Entre estes, mais de 92 mil hectares ardidos em apenas dois dias

No terreno, as Forças Armadas reforçaram a capacidade de apoio, com cerca de 250 militares a juntarem-se aos mais de cinco mil operacionais que actuam no combate aos fogos.

Também o Estado espanhol tem prestado apoio. Foram enviados 248 operacionais e 82 meios aéreos para auxiliar os bombeiros portugueses que combatem as chamas no Norte e Centro do país.

O IPMA prevê que nos próximos dias as condições meteorológicas comecem a facilitar o combate aos incêndios. O vento vai deixar de ser “tão quente e seco”, menos intenso e passará a soprar “de sul e depois de oeste” em todo o território – vai tornar-se menos volátil e imprevisível a propagação das chamas, afirmou a meteorologista Patrícia Marques, do IPMA, em declarações ao PÚBLICO na tarde de ontem.

“Tudo aponta para uma melhoria nas condições meteorológicas para o combate aos incêndios”, assegurou a especialista. O IPMA prevê a ocorrência de aguaceiros a partir de hoje na região Sul, mas no Norte e Centro a chuva só deve chegar amanhã.

Horas difíceis em Águeda e Gondomar

“A gente não consegue sair daqui, enquanto não vir que o fogo se apaga”

Reportagem

Daniela Carmo Texto
Nelson Garrido Fotografia

O rasto de devastação em Águeda não se limita à nuvem de fumo que paira no ar. Autarca fala em dez casas afectadas por chamas

Carina Figueiredo vem a correr, de mãos na cabeça, enquanto chama pelo pai, que já não a ouve. Confiante e com movimentos rápidos, o homem conduz uma miniescavadora e vai abrindo caminho por entre o mato à frente de casa, onde bombeiros e populares tentam combater o fogo que ameaça esta habitação. “Puxa”, “liga a água”, “anda”, gritam os que enfrentam directamente as chamas que se lhes vão agigantando à frente, em tom de instrução aos que ficaram no terreno um pouco mais acima. Passa pouco das 13h e estamos na povoação de Préstimo, em Águeda, que, até ontem, tinha conseguido escapar ao fogo, asseguram os moradores.

“Ele andou lá para cima naquele cabeço, queimou tudo à volta, mas aqui ainda não tinha chegado”, diz uma das moradoras que prefere não ser identificada, visivelmente afectada pelo cenário que tem em frente, enquanto se encaminha em direcção à habitação de Carina Pinheiro.

Moram ali desde sempre e vêem com tristeza as chamas que queimam “sem olhar a nada”. Vale-lhes o apoio dos conhecidos. “No momento da aflição toda a gente acorre. Está aqui família, amigos, vizinhos”, explica Carina Pinheiro, depois de ajudar alguns voluntários da Associação da Barrosa em Defesa da Floresta para que a água chegue às chamas. “O fogo veio devagarinho, mas quando chegou foi tudo muito rápido”, comenta. Por aqui já se regaram as paredes e o espaço que envolve a habitação, “foi logo a primeira coisa” a fazer. É, aliás, um acto repetido ao longo dos dias, várias vezes.

“Nunca vi coisa assim”

São horas que se repetem e que não dão descanso. No caminho entre Préstimo e Lourizela o solo ainda fumega e em todo o lado se encontram vestígios da devastação. Os raides da estrada estão queimados. Os sinais de trânsito ficaram imperceptíveis. O fumo arde nos olhos, as cinzas dançam no ar, que está pintado de um amarelo-cinzento carregado que se adensa de cada vez que nos aproximamos das chamas. Há cabos de telecomunicações ao penduro no meio da estreita estrada, apoiados em postes queimados ou caídos à força das chamas. Não há rede nos telemóveis.

Susana Fernandes anda desassossegada, rua acima e rua abaixo. “Nunca vi coisa assim. Isto mete medo”, desabafa, enquanto os olhos cansados do fumo e das noites por dormir se perdem no horizonte. Desde segunda-feira que o coração não tem descanso.

Primeiro, foi o fogo a chegar-lhe perto de casa, na aldeia vizinha de Valongo do Vouga. Na terça-feira, atingiu-lhe o negócio de venda de madeira. “Foi tudo: lenha, armazém”, afirma, ao mesmo tempo que estima o valor do prejuízo em cerca de 20 mil euros. “E hoje ando aqui a ajudar a salvar a casa da mãe do meu marido. O vento muda de repente e, quando o fogo vem, arde tudo. São dois segundos. Havia de estar aqui um carro de prevenção, mas dizem que não há meios”, lamenta. Ao lado, o marido e mais um par de homens vão regando as paredes da casa, sem mãos a medir perante as chamas que sobem a encosta e ameaçam a habitação.

Naquela povoação, Préstimo, havia bombeiros a trabalhar há mais de 24 horas, sem saberem quando teriam rendição, segundo os relatos recolhidos pelo PÚBLICO. Enquanto e como podiam, aproveitavam para descansar, quando o fogo dava tréguas, para logo serem sobressaltados por um novo foco, talvez pior do que o anterior.

Em Gondomar, o cenário mudou um pouco ontem, com a situação a melhorar face aos dias anteriores

Fonte: MAI; PÚBLICO — PÚBLICO

“Tem de haver estratégia”

Num balanço feito ao PÚBLICO ainda pela manhã, o presidente da Câmara Municipal de Águeda, Jorge Almeida, admitia que cerca de dez habitações terão sido afectadas pelas chamas naquele município, sem, contudo, ter indicação de quantas dessas eram de primeira habitação. Já quanto ao número de hectares ardidos, não tinha sequer ideia, perante o tamanho da destruição que viu.

“Tem de haver estratégia de ordenamento do território, temos de ter uma floresta bem tratada, que também pode sê-lo com eucaliptos”, defende. Dos dois lados da estrada é eucaliptal que vemos. Jorge Almeida apelou ainda à canalização de meios para combater os incêndios que lavram no município, alertando para o risco de as chamas passarem para os concelhos vizinhos de Anadia, Mortágua e Tondela.

À Lusa o autarca referiu, cerca das 15h30, a existência de “um fogo que sobrou de Sever do Vouga”, que entrou naquele concelho de madrugada, em Lourizela, “e que tem um potencial incrível para ser uma coisa brutal”. Segundo este balanço, no terreno estavam a actuar seis aviões Canadair e

máquinas de rasto, meios que o autarca temia não serem suficientes.

"Esta é a nossa janela de oportunidade para agir. Precisamos indiscutivelmente de estruturação de trabalho, de sermos eficazes (...). O dia só tem mais algumas horas e, se houver o vento nocturno, como foi costume, os meus prognósticos são péssimos", afirmou.

No momento em que encontrámos Jorge Almeida, ainda de manhã, ao largo da nacional 333, os bombeiros eram apoiados por populares num "mata-incêndio". "Houve um grupo de populares que do outro lado fez um trabalho de limpeza. Agora estamos a tentar fazer ligação deste lado àquele para fazer o corte do fogo e evitar que o incêndio desça para Águeda", explica, por sua vez, Nuno Cardoso, presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha.

Lina Rodrigues assiste emocionada aos trabalhos, munida de máscara cirúrgica. "Não se pode andar cá fora com o fumo e as cinzas, mas a gente não consegue sair daqui, enquanto não vir que o fogo se apaga." Ao lado, Carminda Almeida comenta que tem um pinhal, "lá para baixo, onde anda o fogo". "Já se deve ter ido tudo à vida." As duas mulheres explicam também que "já há mais de uma hora" que ali chegaram as chamas e não há meio de se extinguirem, apesar de a situação já estar mais calma. "Vão indo, mas logo voltam. E andamos assim: à mercê do fogo."

Em Gondomar, também na manhã de ontem, Graça Azevedo cobre o nariz com um casaco verde de malha, enquanto olha ladeira acima. Ainda agora estava tudo calmo e, de repente, as chamas já ameaçavam as habitações na Rua Luís de Camões, no lugar de Vila Cova, em Medas.

"O que é que a gente há-de fazer? Contra a natureza não se pode fazer nada. É salvar as casas, as pessoas e os animais", diz, dizendo que não pregou olho durante a noite. Felizmente, com a mesma rapidez com que o fogo aqui chegou também se extinguiu, graças à actuação dos meios terrestres e aéreos de combate aos fogos.

Já na rua de cima, entre as cinzas que pintam o ar, Rui Americano queixa-se da falta de prevenção. "Ninguém limpou nada. A história repete-se sempre. É uma estupidez."

Poucos minutos antes estava no terreno a tentar apagar o fogo com o que podia, assim como os habitantes desta localidade. Muniram-se de mangueiras e pás até que a ajuda chegasse. Mas a noite anterior, essa, sim, foi digna de susto para este homem. "Havia chamas que tinham para cima de quatro metros. O fumo era tanto, não se via nada à frente", recorda. Mas os olhos pesados e vermelhos já davam conta do fumo que viram, antes mesmo de o dizer.

Maribel Pereira, funcionária da Farmácia Mota, também em Gondomar, que ontem de manhã ainda estava fechada até estarem reunidas as condições de segurança para a abertura de portas, explica que no dia anterior pelo menos três habitantes precisaram de inalador. "Eles já têm problemas de saúde e saíram de casa para procurar esta ajuda", contou, ao fim de uma manhã em que, finalmente, as chamas amainaram e deram algum descanso aos moradores.

O que é que a gente há-de fazer? Contra a natureza não se pode fazer nada. É salvar as casas, as pessoas e os animais

Castro Almeida

"Não ficou ninguém a dormir na rua. Se aconteceu, fugiu ao radar"

Liliana Borges

O Governo garante que as respostas imediatas estão a chegar às populações afectadas pelos incêndios florestais e que as autarquias têm conseguido assegurar abrigo e comida. "Fui ontem deitar-me totalmente convencido que não ficou ninguém a dormir na rua, nem ninguém se foi deitar com fome. Se isso aconteceu, fugiu ao radar. Não era suposto", afirma Manuel Castro Almeida, ministro adjunto e da Coesão Territorial, em declarações ao PÚBLICO.

O governante explica que o "compromisso e função" dos autarcas é garantir que todas as pessoas que ficaram sem tecto por causa dos incêndios florestais tenham o acompanhamento social de que precisam. "A ideia é que ninguém passa a noite sem ter onde dormir e que ninguém passe a noite sem ter comido", vinca, garantindo que o Governo está em permanente diálogo para que todas as autarquias tenham essa capacidade de resposta ou para que se encontrem alternativas noutros municípios.

O governante admite ainda que é preciso "coragem para mudar o que não correu bem no passado" e "vontade política" para "fiscalizar o cumprimento das regras" para que a ajuda chegue, rapidamente, a quem efectivamente precisa e para evitar fraudes na atribuição de apoios públicos para os municípios mais afectados pelos incêndios florestais.

Questionado sobre as lições que os problemas com a atribuição de apoios às famílias afectadas pelos incêndios de 2017 trouxeram, Castro Almeida reconhece que houve trabalho bem feito, mas também alguns erros. E admite que a burocracia e risco de fraudes podem voltar a dificultar a atribuição eficaz dos apoios públicos. "Não vai acontecer nenhum milagre, mas é preciso tomar duas cautelas: não desperdiçar a experiência de pessoas que trabalharam nisto no passado, mesmo que não tenha sido tudo perfeito; e ter coragem de mudar o que não correu bem", argumenta.

"Temos de usar a experiência do passado. E é preciso empenho político para permanentemente fiscalizar o cumprimento das regras e garantir que não caímos em burocracias que paralisam", diz. "É uma questão de bom senso e vontade política", acredita. Castro Almeida, que está desde segunda-feira nos municípios mais afectados pelas chamas, explica que nesta fase o objectivo é garantir que há "proximidade" entre o Governo e "quem está no local para rapidamente resolver os problemas", através dos autarcas e "falando com as pessoas em concreto" para "ajustar as respostas à realidade" e não perder tempo "a construir castelos no ar".

Segundo o ministro, o Conselho de Ministros extraordinário de ontem ainda não serviu para definir verbas, embora a declaração da situação de calamidade permita desbloquear alguns apoios, e o Governo só o fará depois de ter o quadro global. Mas garante que há "uma vontade de haver uma cooperação intensa e forte por parte do Estado". Castro Almeida explica que há para já dois níveis de apoio. "Há os apoios de mínimos de subsistência e de dignidade humana" e que "têm de ser decididos na hora", para garantir que a população afectada pelos incêndios tem "o que vestir, o que comer e onde dormir".

Ora, este apoio, prossegue, está sob a responsabilidade das autarquias locais. "Só em caso de impossibilidade é que entraria o escalão de Governo para suprimir dificuldades a nível local", diz. Já o nível "mais trabalhoso e exigente" tem que ver com a recuperação de "casas, empresas, florestas e agricultura", mas também equipamentos públicos, como abastecimento de água, electricidade e telecomunicações. "Esse é o trabalho que já estamos a organizar", explicou ao PÚBLICO, antes de se reunir com o autarca de Mangualde.

O ministro diz que nesta fase o objectivo é garantir que há "proximidade" entre o Governo e "quem está no local para rapidamente resolver os problemas"

"Fiquei muito impressionado a olhar para empresários que tinham as fábricas todas ardidas. Estaremos aqui para ajudar estas pessoas para que não tenham de começar tudo do zero. Iremos usar fundos para isso. Se há fundos comunitários para apoiar uma empresa que crie uma máquina que depois irá exportar, não é mais garantido apoiar uma empresa para criar uma máquina que ardeu e que estava em pleno funcionamento?", exemplifica. "É de todo o interesse dos fundos europeus meter aqui dinheiro."

Reuniões com autarcas

O ministro da Coesão Territorial tem na agenda mais uma dezena de reuniões com autarcas do distrito de Viseu, que foi também fortemente afectado pelos incêndios. Acompanham-no os secretários de Estado da Saúde, Acção Social, Infra-Estruturas, Habitação, Economia, Florestas e Administração Local.

Os diversos encontros, explica, servem para "fazer uma identificação das situações" e para "arranjar uma metodologia para resolver". "Isto haverá de desaguar num normativo que o Governo está a preparar. Temos de começar a construir esse normativo com base nas recolhas do local e na identificação dos problemas, onde se definirá em concreto quais os apoios que chegarão à população", diz. "O facto de ter nessas reuniões vários membros do Governo ajuda a resolver imediatamente problemas sectoriais ou a agilizar a sua resolução", garante. "É um governo presente no terreno para resolver problemas prementes no terreno", insiste o ministro.

FILIPE AMORIM/LUSA

Ministro está desde segunda-feira nos municípios mais afectados

NELSON GARRIDO

Em 2023 a AGIF pediu às televisões para evitarem imagens de chamas

Cobertura televisiva

Há 20 anos pensou-se num acordo entre as TV para cobrir os incêndios. O efeito esbateu-se

Os *media* aceleraram muito desde 2004, quando directores de informação dos generalistas foram chamados a pensar no efeito das emissões sobre fogos

Joana Amaral Cardoso

Há cerca de 20 anos, esboçou-se uma tentativa de acordo entre canais portugueses para harmonizar boas práticas na cobertura dos incêndios. A iniciativa foi da RTP; gerou polémica, ainda que tenha deixado algum lastro no ecossistema mediático. Porém, de pouca dura. Hoje, os directores de informação dos principais canais rejeitam a ideia – "absurdo"; "não é uma questão". As televisões são alvos fáceis e recorrentes das críticas quanto à forma como cobrem os fogos e os últimos dias não são excepção. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) lembrou na terça-feira que devem ser seguidos os princípios da sua directiva específica para os incêndios, com "respeito".

Curta cronologia: em 2004, o então ministro da Administração Interna, Nuno Severiano Teixeira, reuniu os responsáveis dos três canais generalistas para tentar promover um acordo para regular ou moderar a cobertura dos incêndios. José Gomes Ferreira, subdirector de informação da SIC na época, escreveu, em 2005, quando o assunto voltou à baila, que a proposta governamental foi recusada. Na altura, o crítico de televisão Eduardo Cintra Torres criticava que as TV mostrassem "chamas às meias horas", nos noticiários.

As imagens, actualmente, estão em permanência no ecrã, mesmo que não em directo – até a acompanhar um comentador. O mesmo sucede nos *sites* de informação, flamejantes, e nas redes sociais.

Em 2005, a RTP sugeria "uma reflexão sobre o fenómeno dos incêndios" e em Março de 2006, o então director de Informação da RTP, António Luís Marinho, anunciava que queriam um pacto com as privadas para que a cobertura dos incêndios florestais se fizesse "sem excessos". Como os cometidos pela própria RTP, admitia, com a "excessiva repetição" de imagens de fogos florestais, sugerindo que "todo o país estava a arder". Agora, explica ao PÚBLICO como tal foi um "trabalho colectivo", com o contributo de todas as redacções da estação pública.

Com José Alberto Carvalho, então director adjunto, procuraram "ideias de formas diferentes, mais seguras, de cobrir incêndios". Questionavam-se se "vale a pena estar horas e horas a dar incêndios".

O documento que daí resultou, ao qual o PÚBLICO teve acesso, dá indicações sobre a datação das imagens, não pedir às populações opiniões sem fundamentação técnica ou a constatação de que "as imagens recolhidas nos incêndios são muito repetitivas. "Os incêndios que se 'ateiam' num [tele]jornal devem ser 'extintos' no jornal seguinte", cita de cor o actual *pivot* da TVI a partir do documento que redigiu. "Os *media* demonstram um grande desinteresse pelo fim dos incêndios", exemplifica agora.

Não é, portanto, tudo uma questão de chamas. Mas elas são o íman em torno do qual tudo gravita. "Hoje estamos a assistir a um excesso. Evidentemente que a situação é preocupante, mas [terça-feira] houve noticiários de 1h30 só com incêndios", critica Marinho. A investigadora de Televisão da Universidade do Minho Felisbela Lopes concorda, embora valorize que há mais recurso a fontes informadas, como a Protecção Civil.

O documento, que resultava também de esclarecimentos do então Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, "está inteiramente actua-

lizado", diz José Alberto Carvalho, apesar de na altura ter gerado "alguma controvérsia". Na altura, Alcides Vieira, director de informação da SIC, criticava os "mandamentos" que a RTP criara e Mário Moura, congénere na TVI, concluía que com ele se produziria uma "televisão cor-de-rosa".

"Quisemos envolver as outras televisões", diz Luís Marinho. Em 2006, o *Jornal de Notícias* escrevia que a RTP não recebeu *feedback* das outras estações. Tanto Marinho quanto Carvalho confirmam que não houve um acordo formal com as privadas para esse fim. O que houve foi "debate e obrigou algumas pessoas a reflectir", diz José Alberto Carvalho. "Quando algo do género envolve a RTP, há sempre a ideia de que foi o Governo que mandou", remata Luís Marinho. "[Mas] conseguimos marcar um pouco o tom. Esse efeito foi-se perdendo."

"Apagar os incêndios é o trabalho dos bombeiros"

Para Ricardo Costa, director de informação da SIC, um acordo do género "não faz grande sentido". António José Teixeira, director de informação da RTP, considera-o "absurdo". Resumiu ao PÚBLICO: "A profissão tem regras, não é preciso fazer um acordo para as cumprir. Somos escrutinados, interpelados, aprendemos com os erros. Não acredito num acordo para apagar algo. Apagar os incêndios é o trabalho dos bombeiros."

Ricardo Costa percebe "a discussão na altura – houve um cruzamento de factores com o aparecimento dos canais de informação no cabo (a SIC Notícias nasce em 2001, depois a RTPN que viria a tornar-se a actual RTP3), o que alterou os padrões de cobertura; as coisas mudaram radicalmente no digital".

Costa e Teixeira (o PÚBLICO contactou o director de informação da TVI, Nuno Santos, sem resposta) e Felisbela Lopes são unânimes: não se podem tirar as chamas do televisor, nem deixar de acompanhar o que se passa. "Numa situação de grande gravidade as imagens dos incêndios têm de ser colocadas no ar, mas não de qualquer forma, em peças, em directos. Não há necessidade de colocar no ar comentadores" ladeados no ecrã por imagens das chamas, exemplifica a investigadora. "Não é uma questão. É obvio que os fogos têm de ser cobertos, têm de ser 'feitos' no local, em directo e em reportagem", contextualiza Ricardo Costa. "Em 2004 as autoridades não sabiam até onde podiam deixar ir os jornalistas, não havia *briefings* [da Protecção Civil e outros organismos], não havia dados *online*" com a mesma celeridade.

Ricardo Costa evoca as audiências e fá-las equivaler ao interesse do espectador, lembrando como na segunda-feira a CMTV teve um *share* (a quota de mercado, ou percentagem que viu o canal num dado horário ou período) muito próximo do da RTP1, na ordem dos 9,6% contra os 10% do primeiro canal público, com todas as estações de notícias do cabo – a CNN Portugal (3,5%), a SIC Notícias (2,9%) ou a RTP3 (1,4%) – a aumentar o seu público por causa dos fogos. E das suas imagens. Os dados da Comissão de Análise de Estudos de Meios (CAEM) mostram que a média de *share* da CMTV na semana anterior, por exemplo, foi de 6,6%.

"É um factor muito difícil de parar: as audiências. A CMTV abre seis janelas com fogos [no mesmo ecrã] e chega aos números de um generalista", constata Felisbela Lopes.

Uma directiva de boas práticas

Desde domingo que os incêndios grassam em várias zonas do país. "Estes fogos apanham zonas urbanas, semiurbanas, habitadas, e num directo há sempre o risco de se mostrar algo gratuito. E numa situação destas o directo é a regra, é mais de 50% da emissão e o resto é comentário", diz Ricardo Costa. "Mas dou um exemplo [de como estas situações são tratadas com cautela]: quando caiu o helicóptero no Douro, havia instruções para planos mais afastados para não se mostrar se se recuperasse o corpo."

É fácil reduzir o tema às chamas. Mas nem sempre é esse o foco das críticas, muitas delas dirigidas ao acompanhamento ao segundo da destruição de uma propriedade, do desespero dos afectados. "Os incêndios têm chamas, não silenciamos nem escondemos a realidade. Temos presente que o espectáculo das chamas tem efeitos perversos: muitas vezes recomendo que se mostrem imagens da destruição, das consequências, mas obviamente que as chamas existem", contrapõe António José Teixeira.

"As nossas equipas estão cientes de que devem ser serenas, rigorosas e sóbrias. E procurar a sua própria segurança." Ricardo Costa frisa o profissionalismo dos jornalistas e questiona o contexto de 2004 e dos anos seguintes. "Na altura, houve muito a teoria de que estimulava os pirómanos. Acho que não há nada que prove isso."

Após os violentos incêndios de Pedrógão Grande em 2017 e no Outono do mesmo ano, o assunto continuava a ser discutido. Na altura, a Agência Lusa ouviu Cristina Soeiro, psicóloga da Polícia Judiciária, que estuda os três grandes perfis de incendiários e que criticava a "banalização" do tema na informação. O grupo mais representativo de incendiários são pessoas com défice cognitivo, problemas de saúde mental ou alcoolismo, seguido daqueles que usam o fogo como "vingança" e um reduzido número que ateia chamas para benefício financeiro. Também Felisbela Lopes cita estudos, até um em curso, em que incendiários detidos admitem que a televisão teve um efeito no seu crime.

Em Novembro de 2020, a ERC adoptava a Directiva/2020/1 para "incentivar padrões de boas práticas" na cobertura de incêndios e outras catástrofes, tendo ouvido jornalistas, académicos, associações do sector ou instituições públicas, motivada por "diversas queixas" sobre o tema, focadas na "espectacularização" ou "adjectivação excessiva", mas também "constante repetição de imagens". A directiva vai da recomendação de ponderação no uso de directos ou do uso de "frases estereotipadas" e volta ao tema do "efeito mimético" da imagem. Na terça-feira, voltou a recomendar que sejam observados os princípios dessa directiva.

Já em Agosto de 2023, a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) apelava na TSF a que as televisões evitassem imagens de chamas, porque estas "provocam comportamentos miméticos".

Auto-regulação, mas não agora

Como se pode emendar isto?, questiona-se Felisbela Lopes. "Pela auto-regulação. Não agora", compreende. As redacções estão assoberbadas, estamos "no epicentro da gravidade da tragédia", observa, "haverá efeitos políticos" a cobrir no próximo ciclo noticioso, e, a jusante, porque há "o medo de acusações de manipular os jornalistas, de ocultação" dos temas por parte do Governo.

"Mas é urgente fazermos uma reflexão sobre como mediatizamos as situações de catástrofe, porque sabemos que a mediatização de certos temas tem um efeito de motivação para quem tem propensão para certos comportamentos", admite. Há que "não demorar muito tempo" até que entidades como a Protecção Civil, por exemplo, interpelem os *media*, sem interferir na sua missão isenta de informar, para encontrar caminhos. "Esta reflexão já deveria ter sido feita." Já foi, de certa forma, nos últimos anos. Mas abrir um *site* de informação ou ver um noticiário por estes dias é quase sempre ver algo flamejante, dependendo depois o enquadramento que é dado ao tema.

António José Teixeira é taxativo: "Não acredito em situações em que estejamos proibidos de mostrar o que está a acontecer." Acrescenta: "Os nossos movimentos têm que ver com as pessoas e não onde é que há mais chamas."

Ricardo Costa contextualiza. "Agora está tudo muito mais oleado e os jornalistas no terreno sabem o que filmar ou não. Não acho que [nestes dias] tenha havido imagens de extrema sensibilidade, salvo as chamas e as casas a arder. Há uma hipersensibilização [do público], um novo padrão em que as pessoas se manifestam chocadas. Segundo esse padrão, as imagens mais icónicas do Vietname não eram publicáveis hoje."

Um pedido às televisões: parem de ser incendiárias!

Opinião

António Marujo

O título é uma figura de estilo, claro; as televisões não são incendiárias, mas o que se passa na informação televisiva, cada vez que há grandes incêndios, é de uma grave irresponsabilidade social: há estudos que mostram o efeito mimético que tem, junto de algumas pessoas perturbadas, o ver chamas na televisão. Por isso, as televisões deveriam voltar atrás, ao que já aconteceu, quando se puseram de acordo para evitar a exibição de imagens dos incêndios.

Ou será que sonhei? Procuro o rasto noticioso desse acordo entre RTP, SIC e TVI (ainda não existia CMTV) e não o encontro; falo com outros jornalistas e já poucas memórias há; mas vários camaradas me confirmam que sim, que ele existiu. Progressivamente, nos últimos anos, as chamas voltaram à informação televisiva. E em força.

Não tenho o documento, mas uma busca rápida permite encontrar declarações, por exemplo, de Cristina Soeiro, psicóloga da Polícia Judiciária, que em 15 de Setembro de 2017 dizia à Lusa que havia um efeito de banalização provocado pelas imagens de chamas nas televisões. E era bem concreta sobre a importância de evitar desde expressões como "época de incêndios" até aos longos minutos na televisão com imagens de floresta a arder que são excessivos e podem amplificar a situação.

Em 18 de Agosto do ano passado, a TSF ouviu o presidente da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), Tiago Oliveira, que dizia, entre outras coisas relevantes, que se sabe "que as imagens de chamas provocam comportamentos miméticos". E a provedora da RTP, Ana Sousa Dias, referia queixas de telespectadores e sublinhava que "há um entendimento de que é perigoso insistir nas imagens de fogos florestais".

Trata-se, por isso, de uma questão de (ir)responsabilidade social. Como jornalistas, o nosso dever é informar. Mas informar bem, com rigor e contenção, sem exacerbar emoções nem apelar a instintos básicos. Não precisamos de directos infindáveis, a descrever o mesmo, dezenas de vezes, em todo o lado: cenário dantesco, inferno, tudo a arder, pessoas aflitas e a chorar, mangueiras, "falta de meios"... Ou a queixa (disparatada, mas compreensivelmente desesperada) de que "não se vê um bombeiro", como se fosse possível ter bombeiros em cada esquina de um perímetro de 100 quilómetros de incêndio.

O que precisamos não é de uma informação monotemática: agora é a pandemia, a seguir uma tragédia, depois o futebol, outra tragédia, mais futebol, no Verão chegam os incêndios, depois os abusos sexuais (que ainda são tema, mas parece terem desaparecido da agenda mediática), depois o futebol, depois os incêndios. Não, não queremos. Queremos um noticiário televisivo rigoroso, diversificado, aprofundado, sucinto (e já agora, que não tem de durar hora e meia).

Claro: há coisas muito mais graves na questão dos incêndios. A emergência climática, a incapacidade de fazer prevenção e boa gestão política, o ordenamento do território e das florestas, a ineficácia de muitas operações de combate (como se viu no recente incêndio na Madeira), a falta de civismo e cultura; e um longo etc.

Mas o que se passa no jornalismo televisivo também é importante. Estou com isto a criticar opções de (várias) pessoas que respeito. Por isso mesmo é que me sinto ainda mais obrigado, enquanto jornalista, a insistir contra várias das derivas que a profissão tem vindo a sofrer (por exemplo, também na amplificação que faz da extrema-direita e do discurso racista e xenófobo, em vez de os reduzir à sua expressão). Neste caso, precisamos, sim, de questionar os poderes públicos fora da "época dos incêndios", ser inoportunos quando as decisões tardam, ouvir os especialistas que tantas coisas importantes têm a dizer. O que não precisamos mesmo é de ver chamas. Nem de dias inteiros de noticiários monotemáticos. Caso contrário, estaremos, com isso, enquanto jornalistas, a ajudar a incendiar o país.

Jornalista

Espaço público

Queimar espantalhos

Editorial

David Pontes

O primeiro-ministro optou pelo caminho mais fácil e no final do Conselho de Ministros de anteontem decidiu agitar o espantalho dos 'interesses particulares' e da existência de 'coincidências a mais'

Já foram os madeireiros, já foram as celuloses, já foram os vendedores de material de combate a incêndios, é sempre o eucalipto. Podem voltar a ser, porque há sempre um espantalho disponível para queimar, quando preferimos não encarar a severidade do problema. Se conseguirmos nomear um culpado (mesmo que ele não possa ser individualizado e por mais que, ao longo dos anos, tal escolha não seja suportada pelas investigações policiais nem pelos tribunais), a responsabilidade não fica para ninguém.

Sim, há incendiários, sim, há interesses como em qualquer actividade humana, mas a dura da realidade diz-nos que a dimensão dos incêndios se deve mais ao desinteresse geral no ordenamento do território, à falta de gestão florestal e ao clima do que a uma qualquer conspiração indecifrável. Podemos querer acreditar que são as empresas instaladoras de painéis solares que escolhem os dias de mais calor, menor humidade e mais vento para pôr no terreno os seus perversos desígnios e assim arranjar área livre, ou podemos, com uma maior dose de consciência, perceber que a reforma florestal derrapou e as falhas no cuidado dos espaços rurais é determinante. Só que isso acarreta uma enorme dor de cabeça e dá muito mais trabalho.

O primeiro-ministro optou pelo caminho mais fácil e no final do Conselho de Ministros de anteontem decidiu agitar o espantalho dos "interesses particulares" e da existência de "coincidências a mais" para prometer mão pesada para os criminosos. Logo ele que, enquanto líder da oposição, acusou o anterior executivo de "tentar desresponsabilizar-se" por tudo o que corria mal no combate aos incêndios.

É óbvio que o primeiro-ministro tenta não deixar espaço para medrar o discurso dos populistas que querem uma resposta judicialista para todos os problemas. Mas cai na armadilha de acabar por ser ele, do alto da sua responsabilidade governamental, a alimentar essa linha argumentativa, em vez de ter um discurso pedagógico que contribua para mobilizar forças para a resolução dos problemas de fundo.

Estas declarações acabam por manchar uma coisa acertada que o executivo fez, como a de não procurar a exposição mediática no cenário de catástrofe ou a de fazer deslocar para o terreno um ministro com peso para o apoio às populações.

Há ainda outra coisa que também pode explicar este desacerto do primeiro-ministro com a realidade. A noção de que o tempo em que podia atirar as responsabilidades para os que o antecederam está mesmo a acabar.

CARTAS AO DIRECTOR

Em estado de aflição

Para grande gáudio dos pirómanos, os telejornais e as manchetes dos diários ardem por todos os lados. Seria interessante que aqueles diligentes servos da informação pública empregassem um pouco do seu tempo e esforço na investigação (jornalística) das verdadeiras causas deste escândalo anual, uma vez que das chamadas "autoridades" pouco há a esperar. Na situação actual, passou-se algo bizarro. Há poucas semanas, era noticiado que, neste ano, tinha havido menos incêndios florestais e uma menor área ardida do que em anos anteriores. Pouco tardou a ofensiva pirómana.

Não se venha dizer que é a temperatura ou o vento que ateia os fogos. Tivemos muito calor e muito vento todo o Verão – e agora, em três dias, é o que se vê. Ainda por cima, com o pormenor, que seria risonho se não fosse trágico, de se ter criado uma verdadeira "zona de guerra" na área de origem do primeiro-ministro – esse distrito de Aveiro que tem, em regra, temperaturas relativamente baixas em comparação com o resto do país. Não há prevenção de incêndios florestais sem que sejam identificadas – e parece que para isso é necessária coragem – as causas reais (não venham com o calor e o vento...) das ignições estratégicas que põem Portugal em estado de aflição.

António Monteiro Fernandes, Lisboa

Triturar, triturar, triturar

Nesta época de incêndios ouço os especialistas diplomados em fogos que apenas utilizam uma linguagem que o comum dos portugueses não entende. Se querem reduzir o número e a gravidade dos fogos, a solução está nas juntas de freguesia, ou seja, em vez de gastarem fortunas em coisas fúteis, disponibilizem um local próprio, comprem uma máquina trituradora e aí serão conduzidos todos os sobrantes das limpezas dos terrenos e matas. Aquelas pessoas idosas e que não têm recursos para poder transportar os ditos sobrantes, será a junta de freguesia a fazê-lo, pois todas essas despesas serão uma ninharia comparado com o que gastam no combate. Para isso resultar, as câmaras municipais proibiam completamente as queimadas, responsáveis pela grande parte dos incêndios. Copiem o que de bom se faz nos países modernos e deixem de pensar apenas como combater os fogos que tantos custos trazem.

Hernani Aparício, Viseu

Fogos rurais

Os telejornais deixaram de ter notícias para ter a notícia: Portugal a arder. Os portugueses, com a entrada na CEE nos anos 80, abandonaram as suas terras em resultado do emparcelamento agrícola de pequenas dimensões. Este tipo de propriedade, ao contrário do Alentejo, não tinha dimensões capazes de competir com os produtos dos países da "Europa". O mundo rural português ficou sem condições de subsistir. O Portugal rural transformou-se num denso matagal, com todas as condições para os fogos imparáveis. Foi assim em 2017, é assim este ano, só não aconteceu nestes anos porque as condições climatéricas foram menos propícias. Assim será no futuro, se não arranjarmos formas de limpar os matagais e florestas. Assim, também muito podem prometer como a repressão sobre os incendiários; enquanto houver tanto ´combustível, estas desgraças repetir-se-ão. Ou não será?

Mário Pires Miguel, Reboleira

O trio

É simplesmente ridícula a imagem que os líderes dos três maiores partidos mostram aos cidadãos. Vem isto a propósito do famigerado Orçamento do Estado para 2025, assunto que, qual ciclone eterno, fustiga a paciência e saúde mental dos portugueses. Há meses que diariamente Luís Montenegro, Pedro Nuno Santos e André Ventura nos massacram com ameaças, imposições, retaliações, cedências hipotéticas, exigências absurdas, falsidades, enfim... uma real caricatura de três meninos impertinentes e ressabiados que, não satisfeitos com o espectáculo pueril e desastroso que insistem e persistem manter, avançam, impávidos e indiferentes, no declínio da nobreza e responsabilidade política que obrigatoriamente se lhes exige. Claro que depois temos as televisões, os jornais e os comentadores... oh, sobretudo estes, a debitarem *ad aeternum* palpites, teorias e apostas sem quartel ou necessidade numa simulação infeliz duma "raspadinha". Até Marcelo não se inibe de atirar um pauzinho para a fogueira. Mas voltemos aos líderes da AD, PS e Chega: este trio tem nas mãos o destino do país, tem o poder de manter Portugal estável, seguro e credível numa Europa já de si periclitante, confrontada com a guerra e um futuro caos financeiro... mas, sobretudo, os portugueses merecem respeito!

José Alberto Mesquita, Lisboa

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles cartasdirector@publico.pt

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

O desenvolvimento técnico só vai deixar um único problema por resolver: a debilidade da natureza humana
Karl Kraus, escritor

O NÚMERO

77

Há 77 incendiários privados de liberdade em Portugal, dos quais 74 em prisões, uma (inimputável) internada e duas sob vigilância electrónica

Esta aldeia

Ainda ontem

Miguel Esteves Cardoso

Dantes, via-me aflito para explicar aos meus amigos que vivem no estrangeiro o que se passava aqui em Portugal. Agora nem tento. É escusado. Não pode ser feito. Eles bem podem ler os jornais e ver as emissões e ouvir os *podcasts*.

Podem falar ao telefone, e vir cá muitas vezes, e estar a par de todas as novidades (e até de muitos segredos), mas a verdade é que não estiveram cá; não estiveram cá as 168 horas por semana que é preciso estar para ficar confuso acerca do que se passa cá – quanto mais para saber o que é.

Em contrapartida, mesmo com os portugueses com quem não tenho nada a ver, mas que acompanharam o que eu acompanhei, consigo falar de todas as coisas, incluindo as mais importantes, que são as mais ligeiras, porque são essas as que conseguem fugir ao mesmo lodo de gravidade. É uma camaradagem atmosférica. Ou é da água: bebemos todos a mesma fórmula de água da torneira. Ou é das mesmas sequências de luz e calor, de azul e de cinzento, de vozes presas aos televisores e aos cafés.

Eu sou escritor e tenho de cá estar. Mas não sou só eu. Somos todos.

Aqui, nesta aldeia, seja qual for a nossa cor política, idade, classe social, ou temperamento, andamos todos ao mesmo, quer queiramos quer não. Uns fogem e outros abeiram-se – mas fugimos e abeiramo-nos das mesmas coisas.

Atravessámos todos as mesmas picuinhices, assistimos às mesmas palhaçadas e temos de gramar as perorações dos mesmos papagaios. Se simpatizamos ou antipatizamos com eles, pouco interessa. No dia seguinte, temos de opinar sobre eles. São eles que nos servem para conversarmos.

Atravessamos as minudências do mesmo clima e temos os mesmos medos, dos incêndios, das tempestades, dos tremores de terra. Somos marcados pelo amontoado dos dia-a-dias, dos esquemas e das rotinas, das panaceias e das novidades.

Partilhamos o ruído de fundo das nossas vidas. E assim nos vamos tornando na aldeia onde vivíamos. Já é tarde para nos separarmos dela: o bem já está feito.

ZOOM BOLÍVIA

LUIS GANDARILLAS/EPA

A Bolívia vive uma fase de grande tensão devido à crise económica e política, agora com confrontos na estrada entre Oruro e La Paz, entre apoiantes do antigo presidente Evo Morales, que iniciou uma marcha, e apoiantes do Presidente, Luis Arce

P

publico.pt

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Voltam a abrir-se as portas, com um lagarto à espreita

Em Público

Nuno Pacheco

Sabem quem vem bater-nos à porta este fim-de-semana? Os Doors. Não os verdadeiros, que há muito se finaram enquanto grupo, mas uns clones vestidos a preceito. Nada a que não estejamos habituados: já nos visitaram clones dos Genesis (The Musical Box), Pink Floyd (Brit Floyd e The Australian Pink Floyd Show), Queen (God Save The Queen), Simon & Garfunkel (The Simon & Garfunkel Story) e não tarda teremos os TreeGees a fazer de Bee Gees nos casinos do Estoril e da Figueira, nos dias 4 e 5 de Outubro, respectivamente. Bandas de tributo? Há quem lhes chame assim, embora haja uma diferença entre as bandas de tributo, que se ocupam em recriar repertórios em palco sem imitar na aparência os homenageados (como os portugueses Dead Cats Dead Rats – The Doors Trip ou Led On, a primeira de tributo aos Doors e a segunda aos Led Zeppelin) e as que recorrem a guarda-roupa, cenários e maneirismos vocais e físicos para se aproximarem o mais possível dos grupos que querem recriar – música, sim, mas com encenação teatral.

Há muitos mais, além dos exemplos citados. No caso dos Doors, e antes que a inteligência artificial se atreva a recriar em palco clones holográficos dos verdadeiros, temos os imitadores The Doors Alive, que já se haviam estreado em palcos portugueses em 2023 (Almada e Porto) e agora regressam para dois concertos, esta sexta-feira no Hard Club (Porto) e sábado no Capitólio (Lisboa). Nesta representação ("eles são o mais parecido possível a um concerto dos The Doors", asseguram os promotores), cabe ao holandês Mike Griffioen a tarefa de mimetizar o "Rei Lagarto" Jim Morrison (1943-1971) da voz à pose, com calças de cabedal e tudo, na companhia dos músicos Norbert Varga nos teclados (que nos Doors eram tocados por Ray Manzarek, 1939-2013) e Barrington Meyer e Buzz Allan na guitarra e na bateria, respectivamente, postos que nos Doors eram ocupados por Robby Krieger e John Densmore, únicos sobreviventes do grupo. E têm tido êxito: mais de mil espectáculos realizados e 36 na agenda até Março de 2025 (Suécia, Portugal, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Países Baixos, Irlanda, Alemanha e Suíça).

Mas se não haverá nenhum mal em dar alento a estas clonagens, a verdade é que no caso dos The Doors há material de sobra para conhecer os originais, já que não têm faltado discos, vídeos e livros deles e acerca deles. Com oito álbuns editados ainda em vida de Morrison, seis de estúdio (*The Doors*, *Strange Days*, *Waiting for the Sun*, *The Soft Parade*, *Morrison Hotel* e *L.A. Woman*), um ao vivo (*Absolutely Live*) e uma colectânea (*The Doors 13*), o grupo editou mais três após a morte do seu mentor e vocalista (*Other Voices*, *Full Circle* e *An American Prayer*) e retirou-se. A tentativa de renascerem, em 2003, com o ex-Cult Ian Astbury como vocalista e com a designação The Doors of the 21st Century, teve vida breve. Deram vários concertos, inclusive em Portugal (o pretexto era levar a palco pela primeira vez *L.A. Woman*, projecto gorado após a morte de Jim em Paris em 3 de Julho de 1971), mas Densmore e os herdeiros de Morrison opuseram-se à iniciativa de Manzarek e Krieger. Recorreram, e o grupo mudou de nome para Riders on the Storm.

Porém, do que ficou para trás há muito por onde escolher. Em matéria editorial, a partir dos anos 80 a Assírio & Alvim publicou não apenas quatro livros com poemas e canções

Não há nenhum mal em dar alento a clonagens de tributo, mas no caso dos Doors há material de sobra para conhecer os originais

de Jim, mas também a tradução da biografia *Daqui Ninguém Sai Vivo*, de Jerry Hopkins e Daniel Sugerman (também há um documentário em DVD baseado neste livro, realizado por Gordon Forbes); e já nos anos 2000 chegaram ao mercado dois livros essenciais para melhor compreender os Doors: os volumosos *Contigo Torno-me Real*, de Rui Pedro Silva (Afrontamento, 2008) e *Obra Completa de Jim Morrison* (A Ferro e Aço, 2021). Vídeos não faltam, e com várias edições: *Dance On Fire*, *Live At Hollywood Bowl*, *The Soft Parade*, *Live In Europe 1968*, *R-Evolution*, *Soundstage Performances*, *Feast of Friends*, *Live at Isle of Wight 1970* e, a fazer esquecer o inenarrável filme de Oliver Stone (*The Doors*, 1991), temos o documentário *When You're Strange*, de Tom Dicillo (2010).

Já a edição de registos ao vivo não tem parado. Desde as primeiras actuações no London Fog, em 1966, até ao derradeiro concerto na ilha de Wight, em Agosto de 1970, já foram editados em CD simples, duplo ou triplo, vários concertos: Matrix, 1967; Hollywood Bowl, 1968; Estocolmo, 1968; Aquarius Theater, 1969; Nova Iorque, Felt Forum, 1969; Boston Arena, 1970; Pittsburgh, 1970; Vancouver, 1970; Detroit, 1970; ou Bakersfield, 1970. Em *Live At Stockholm*, editado já em 2024, podemos até ouvir Jim a cantar uma versão de *Money (that's what I want)* e a anteceder *Alabama song* com outro tema de Brecht e Weill: *Mack the knife*. O lagarto ainda espreita.

Jornalista. Escreve à quinta-feira

Os monstros não existem!

Luísa Semedo

Há uns dias, o Facebook recordou-me que faz cinco anos desde que participei pela primeira vez nas colagens feministas noturnas em Paris. Nunca esquecerei as palavras da minha primeira colagem clandestina, para denunciar os feminicídios desde o início do ano, que traduzo para português: "103.º feminicídio – Anónima, 76 anos, assassinada à machadada".

Para as companheiras que estavam comigo, também era a primeira vez e, logo desde essa primeira colagem, apesar da necessidade de sair rapidamente do local para não sermos apanhadas pela polícia ou um homem agressor, abraçámo-nos e chorámos juntas. Nas nossas saídas, fomos várias vezes interpeladas por homens que nos insultavam e que volta e meia tentavam arrancar os cartazes. Outros grupos de companheiras passaram por controlos policiais musculados, com verificação de identidade, revista com as mãos contra a parede, multas e detenções provisórias, e até por agressões por parte de homens que passavam na rua. Em Montpellier, três das nossas companheiras chegaram a ser propositadamente atropeladas por um homem ao volante.

Como é possível estes homens ficarem tão enervados com denúncias de feminicídios, a ponto de arrancarem, de forma violenta e patética, folhas de papel coladas na parede, insultarem, agredirem e até tentarem matar mulheres na rua? Talvez façam parte do grupo alargado de homens exaltados que vociferam o "*Not all men!*" mal ouvem falar de violência praticada contra as mulheres e preferem, desde logo, identificar-se com os criminosos, em vez de se colocarem no lugar das vítimas. Homens que preferem concentrar-se na defesa da sua reputação e na do seu *boys club*, em vez de demonstrar empatia pelas vítimas, de refletir sobre a questão de forma profunda, responsável e adulta.

Ainda hoje penso nesta mulher de 76 anos, da qual só mais tarde soube o nome. A Mauricette foi assassinada pelo marido, tal como acontece na grande maioria dos feminicídios, cometidos pelos homens com quem as mulheres partilham ou partilharam a vida. Mulheres assassinadas sempre de forma extremamente violenta: estranguladas, queimadas vivas, esfaqueadas ou alvejadas. Estes homens foram charmosos, engraçados, atenciosos, inspiraram confiança, até ao dia dos primeiros gritos, dos primeiros objetos lançados contra a parede ou contra a mulher, do primeiro safanão, do primeiro aperto de braços, de pescoço, do primeiro estalo, do primeiro soco, da primeira insistência para ter relações sexuais, da primeira violação conjugal. Depois voltaram a ser amáveis, pediram desculpa, alegaram não se reconhecer no que fizeram, prometeram que nunca mais voltaria a acontecer, queixaram-se de que estavam cansados, com stress, que a culpa foi do patrão, da tia, do cão, que a culpa foi da mulher.

"Eu confiava no homem com quem vivi 50 anos", diz Gisèle no tribunal, falando do ex-marido Dominique Pélicot, o homem que durante dez anos a drogou e violou. O "bom pai de família" que recrutou 82 homens para a violar. O mesmo que no tribunal diz que a culpa disto tudo é de ter sido apanhado, porque, se não, "a Gisèle não saberia de nada e ainda estaríamos a viver felizes". O mesmo que diz que a culpa é da ex-mulher: "Tivemos uma discussão sobre *swing* e ela não estava de acordo e então eu fiz isto."

Dos 82 homens, 51 são julgados, só 14 aceitam os factos, só um pede desculpa. Dizem que o "marido deixou", o "marido deu consentimento", porque, como é sabido, a mulher é propriedade do marido, violar um corpo inerte é aceitável, é compreensível. Muitos deles são também descritos pelas famílias como "bons pais de família". Têm entre 26 e 73 anos, exercem as mais variadas atividades: militar, professor, reformado, engenheiro, jardineiro, pedreiro, bombeiro. Têm em comum serem homens e viverem num perímetro geográfico próximo. Não são monstros, são "*monsieur tout le monde*". Os monstros não existem, os violadores, sim! É o marido, o namorado, o irmão, o tio, o avô, o vizinho, o amigo, o colega de trabalho, o patrão. "*Not all men*", nem todos os homens, mas é impossível para uma mulher saber antes do irreparável. *Merci, Gisèle.*

Professora de Filosofia do ensino secundário

Basta prender os pirómanos e abater os eucaliptos

Memória futura

Manuel Carvalho

A tese dos bodes expiatórios impede-nos de encarar a verdadeira natureza do problema: a incapacidade de executar reformas profundas

NELSON GARRIDO

Procurar respostas simples para problemas complexos e aflitivos faz parte da natureza humana. É por isso compreensível que o primeiro-ministro tenha procurado aliviar as dores dos fogos dos últimos dias prometendo perseguir os pirómanos que os alegadamente ateiam. Ou que os cruzados contra o eucalipto regressem em toda a força para, em jeito de fé, denunciarem uma vez mais a origem da destruição do mais importante recurso renovável do país. Pode soar bem, mas este perigo de simplificar os problemas pelo recurso a bodes expiatórios cheira mal. É como assobiar para as árvores, uma distracção que nos desfoca da raiz profunda dos males. E nos leva a acreditar que basta a lei e a vontade do Estado para que se possa regressar ao mundo idílico das florestas naturais onde havia pastores de dia e lobos e raposas à noite.

Por muito que o incendiarismo seja uma praga que merece combate enérgico e ainda que a monocultura do eucalipto seja uma das causas das fragilidades da floresta nacional, a superficialidade da tese dos bodes expiatórios impede-nos de encarar com realismo a verdadeira natureza do problema: a incapacidade do país de executar reformas profundas. As que exigem estudo, tempo, persistência, determinação, planeamento e organização do Estado, avaliação e energia para ultrapassar recuos ocasionais. Acontece na floresta como acontece na educação, na justiça ou na saúde. Gerar um consenso mínimo sobre uma estratégia e ser intransigente até que seja executada é uma miragem. Vale mais atribuir culpas ao eucalipto, aos criminosos, aos madeireiros, aos pastores ou, em geral, a interesses indefinidos que actuam nos bastidores.

O drama dos incêndios entrou na agenda das preocupações no princípio dos anos de 1990, quando o número de ocorrências e a dimensão das áreas ardidas geraram alarme e consternação. Em 1996 aprovou-se a Lei de Bases da Floresta aprovada por todos os partidos, mas seria necessário esperar pela destruição de 2003 e de 2005 para que os governos de então arregaçassem as mangas e começassem a encontrar respostas para o flagelo. Pelo meio, envolveram-se no debate bancos e empresas, criaram-se empresas públicas para atrair investimento, planos de ordenamento regionais, planos de gestão, incentivos ao associativismo, aposta nos sapadores ou nas cabras sapadoras, compraram-se aviões, equiparam-se os bombeiros. No Terreiro do Paço acreditou-se que bastava legislar e regar os incêndios com dinheiro para que tudo se resolvesse.

Como todos os grandes silvicultores foram avisando ao longo dos anos, o que estava em causa eram expedientes. Aspirinas. Com o aumento das temperaturas médias, os fenómenos climáticos extremos e a conjugação de uma nova monocultura, a do eucalipto, com a monocultura do pinheiro-bravo já existente, foi ficando claro que só o ordenamento e a gestão da floresta podiam mitigar os desastres. Foi também crescendo a ideia que a submissão de 36% do território nacional ocupado pelas florestas a uma lógica de comando e controlo era um absurdo. Até porque, na entrada deste século, um dos mais sábios, dedicados e competentes serviços do Estado português, a velha Direcção-Geral das Florestas, tinha sido desarticulada e os seus engenheiros sentados em secretárias a aprovar projectos pagos pela Europa.

Em 2017 veio o murro no estômago e a depressão, primeiro com Pedrógão Grande e depois com o 15 de Outubro em que morreram 50 pessoas. O Presidente Marcelo exigiu medidas de fundo, estruturais, e o Governo de António Costa avançou com a que foi designada como "a maior reforma florestal desde D. Dinis". Pela primeira vez, trocou-se o discurso espectacular dos meios aéreos, das operações com nomes dignos do 007 e olhou-se para a realidade. Uma equipa de investigadores estrangeiros deixara um aviso dramático: com as condições da altura, sem ordenamento e sem gestão, Portugal tinha de estar preparado para vagas de incêndios capazes de devastar 750 mil hectares num ano — em 2017, o pior da história, arderam pouco menos de 550 mil hectares.

A realidade forçou a criação de novos instrumentos de gestão da floresta capazes de promover plantações de várias espécies num mesmo espaço, o bloqueio da área do eucalipto, a limpeza das superfícies de contacto entre as aldeias e os povoamentos, a obrigação de todos em limpar as matas dos seus espaços, o avanço de um cadastro florestal para identificar e responsabilizar proprietários, o uso de fogo controlado ou da pastorícia para reduzir os materiais combustíveis, a criação de faixas de protecção nas grandes manchas, entre outras medidas. Muitos, ignorando que, sendo privada, a floresta tem relevância pública, protestaram contra o estatismo — era bom lerem o Forestry Act do Reino Unido, em que se exigem licenças para cortes de árvores; outros duvidaram da capacidade do país para tão grande, embora urgente, missão. Tinham razão.

Nos primeiros anos, várias medidas foram avançando. Ao contrário do passado recente, o investimento na protecção aumentou nove vezes e do combate apenas duas e tudo parecia indicar que as mudanças estruturais estavam a funcionar. De Pedrógão até este ano, a média da área ardida ficou sempre abaixo dos 66 mil hectares, contra os 161 mil entre 2000 e 2017. Até que a memória da tragédia se foi esvanecendo e o plano derrapou. Em 2022, a agência nacional que coordenava toda esta reforma fez um aviso pungente: "Temos de tomar mais medidas já." E, numa espécie de premonição, voltou a avisar que, sem um novo ímpeto, o país arriscava-se a assistir de novo à destruição de infra-estruturas ou a danos nas "comunidades urbanas".

O que aconteceu? Portugal, apenas. O desordenamento que grassa com a balda nos adiamentos das revisões dos planos directores municipais reflecte-se nas casas que entram no arvoredo ou na floresta que entra nas ruas. O Estado mais centralizado da Europa continua a acreditar que lhe basta decretar uma ordem em Lisboa para que ela seja cumprida do Vimioso a Castro Marim. Os governos tornaram-se cataventos, incapazes de pensar o país e de determinar as suas prioridades. As oposições entretêm-se nas manobras políticas que dão bons bonecos nas TV e não estão para estudar coisas chatas que cruzam ordenamento com biologia, economia com Estado de direito. E a comunidade nacional, a começar pela imprensa, chora lágrimas com os fogos no Verão, mas tem mais com o que se preocupar quando arrefece.

Entretanto, o país arde, pessoas morrem e tudo volta ao princípio. A culpa é dos eucaliptos e dos incendiários. Não, a nossa organização medieval do Estado ou a nossa

Jornalista

Carga de navio com bandeira portuguesa vai para empresa de armamento israelita

Paulo Rangel Ministro dos Negócios Estrangeiros revela novas informações sobre navio e diz que reclamação de Olivença não está na agenda

Hora da Verdade

Helena Pereira e Susana Madureira Martins (Renascença) Texto **Daniel Rocha** Fotografia

Afinal, o navio com bandeira portuguesa que foi impedido de aportar na Namíbia transporta material que será usado por três fabricantes de armamento e um deles é israelita. A informação foi avançada, em entrevista ao PÚBLICO-Renascença, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, que diz ter obtido mais dados do armador do navio. O material, de duplo uso, será descarregado no Montenegro e na Eslovénia e depois seguirá para Israel e dois países da NATO, a Polónia e a Eslováquia. Rangel diz tratar-se de uma matéria "jurídica complexa" e que o Governo ainda não tomou qualquer decisão sobre a retirada do pavilhão português ao navio.

Emmanuel Macron já defendeu o envio de tropas de países aliados para a Ucrânia. Qual é a posição de Portugal sobre esta possibilidade?

A posição de Portugal tem sido sempre concertada no quadro da União Europeia e no quadro da NATO. É uma matéria na qual o Ministério da Defesa tem sempre uma palavra determinante, mas não está em causa, do ponto de vista português, um envolvimento - nem deve estar - da NATO ou da União Europeia, ou de um grupo de Estados. Neste momento, é algo que está excluído.

Na semana passada, o Presidente norte-americano admitiu pela primeira vez a possibilidade de permitir o uso dos mísseis de longo alcance fornecidos à Ucrânia para atacar a Rússia. Concorda com a posição do Presidente norte-americano?

O Presidente norte-americano não tomou ainda uma posição definitiva. E essa é uma questão que não nos compete. O armamento que temos fornecido não tem essas características. Estas são matérias de exclusiva competência bilateral, cada Estado define o quadro em que o material militar que fornece pode ser usado.

Se a situação evoluir, Portugal há-de ter uma posição sobre se vê como razoável ou justificável que este armamento seja utilizado em solo russo, ou não?...

A Ucrânia acaba de passar a ter actuação em solo russo, na região de Kursk, no quadro da legítima defesa.

Em relação ao navio com bandeira portuguesa, denunciado como dirigindo-se a Israel, mantém que se dirige ao Montenegro e à Eslovénia e que não transporta armas, nem munições, nem material de guerra, embora transporte explosivos?

Este barco não se dirige a Israel, dirige-se a dois portos no Adriático, um na Eslovénia e outro no Montenegro. Quando eu falei, o que sabíamos é que transportava material explosivo, que é o material que seria utilizado pelos compradores para os fins próprios das suas firmas. Entretanto, continuámos a receber novas informações e ficou estabelecido que o material se destina a três países, um deles Israel. O barco terminará o seu frete no mar Adriático (num porto no Montenegro e noutro na Eslovénia), e depois o material segue por outros barcos, ou via terra, para a Polónia e para a Eslováquia. Metade do material vai para a Polónia e para a Eslováquia, metade do material vai para Israel.

E isso, para Portugal, não tem problema?

A questão não é se tem problema. Eu estou a dar a informação toda. As empresas são de três nacionalidades, todas elas são empresas de fabrico de armamento, portanto o material que está no barco é um material de duplo uso, ou seja, pode ser utilizado para armamento, pode ser utilizado para, por exemplo, construção em obras públicas, túneis, pedreiras, etc. As empresas que são o destino final todas elas fabricam armamento - sobre isso não há dúvidas -, embora com uma cláusula que exclui as armas de destruição maciça.

> "[Devolução do território de Olivença] é um ponto que não está nem vai estar na agenda

> Para mim, pessoalmente, não seria difícil escolher entre Trump e Kamala Harris

Para Portugal, isso não é desconfortável?

Estamos neste momento ainda a analisar a situação e estamos em contacto com as autoridades, portanto, ao contrário do que se pensa, Portugal não está parado. Isto é uma questão jurídica muito complexa, não é uma questão simples. Não há nenhuma razão jurídica efectiva à data para retirar o pavilhão. Pode haver

razões de índole política, com certeza.

Por razões políticas, o Governo não pode tomar essa decisão?
Nenhum Governo em Portugal teve até agora a atitude que este Governo teve…

Qual é a atitude que este Governo teve?
Proibir a exportação de armas para Israel. Temos de olhar para isto também com justiça. Vejo partidos que defendem o reconhecimento da Palestina, mas quando tiveram poder efectivo nunca contribuíram para isso, em 2015 e até em 2022. E agora exigem-no a este Governo, que foi o único que até agora, na Assembleia Geral das Nações Unidas, votou a favor da admissão integral, ou seja, de membro de pleno direito, da Palestina. Este Governo ainda hoje vai votar a favor de uma resolução nas Nações Unidas apresentada pela Palestina a propósito das conclusões do Tribunal Internacional de Justiça. Este Governo proibiu este mês o sobrevoo de um avião que vinha dos Estados Unidos para Israel com armamento. Portanto, eu não recebo lições de moral de ninguém, nem este Governo recebe. Portanto, vamos pôr as coisas no seu contexto.

Existem ou não fundamentos para o Governo retirar a bandeira? Ainda pode fazer isso?
Pode ou não. É uma questão jurídica complexa. Este barco não vai para Israel. É o primeiro ponto. Ele não carrega armamento, carrega material de duplo uso. Parte desse material vai para países como a Polónia e como a Eslováquia, que são países aliados da NATO, com os quais temos compromissos e que produzem armamento que provavelmente irá para a Ucrânia ou irá para a sua própria defesa. É preciso ter em conta que a questão é muito mais complexa.

Sobre este armamento que Portugal impediu que migrasse dos Estados Unidos para Israel, em que condições é que isto aconteceu?
A decisão formal foi tomada a 10 de Setembro. Teve a ver com o direito de escala nas Lajes e o sobrevoo.

Entre Trump e Kamala Harris, seria difícil para si escolher?
Para mim, pessoalmente, não seria difícil escolher. Mas, como sou o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, as minhas preferências pessoais não contam. O que conta é a relação Estado-Estado.

Maria Luís Albuquerque vai ter a pasta dos serviços financeiros na Comissão Europeia. Esta era a pasta mais desejada pelo Governo português?
É uma pasta estratégica. A união de mercado de capitais é verdadeiramente a alavanca em termos de futuro financiamento da União Europeia e desenvolvimento de uma economia próspera. Portanto, Portugal vai estar no centro da construção da resposta que a União Europeia tem de dar no plano global.

Depois das recentes declarações do ministro da Defesa sobre Olivença, gostava que esclarecesse qual é a posição do Estado português sobre aquele território…
A posição do Estado português e deste Governo é a posição de todos os Governos anteriores. Isso não é um assunto que esteja na agenda. Como o ministro da Defesa explicou, trata-se de uma posição pessoal, que eu, aliás, já conhecia porque privei com ele 15 anos no Parlamento Europeu, e que é uma posição do seu partido.

O ministro da Defesa, numa cerimónia enquanto ministro da Defesa, pode ter posições de líder partidário?
O ministro já esclareceu esse ponto. É um ponto que não está na agenda bilateral entre Portugal e Espanha. Vamos ter agora a Cimeira Luso-Espanhola e esse ponto não consta da agenda. Nem constará. Portanto, a posição do Governo português é a posição de sempre.

Que é território português, mas Portugal não está interessado em reclamá-lo? É deixar estar como está?
Não é um assunto que esteja na agenda, e portanto não vale a pena estarmos a explorá-lo, porque ele não está nem vai estar na agenda.

Incêndios florestais

Ir atrás dos criminosos? "A firmeza não é populismo"

O primeiro-ministro anunciou que o Governo vai atrás de eventuais criminosos por fogo posto. Isto quer dizer exactamente o quê? O que é que é ir atrás dos criminosos?
A primeira coisa que é preciso dizer é lamentar a perda de vidas. Depois lamentar os danos, que são enormes. A perseguição criminal tem sido sempre feita, e bem, junto daqueles que são os autores materiais, as pessoas que vão fazer as ignições. Umas vezes sabemos que isto até está ligado a um quadro psicológico, de piromania, noutros casos não se percebe quais são os interesses que estão por trás disto. E, portanto, o patamar para o qual o primeiro-ministro subiu é que a investigação criminal deve centrar-se não apenas nos autores materiais.

Há interesses particulares, chamou-lhe o primeiro-ministro. Que interesses particulares é que são esses? Estão identificados?
Não. Se se pede que haja investigação, é para saber porque é que surgem às vezes tantas ignições ao mesmo tempo. Portanto, parece que há um interesse objectivo em provocar incêndios de alto calibre. Aquilo que se pretende é fazer também investigação nesse plano, isto é, se há autores morais, se há interesses, económicos, outros…

É que isto lança suspeitas sobre, por exemplo, empresários ligados à madeira.
Não, isto não lança suspeitas sobre ninguém. Se nós todos temos a percepção de que existe um número anormal de incêndios, tem que ver com o quê? Temos que fazer essa investigação.

Aquela declaração do primeiro-ministro parecia para rivalizar com um certo discurso populista do Chega.
Isso é injusto, sinceramente. Por exemplo, não se falou no aumento das penas, que é normalmente a retórica populista. Sinceramente, isto não é nenhum populismo. A firmeza não é populismo. Isto é um pouco como defender a imigração regulada. É a mesma coisa. Isto não é populismo nenhum. Uma coisa são aqueles que comentam o discurso de ódio, xenofobia e que são contra as migrações e que fazem percepções erradas. Outra coisa totalmente diferente dessa é dizer, por exemplo, que nós precisamos de imigração regulada.

Acha que o PS está de boa-fé nas negociações do orçamento ou está à procura de pretextos para não o viabilizar?
Não vou fazer qualificações sobre o PS. As forças que apoiam o Governo, o PSD e o CDS, estão de boa-fé, de certeza. Queremos, com todas as nossas forças, que Portugal tenha um orçamento aprovado. Se nós pensarmos que temos o PRR num ano crucial da sua execução, que será 2025, ter um quadro orçamental estabilizado e aprovado é algo muito, muito importante.
Todo o nosso esforço será posto nisso, sempre com abertura para dialogar com todos, sempre de boa-fé, de modo a que se encontrem pontos de convergência.

E acha que isso tem existido do outro lado, do Partido Socialista?
Como desejo profundamente que tenhamos sucesso neste diálogo, fazer qualificações ou adjectivar esta ou aquela reacção só para fazer mais uma pequena manchete é uma coisa que eu não vou fazer.

Houve intransigência da parte do líder do PS, por exemplo, na questão da política fiscal, do IRS Jovem e do IRC?
Não vamos desvirtuar o OE. Repare que o PS e o Chega têm sido aliados objectivos em matéria com impacto orçamental. Os dois procuram fazer de conta que não têm nada a ver um com o outro, mas os dois, objectivamente, têm-se aliado e já influenciaram bastante o orçamento. Já têm lá uma parte importante de autoria ou de assinatura no orçamento. O Governo vai trabalhar de boa-fé, mas também com um rumo. O Governo não é um Governo mole.

O líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, tem dito muitas vezes que está convicto que o orçamento vai ser aprovado.
Também tenho essa convicção. Os portugueses querem estabilidade e não querem eleições. É preciso pensar nos interesses de médio prazo e isso exige negociações que sejam feitas com calma e com algum recato, e temos ainda tempo para elas.

Incêndios param negociações do Orçamento do Estado entre Governo e socialistas

Liliana Borges e Ana Sá Lopes

Era esperada uma nova conversa entre Governo e PS para discutir o OE2025, mas incêndios deixaram negociações suspensas

Uma semana depois da última reunião do Governo com os partidos para negociar o Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) está tudo em suspenso. A expectativa de nova conversa entre o Governo e o PS, já esta semana, acabou ultrapassada pelos acontecimentos dos últimos dias. O agravamento dos incêndios florestais cancelou as agendas e adiou, para data ainda incerta, as conversações entre o executivo e os socialistas, sabe o PÚBLICO.

No início desta semana, Luís Montenegro fez questão de passar um sinal político de que o seu executivo está concentrado na resposta imediata às populações e por isso cancelou toda a sua agenda até sexta-feira, e decidiu adiar o 42.º Congresso Nacional do PSD, que estava previsto para este fim-de-semana, em Braga.

Embora não tenha estado presente nas duas primeiras rondas de negociações entre o Governo e os partidos, a garantia da ausência de Luís Montenegro de um novo encontro com o PS também terá tido peso entre os socialistas. Com a agenda do primeiro-ministro cancelada, a direcção do PS – que se reuniu na terça-feira à noite – decidiu travar a apresentação das suas propostas enquanto durar a crise dos incêndios.

Recorde-se que estas propostas são decisivas para que o PS aceite viabilizar o OE, para além das outras condições – o Governo desistir do IRS Jovem e recuar na diminuição do IRC. Do lado do Governo, há abertura para cedências no IRS Jovem, mas o executivo não abrirá mão da medida.

Luís Montenegro cancelou toda a agenda desta semana

Na reunião da Comissão Nacional de sábado, em Coimbra, o secretário-geral do PS não revelou aos dirigentes presentes o conteúdo das propostas, mas deu a entender que seriam focadas na Saúde e na Educação.

No Governo, para já, Montenegro quer a sua equipa concentrada nas respostas às necessidades levantadas pelos vários incêndios florestais, que levaram o executivo a decretar situação de calamidade para os municípios mais afectados.

É que, embora os ministros que estejam a conduzir o processo negocial com os partidos sejam os titulares dos Assuntos Parlamentares, Presidência e Finanças, a transversalidade das respostas exigidas desvia as atenções de todos os ministérios. Aliás, ainda na terça-feira, quando comunicou ao país que o Governo tinha decidido decretar situação de calamidade, o primeiro-ministro fez questão de ter a seu lado todos os governantes que tinham estado na reunião extraordinária do Conselho de Ministros.

No terreno, além do ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, estão também os secretários de Estado da Saúde, Acção Social, Infra-Estruturas, Habitação, Economia, Florestas e Administração Local.

Mas não são os únicos ministérios com novas tarefas por estes dias. A ministra da Justiça, além da escolha do próximo nome para o cargo de procurador-geral da República, também ficou responsável pela criação de uma equipa dedicada à investigação especializada da criminalidade ligada aos incêndios.

Com o adiamento do congresso do PSD para 19 e 20 de Outubro, a reunião dos sociais-democratas acontecerá já depois da apresentação da proposta de Orçamento, que terá de ser entregue na Assembleia da República até 10 de Outubro. A nova data atira o encontro para bem perto dos dias em que arranca a discussão e votação do OE na generalidade.

PS quer alargar prazo do aborto para as 12 semanas e acabar com período de reflexão

Maria Lopes

Socialistas propõem que o acompanhamento psicológico e de técnico de serviço social deixe de ser obrigatório.

O PS pretende alargar de dez para 12 semanas o prazo permitido para que uma mulher faça a interrupção da gravidez a seu pedido, e de 12 para 14 semanas caso seja necessária para "evitar perigo de morte ou de grave e duradoura lesão para o corpo ou para a saúde física ou psíquica" da mulher. Os socialistas também propõem que se acabe com o prazo de três dias de reflexão entre a consulta prévia e a intervenção, e que o atestado que comprova que a gravidez não excede as 12 semanas não precise de ser assinado por médico diferente daquele que faz a interrupção da gravidez, reduzindo de dois para um os médicos envolvidos.

Se à esquerda todos os partidos se alinham para este alargamento do prazo, o assunto deverá contar, no entanto, com a oposição do PSD – embora o partido possa dar liberdade de voto na matéria –, e é certo que terá voto contra do Chega, do CDS-PP e, previsivelmente, também da IL.

As propostas de alteração constam de um projecto de lei sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG) entregue pelos deputados do PS no Parlamento, que cumpre o anúncio feito há três semanas pela líder parlamentar Alexandra Leitão na Academia Socialista. A dirigente defendeu na altura ser preciso "garantir que o Serviço Nacional de Saúde assegura a todas as mulheres o direito humano fundamental de dispor livremente do seu corpo", independentemente do seu contexto familiar ou situação socioeconómica, pelo que se torna necessário também "regulamentar a objecção de consciência à IVG", que tem sido apontada como um entrave ao seu acesso pleno.

Os deputados socialistas realçam que "o prazo legal máximo de dez semanas para a realização da IVG em Portugal é o mais restritivo de toda a Europa, o que desconsidera as recomendações da Organização Mundial de Saúde". Por isso, defendem o seu aumento para 12 semanas a pedido da mulher, e para 14 semanas em caso de perigo de saúde para a grávida. Também se acaba com a obrigação de haver três dias de reflexão entre a consulta obrigatória destinada a facultar à mulher grávida "o acesso à informação relevante para a formação da sua decisão livre, consciente e responsável" e a intervenção médica.

Mantêm-se, porém, os restantes prazos, como as 16 semanas para casos em que a gravidez tenha resultado de crime contra a liberdade e autodeterminação sexual; as 24 semanas para os casos em que haja "seguros motivos para prever que o nascituro virá a sofrer, de forma incurável, de grave doença ou malformação congénita"; e sem prazo para as situações de fetos inviáveis.

Para tentar contrariar as dificuldades levantadas em muitos serviços hospitalares devido aos casos de objecção de consciência, os socialistas pretendem que a lei estipule que é assegurado esse direito à objecção "sem que o exercício desse direito individual possa pôr em causa o direito à vida, à saúde e à liberdade das mulheres que decidem interromper a gravidez". Para isso, os serviços públicos têm que se organizar de forma a "que se garanta a todo o tempo o número de profissionais de saúde necessários ao acesso efectivo e atempado à interrupção voluntária da gravidez ou, quando tal seja impossível, a existência de resposta no próprio serviço com recurso a prestador externo". Ou seja, poderá haver contratação externa de médicos.

DANIEL ROCHA

Pedro Nuno Santos é o primeiro signatário do projecto de lei entregue pela bancada parlamentar socialista

> **Deputados do PS afirmam que o prazo de dez semanas que vigora em Portugal "é o mais restritivo de toda a Europa"**

Um "direito à saúde"

Além disso, os socialistas também querem que a lei proíba os médicos e demais profissionais de saúde que invoquem a objecção de consciência de participarem na consulta prévia em que a mulher manifesta ao médico a sua intenção de interromper a gravidez. O texto do projecto de lei prevê ainda que "a objecção de consciência não inclui a recusa de assistência médica ou outra a mulheres antes ou depois de uma interrupção voluntária da gravidez" – para evitar casos de recusa em situações em que, por exemplo, as mulheres recorrem a serviços de saúde na sequência de problemas depois de um aborto.

Os deputados do PS realçam que os dados das auditorias da IGAS – Inspecção-Geral das Actividades em Saúde e da ERS – Entidade Reguladora da Saúde se contradizem sobre indicadores dos médicos objectores de consciência, mas existe uma percentagem "altíssima", que leva a que vários hospitais não efectuem IVG, impedindo o exercício desse direito e agravando a "discriminação socioeconómica e territorial" de muitas mulheres. Há pelo menos sete hospitais que apenas realizam a IVG por questões médicas, recusando os casos em que esta é feita por opção da mulher. Uma situação que o Comité Europeu dos Direitos Sociais "entendeu como violação do direito à saúde das mulheres".

Em Abril, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução que propõe a inclusão do direito ao aborto na carta dos direitos fundamentais da União Europeia, que teve os votos contra dos eurodeputados do PSD e do CDS-PP.

No preâmbulo do projecto de lei, os socialistas recordam que antes da despenalização do aborto, em 2007, este era a terceira causa de morte materna em Portugal, e que o acesso à IVG é também um direito à saúde sexual e reprodutiva e "de respeito pela autonomia da mulher".

Aguiar-Branco pede "seriedade e celeridade" à nova CPI

Maria Lopes

Um pedido para dentro e um aviso para fora. Na tomada de posse da nova comissão de inquérito à gestão da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o presidente do Parlamento pediu que, "dadas as especiais características da sua missão, faça o que se pede à Justiça: seriedade e celeridade", e afirmou que "ninguém tem que ter medo de vir à Assembleia da República".

"Estas comissões de inquérito fazem parte das atribuições normais da Assembleia da República, entre os vários instrumentos que temos para o escrutínio e a fiscalização, e cumprem esse propósito de uma forma de excelência", começou por dizer José Pedro Aguiar-Branco ao dar posse aos deputados de todos os partidos com assento parlamentar que compõem a nova CPI. A comissão é presidida pelo socialista Tiago Barbosa Ribeiro, e tem como vice-presidentes a deputada do Chega Felicidade Vital e o deputado do PSD Maurício Marques.

"É bom, é saudável vir ao Parlamento, e ninguém tem que ter medo de vir à Assembleia da República. Devemos transmitir esta mensagem para fora porque nem toda a gente sente isso", vincou, talvez tendo em mente que na outra comissão de inquérito em curso, a das gémeas tratadas com o medicamento Zolgensma, há pelo menos duas pessoas – a mulher de Nuno Rebelo de Sousa e o pai das meninas – que o Parlamento não consegue contactar e os familiares e advogados recusam dar os seus contactos directos. "Aqui materializa-se o espaço maior, por excelência, de representação popular", insistiu.

Aguiar-Branco esteve ontem na tomada de posse da comissão parlamentar de inquérito à Santa Casa

Directamente à comissão, pediu "seriedade e celeridade", que "se apure com critério tudo o que haja para apurar e que as coisas se façam com ritmo, porque o país olha com particular atenção o que se passa nas CPI, cria o seu legítimo interesse e as expectativas de se encontrarem conclusões".

José Pedro Aguiar-Branco salientou ainda que "os cidadãos não gostam que as coisas se arrastem na comissão sem se atingir qualquer resultado (...) e querem que seja apurada a verdade".

O prazo máximo para a comissão apresentar o relatório é de 180 dias (seis meses) e Aguiar-Branco até desafiou a CPI: será "um bom exemplo se antecipar e atingir os objectivos antes disso".

O presidente da Assembleia da República defendeu ainda que os partidos não se devem empenhar na comissão a pensar em "qualquer ganho particular de A, B, ou C ou de ganhos de qualquer força partidária", mas sim na "missão maior da Assembleia que é o apuramento da verdade".

Azambuja: "Quando me fui deitar, havia sangue nos meus pensamentos"

A escola de Azambuja viveu o que até aqui só via acontecer pela televisão. Aluno que esfaqueou colegas foi suspenso. "Ele estava com raiva e felicidade no rosto ao mesmo tempo"

Reportagem

Ana Dias Cordeiro Texto
Rui Gaudêncio Fotografia

Foi a descer as escadas do edifício da Escola Básica quando se dirigia para a aula de História que Filipe (nome fictício) se apercebeu do cenário de uma violência nunca antes vista na escola. E quando isso aconteceu já era tarde para não entrar nele. A faca que feriu seis crianças entre os 11 e os 12 anos na Escola Básica da Azambuja na terça-feira também o atingiu, embora sem gravidade.

"Vi duas miúdas com sangue caídas no chão, e ele com uma faca grande na mão enquanto dizia que desta vez era 'sério'", conta Filipe, de 12 anos, autorizado a falar com o PÚBLICO pela mãe e pelo avô que o veio buscar à escola para o levar a almoçar a casa, no dia seguinte ao que aconteceu. Não lhe ocorreu não vir ontem às aulas, como fizeram 130 alunos, de um total de 450, que preferiram ficar em casa.

Mas há especial cuidado com este miúdo franzino, de olho vivo por trás das lentes dos óculos, roupa desportiva e ténis calçados como muitos dos rapazes que se juntam à saída da escola, pela hora do almoço. O avô ampara-lhe a mochila, num gesto protector e ao mesmo tempo respeitador da vontade que ele demonstra em falar. "Ele estava agitado. Ou gritava muito ou falava baixo", conta Filipe sobre o jovem que também o atacou. "Ele estava com raiva e felicidade no rosto, ao mesmo tempo."

Foi no rotineiro intervalo entre o almoço e o início das aulas da tarde, que o aluno do 7.º ano, armado de uma faca, voltou a entrar na escola, depois de ter estado nas aulas de manhã, e atacou "indiscriminadamente" seis colegas, dos 6º e 7º anos. "Ele atingiu uns e não outros, atacou crianças que não conhecia, mas também a sua melhor amiga. Não creio que o tenha feito de propósito. Mas a alguns disse para se afastarem", continua Filipe.

Alertadas pelo choro e pelo desespero de quem pedia socorro gritando 'tirem-me daqui', auxiliares que estavam no edifício acudiram. "Uma em particular teve uma intervenção decisiva", conta o presidente da câmara da Azambuja, Silvino Lúcio. "Essa senhora é a D. Fátima, que olhou para ele e lhe disse 'Está quieto, larga a faca para o chão', e ele largou. Foi o que me contaram. Também me disseram que depois ele lhe agradeceu ela tê-lo obrigado a parar", conta.

Passam quase 24 horas do acontecimento que abalou alunos, pais e professores, nesta pacata vila de pouco mais de 6000 habitantes, no distrito de Lisboa. Foi tudo muito rápido, segundo Carlos Bochicchio, italiano há muitos anos radicado em Portugal. Foi professor de Educação Física no agrupamento e testemunhou os momentos imediatamente a seguir ao ataque. É agora responsável de um centro de estudos de referência da localidade e, nessa qualidade, vai e vem à escola várias vezes ao dia buscar os alunos que ficam à tarde a estudar no seu centro.

Na terça-feira, saía da escola básica às 14h15 quando se cruzou com aquele que conhecia como seu ex-aluno mas que momentos depois estaria nas notícias. Como sempre, o jovem cumprimentou-o. Já chegado ao centro de estudos, uns escassos 15 ou 20 minutos depois, o professor foi alertado pelas ruidosas sirenes e por um pai que lhe ligava preocupado com o que poderia ter-se passado.

"Voltei logo à escola e deparei-me com um cenário de grande aparato, com muitos pais à porta, ambulâncias, muita polícia, GNR", diz. "Não pude entrar porque a GNR selou o edifício. Mas vi os miúdos a sair e acompanhei alguns. Pouco depois chegou a Polícia Judiciária. Foi tudo muito rápido, e um momento muito pesado por envolver um jovem conhecido de toda a comunidade."

Nessa altura, já Filipe tinha descido as escadas para prosseguir para as aulas da tarde, depois do almoço, e depois tropeçado e ficado pendurado ao corrimão do lado oposto ao do amigo que tinha a faca em punho. "Ele cortou-me a camisola com a faca e picou-me, mas sem gravidade", diz, enquanto arregaça a manga curta da *T-shirt* e mostra a ferida deixada pela arma que feriu seis, dois dos quais com gravidade.

Todos estão fora de perigo, e isso tranquiliza os miúdos. Os que já estão no 8.º ano e, por isso, têm aulas no edifício da escola secundária, uns 150 metros abaixo na mesma rua, dizem com energia que isto não os assusta, apenas os surpreende. Estavam na sala de aula, como que no mundo à parte dos mais crescidos, quando os sobressaltaram as sirenes de cinco ambulâncias, de uma viatura do INEM e de várias da GNR a subirem a ladeira que liga as duas escolas do mesmo agrupamento.

"Tive a certeza de que algo grave se passava", diz aquele que se destaca do grupo por ser mais alto e forte. Com metade do tamanho, dois outros descrevem o que lhes foi descrito por colegas mais novos, com igual desenvoltura. "Foi completamente inesperado. Aconteceu assim do nada." Todos querem falar, e fazem-no num discurso articulado e claro, com respeito pelo que os outros têm para dizer, procurando contribuir para ajudar a desvendar a grande interrogação sobre o que afinal se passou na cabeça do colega para isto acontecer.

Ao jovem foi aberto um processo tutelar educativo, que se aplica a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos que pratiquem um facto qualificado pela lei como crime, como confirmou a Procuradoria-Geral da República ao PÚBLICO. Esse tipo de processo pode resultar numa medida judicial de internamento em centro educativo, em regime fechado, aberto ou semi-aberto. Para já, o jovem foi suspenso preventivamente da escola, como avançou o Ministério da Educação.

Ontem, ao final do dia, o agressor continuava internado no serviço de Pedopsiquiatria do Hospital D. Estefânia em Lisboa. Deverá ser ouvido por um juiz. A Polícia Judiciária lidera a investigação por em causa estar um acto em que foi utilizada uma arma branca.

O PÚBLICO tentou ouvir um responsável do Programa Escola Segura, bem como a directora do agrupamento, Madalena Tavares. Ambos recusaram prestar declarações, o mesmo acontecendo com a presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Azambuja, que recusou dizer se o jovem alguma vez tinha sido sinalizado ou sujeito a um processo de promoção e protecção. Não estava a ser acompanhado pela CPCJ, confirma Silvino Lúcio, nem lhe era conhecida nenhuma perturbação do comportamento, continua o autarca que também diz não estar em condições de

Um dia depois dos ataques, os alunos entreolham-se à procura de explicac

Os ataques suscitaram a perplexidade da população

ções para o comportamento do colega

O professor Carlos Bochichio achou o aluno “mais reservado”

confirmar se o jovem era alvo de *bullying*. “Ele andava talvez um bocado mais reservado, nos últimos tempos, via-o muitas vezes sozinho à entrada e à saída da escola. Dentro da escola, não sei”, diz Carlos Bochicchio.

Uma professora viu o jovem de manhã sentado sozinho numa sala no meio da escuridão. Além dela, ninguém o vira. Estava em silêncio, debruçado sobre a mochila aberta que depois se apressou a fechar quando a professora o surpreendeu no escuro. Isso foi horas antes da violência desencadeada, sem motivo conhecido. É esse um dos principais aspectos a serem averiguados pela Polícia Judiciária, que lidera a investigação.

A autarquia está especialmente empenhada em contactar pais e alunos, a disponibilizar apoio psicológico, para que todos voltem à escola. “Houve muitas pessoas a dizer que a escola não era segura. Queremos criar confiança das pessoas, queremos que se inspire nos pais um clima de confiança e a crença de que a escola é segura”, diz Silvino Lúcio.

Filipe aceitou o apoio psicológico, prestado por profissionais da autarquia e da Unidade Local de Saúde. “A psicóloga disse-me para continuar a fazer tudo o que costumava fazer antes de isto acontecer”, diz. Todos os seis alunos que ficaram feridos estão fora de perigo, embora pelo menos dois ainda inspirem cuidados. “Perturbou-me ver o sangue. Quando me fui deitar, havia muito sangue nos meus pensamentos”, completa. Não o incomoda ver as notícias que colocam a sua vila no centro das atenções por más razões. “Mas não há nada de novo relativamente ao que sabemos. Interessa-me saber o que lhe vai acontecer. Se vai para um colégio interno. Se for um problema da cabeça não devia estar num colégio interno, devia ser tratado. Se quis mesmo fazer o que fez, então sim.”

com Cristiana Faria Moreira

Governo já escolheu novo director para a cadeia de Vale de Judeus

Sónia Trigueirão

“A pessoa está identificada, aguardamos apenas por alguns procedimentos administrativos”, anunciou Rita Alarcão Júdice

A ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, que foi ontem responder no Parlamento às questões sobre o estado das cadeias portuguesas, revelou que está prestes a assinar o despacho de nomeação do novo director de Vale de Judeus. “A pessoa está identificada, aguardamos apenas por alguns procedimentos administrativos”, afirmou, garantindo que nem Vale de Judeus estava sem director há quatro meses, nem este estava de baixa”. “O director aposentou-se a 1 de Julho. A aposentação foi publicada em *Diário da República* a 1 de Agosto. O estabelecimento prisional não ficou sem director após a aposentação do anterior. Assumiu funções o director adjunto, com plenos poderes.”

Quanto às falhas que facilitaram a fuga dos cinco presos do estabelecimento prisional de Vale de Judeus, a governante sustentou que o Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) não foi accionado, “porque o protocolo indica que, naquele caso, o que deve ser feito é usar o SIRESP para as comunicações rádio e emitir o código de fuga”. “Não foi por falta de conhecimento ou formação que os guardas não accionaram o SIRESP. O funcionamento do SIRESP faz parte do curso de formação de guardas, além de ter havido formação quando foi instalado”, afirmou.

Rita Alarcão Júdice reconheceu que “há muito trabalho a fazer” nas prisões, mas garantiu que “já há mudanças em curso”. E aproveitou para dizer que as auditorias às prisões não visam apenas as infra-estruturas, mas também as condições de vida. “Não é só o estado dos equipamentos, das infra-estruturas, dos protocolos ou a organização e a gestão que nos preocupam – as condições de vida nas prisões também nos merecem atenção”, disse, sublinhando que “a pena de prisão consiste apenas – e não é pouco – na privação da liberdade”.

“A pena de prisão não inclui a sujeição a condições de vida que não respeitem a dignidade que qualquer ser humano merece, e que impede o próprio objectivo da reinserção social”, argumentou, acrescentando que vai por isso “fazer um levantamento exaustivo das necessidades em matéria de condições prisionais, tendo em conta os critérios do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos”. Segundo a ministra, o relatório da auditoria aos 49 estabelecimentos prisionais vai estar concluído até 31 de Dezembro. “Assim que estiver concluída a avaliação para cada estabelecimento não precisaremos de esperar pelo fim para agir”, asseverou.

Ao longo do debate, PSD e CDS-PP preferiram responsabilizar os anteriores governos pelas actuais falhas no sistema prisional, enquanto os deputados do PS acusaram a direita de tratar as prisões como “depósitos de pessoas que não interessam”.

A deputada social-democrata Paula Margarido recuou a 2017, altura em que Francisca Van Dunem era ministra da Justiça do primeiro Governo liderado por António Costa, para recuperar o relatório que então fazia um diagnóstico da situação e avançava com medidas para os dez anos seguintes. “Este plano foi esquecido e ficou na gaveta”, afirmou. João Almeida, do CDS-PP, concordou: “Durante sete anos o PS que tinha em suas mãos um relatório que o próprio tinha pedido não fez nada.”

A socialista Cláudia Santos retorquiu que “para a direita as cadeias são depósitos de pessoas que devem ser mantidas o mais longe possível do olhar dos cidadãos de bem”, enquanto Isabel Moreira lembrou que “a questão da segurança prisional não encontra solução boa na reconstrução das torres de vigilância ou na electrificação da rede de arame farpado”. “Quem assim pensar está a pensar no rescaldo de uma fuga e não na serenidade da razão e do que são efectivamente os problemas do nosso sistema prisional”, disse.

Os presos iludiram a vigilância dos guardas de Vale dos Judeus

Lisboa foi a cidade que somou mais escolas com alunos sem aulas

Clara Viana

Professores de 74 escolas do Norte e centro poderão ter subsídio de deslocação. Educação Especial é a área com mais vagas

É no concelho de Lisboa que se concentra o maior grupo de escolas com mais carência de professores. Do total de 234 agrupamentos e escolas não agrupadas identificados pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), num despacho publicado ontem, 17 estão na capital. Segue-se o concelho de Sintra com 12.

O MECI classificou como escolas carenciadas todas as que em 2023/2024 "tiveram alunos pelo menos 60 dias consecutivos sem aulas a uma disciplina". É um mal transversal que em Lisboa, e não só, se fez sentir tanto em escolas de renome e de meios favorecidos como em outras menos privilegiadas.

Entre as escolas listadas pelo MECI em Lisboa figuram, entre outras, a Secundária Rainha D. Amélia, os agrupamentos de escolas de Benfica e Vergílio Ferreira, que está entre os quatro maiores do país em número de alunos, a Escola Artística António Arroio e a Escola Artística de Música do Conservatório Nacional.

No final de Agosto, o ministro Fernando Alexandre indicou que o MECI "não divulgaria a lista das escolas, mas que esta seria pública", o que, conforme precisou agora ao PÚBLICO, teria de acontecer por estar "associada ao pagamento de um incentivo financeiro para a deslocação de professores para as mesmas".

Agora, a tutela lembra ainda que o ministro inclusive pediu "cautela aos órgãos de comunicação social na sua divulgação, tendo em vista não estigmatizar esses estabelecimentos de ensino". O PÚBLICO optou por divulgar o nome de algumas como exemplo de que o problema da falta de professores não ocorre só em escolas inseridas em contextos mais desfavorecidos, o que tem sido uma associação recorrente.

234 escolas carenciadas

Com a identificação das escolas e disciplinas com falta de professores, conhecidas ontem, já é possível ter um retrato mais preciso do universo a que se destinam as 17 medidas excepcionais aprovadas pelo Governo para reduzir o número de alunos sem aulas, entre as quais figuram a contratação de professores aposentados, a abertura de um concurso extraordinário para a entrada no quadro de professores contratados e a atribuição de um subsídio de deslocação a quem dê aulas longe de casa.

Todas estas medidas só serão aplicadas nas 234 escolas identificadas como carenciadas. Destas, 160 estão concentradas de Alenquer até ao Algarve. As outras 74 situam-se nas regiões norte e centro e os seus professores serão também abrangidos pelo subsídio de deslocação, que oscila entre 150 e 450 euros, "desde que o seu domicílio fiscal diste mais de 70 quilómetros do estabelecimento de ensino" em que estão colocados, esclareceu o MECI.

72% das vagas

Já o concurso extraordinário para a entrada no quadro, para o qual foram abertas 2309 vagas, "é direccionado para as escolas mais carenciadas e com maior dificuldade em atrair professores, que estão localizadas nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve", lembrou o MECI. A distribuição de vagas existentes, publicada em portaria nesta terça-feira, atribui cerca de 72% dos lugares abertos às regiões de Lisboa (1298) e Setúbal (360), que integram actualmente os Quadros de Zona Pedagógica 45 e 46.

Ainda não há muito tempo seriam poucos os professores a recusar um lugar em escolas da capital, principalmente naquelas mais conhecidas pelo seu desempenho elevado. Tudo mudou com o disparar do preço da habitação. Como muitos dos professores disponíveis têm residência a norte, ser colocado em Lisboa significa alugar um alojamento, o que se tornou incomportável para quem ganha, em média, 1400 euros líquidos.

Quanto às necessidades por disciplina, dos 35 grupos de recrutamento existentes, apenas não foram abertas vagas para Ciências Agro-Pecuárias, do ensino secundário. O número de lugares abertos oscila entre um (Alemão) e 222 (Educação Especial). Aos docentes de Educação Especial compete, essencialmente, colaborar com os outros professores "na definição de estratégias de diferenciação pedagógica e no reforço das aprendizagens" dos alunos.

Neste grupo existem ainda cerca de 760 professores por colocar com habilitação profissional. Informática, Matemática e Português são as outras disciplinas com mais vagas abertas, o que equivale a dizer com mais falta de professores. A Informática restam 22 professores com habilitação profissional por colocar, a Matemática são cerca de 600 e a Português perto de 900. Esta era a situação no final da terceira reserva de recrutamento, com resultados divulgados no passado dia 16.

O novo concurso será alargado também a candidatos que só têm habilitação própria, ou seja, que não são detentores de um mestrado em ensino que lhes garanta uma habilitação profissional necessária para ingressarem na carreira. É o primeiro concurso que abre as portas à entrada na carreira de candidatos com habilitação própria. Mas com condições. A saber: o ingresso na carreira será provisório, só se consolidando "o vínculo no prazo máximo de quatro anos após a abertura dos primeiros cursos correspondentes às condições de profissionalização".

Vagas abertas para professores por disciplina

Foram abertas 2309 vagas em 160 escolas de Alenquer ao Algarve para a entrada no quadro de professores contratados, de modo a reduzir o número de alunos sem aulas.

*Abrangido por todos os ciclos

N.º do grupo de recrutamento	Disciplina	N.º vagas
100	Pré-escolar	12
110	1.º ciclo	101
120	Inglês (1.º ciclo)	151
200	Português e Estudos Sociais-História	78
210	Português e Francês	25
220	Português e Inglês	81
230	Matemática e Ciências da Natureza	24
240	EVT	47
250	Educação Musical	14
260	Educação Física	2
290	Educação Moral e Religiosa Cristã**	42
300	**Português**	**166**
310	Latim e Grego	2
320	Francês	52
330	**Inglês**	**146**
340	Alemão	1
350	Espanhol	57
360	Língua Gestual Portuguesa	4
400	História	102
410	Filosofia	34
420	Geografia	133
430	Economia e Contabilidade	83
500	**Matemática**	**186**
510	Física e Química	113
520	Biologia e Geologia	103
530	Educação Tecnológica	17
540	Electrotecnia	20
550	**Informática**	**193**
560	Ciências Agropecuárias	0
600	Artes Visuais	74
610	Música	2
620	Educação Física	9
910	**Educação Especial 1**	**222**
920	Educação Especial 2	4
930	Educação Especial 3	9

** é oferecida no 1.º, 2.º e 3.º ciclos

Fonte: Portaria n.º 211-A/2024; Portaria n.º 345/2023 PÚBLICO

Paliativos: associação denuncia má gestão

O presidente da Associação Nacional de Cuidados continuados (ANCC) considera que há "má gestão" e falta de articulação na referenciação de doentes para os cuidados paliativos, o que explica a baixa taxa de ocupação destas unidades.

"Nós temos uma taxa de ocupação entre os 50% e os 80%. Se a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI] não põe doentes, é porque não quer. E não quer porquê? É uma questão a que não sei responder", disse o responsável da ANCC, José Bourdain, em declarações à Lusa, à margem do Encontro Nacional de Unidades de Cuidados Continuados, realizado ontem, na Chamusca.

De acordo com Bourdain, as unidades de cuidados paliativos têm enfrentado uma taxa de ocupação entre os 50% e os 80%, ainda que exista um número considerável de doentes referenciados que acabam por falecer antes de obter vaga, tal como foi divulgado pelo relatório da Entidade Reguladora da Saúde, segundo o qual quase metade (48%) dos doentes referenciados no ano passado para unidades de paliativos contratualizadas com o sector privado ou social morreram antes de ter vaga.

José Bourdain afirmou que as unidades informam regularmente a RNCCI sobre as camas disponíveis, mas os doentes "pura e simplesmente não são encaminhados". "Não há falta de comunicação da nossa parte, porque nós damos informação à rede quando temos as camas vazias", defendeu.

Bourdain explicou que as unidades de cuidados paliativos enfrentam "sérios prejuízos financeiros" quando a taxa de ocupação fica abaixo dos 85%, uma vez que os custos de manutenção permanecem os mesmos. "São custos muito significativos que temos que suportar", sublinhou. "Os secretários de Estado e os ministros da Saúde não entendem nada destes assuntos. Não nos ouvem, não nos percebem e não se dão ao trabalho de perceber", acusou ainda.

Além das questões económicas, problemas como as falhas no sistema informático e a ausência de partilha de informações entre hospitais e unidades de cuidados continuados persistem". "Muitas vezes um doente é encaminhado para os cuidados continuados sem raios X e sem análises clínicas, porque os hospitais não fornecem estas informações aos profissionais de saúde de cuidados continuados. Há uma falta de articulação em toda a envolvência hospitalar."

Há 25 anos que a NAAM pôs Barroselas no mapa ao som de festivais de metal

Foi fundada numa vila de Viana do Castelo em 1999 e está a celebrar a efeméride com um concerto por mês até Dezembro de 2025, num espaço programado pelo núcleo que organiza o SWR metalfest

André Borges Vieira

Primeiro nasceu uma fanzine, depois organizaram-se os primeiros concertos e logo a seguir foi lançada a semente para aquele que viria a ser um dos festivais de metal mais carismáticos do país. Tudo isto começou em Barroselas, uma pequena vila de Viana do Castelo, ainda na década de 90 do século passado, quando a freguesia do interior do concelho ainda estava fora do radar de muitos que agora a conhecem. Para solidificar todas as actividades, realizadas por dois irmãos e um amigo que moravam na localidade, criou-se uma associação. Essa colectividade cresceu, saiu de portas, para outras zonas do país, e ampliou o raio de acção. E de há uns anos para cá tem nova morada na terra que a viu nascer, num espaço de trabalho que, quando é preciso, se transforma em sala de exposições ou em palco para concertos. A NAAM – Núcleo de Apoio às Artes Musicais pôs Barroselas no mapa e está a celebrar 25 anos com uma agenda de eventos que se estende até ao final do próximo ano.

Não muito longe do centro da vila, perto da Associação Desportiva de Barroselas (ADB), um monumento assinala o reconhecimento de parte do trabalho levado a cabo por este núcleo. Em frente a um muro de betão está uma espada de metal, com alguns metros de altura, cravada no chão. Dois letreiros que a ladeiam registam o momento em que foi construído e o motivo – o Steel Warriors Rebellion (SWR) metalfest, evento organizado pela NAAM, completava 20 edições em 2017.

Apesar de nesta altura do ano aquela área servir apenas de parque de estacionamento para os carros de quem se desloca até à ADB, há sinais de que algo mais se passa ali noutras datas – o SWR, habitualmente, organiza-se no final de Abril, início de Maio naquele espaço. Junto à piscina municipal estão as pistas desse momento alto da programação da NAAM, numa espécie de exposição permanente que remete para o festival com fotografias afixadas num muro ao ar livre.

Mesmo ao lado está o Dinaamo de Barroselas, que já há vários anos serve de ponto de encontro para o público do SWR por altura do evento, e agora é onde a associação trabalha e organiza parte da sua programação.

PAULO PIMENTA

A NAAM, associação fundada há 25 anos em Barroselas, organiza um dos festivais de metal mais emblemáticos do país, o SWR metalfest

É lá que a agenda do aniversário está e vai continuar a ser programada até Dezembro de 2025.

Em conversa com o PÚBLICO, Ricardo Veiga, um dos co-fundadores da associação – os outros são Tiago Veiga e Paulo “Krisiun” –, viaja ao passado para recordar os primeiros passos do núcleo. A NAAM foi criada a 13 de Dezembro de 1999, o mesmo dia do seu aniversário. Mas a génese do núcleo remonta a anos anteriores.

O que uniu os três fundadores foi “a música” e o espaço geográfico. “Somos os três de Barroselas”, diz. Nas aparelhagens de som, onde na altura entrava música que vinha de “um circuito de troca de cassetes”, passava, sobretudo, metal. Mas não só. A uns quilómetros da vila, em Barcelos, havia um programa de rádio, que ainda hoje existe, o Sinfonias de Aço, da autoria do radialista Manuel Melo. “Íamos lá algumas vezes assistir aos programas”, recorda, numa altura” em que ainda “existiam os The Astonishing Urbana Fall”, banda barcelense dos anos 1990, do universo mais alternativo.

Por essa altura, “em 1995”, impulsionados pela vontade de divulgar projectos musicais dentro do cenário mais *underground*, começaram a publicar a fanzine *Metalurgia*. Até 1998 saíram cinco edições. E em 1996 “fizeram-se os primeiros concertos”, na Casa do Povo de Barroselas.

Foi aí que nasceu o evento mais emblemático ainda no activo do núcleo, ainda antes de o mesmo ser formalizado, o SWR metalfest, “a 25 de Abril de 1998”. Por essa altura, Ricardo Veiga e o irmão também já tinham a sua banda de death metal, os GoldenPyre.

O charme de estar no campo

Ricardo Veiga recorda que os primeiros anos do SWR “não foram fáceis”. “As pessoas da vila estranhavam as pessoas que vinham ao festival”, diz. Agora é ao contrário. O festival tornou Barroselas conhecido, dentro de um segmento, e, por causa dos milhares de pessoas que lá se deslocam, mexe com a economia local. A próxima edição, a 25.ª (houve paragens por causa da pandemia), entre 23 e 26 de Abril, está integrada na celebração do quarto de século da NAAM.

Nos anos seguintes, de Barroselas alargaram o raio de acção para Braga, primeiro para programar o bar Shamrock, depois para criarem outro festival de metal em 2003, o extinto Bracara, e mais tarde para trabalharem no âmbito da Capital Europeia da Juventude, entre outros eventos. Também foram para o centro de Viana do Castelo e outras zonas com projectos alargados a outros géneros musicais e a outras áreas artísticas. Regularmente, também organizam concertos em salas do Porto. Do metal alargaram-se para o folk, o rock ou o hip-hop.

> **“Podemos fazer barulho sem chatear ninguém até às três ou quatro da manhã”**

Mais recentemente, após a pandemia, “perderam-se alguns apoios e parcerias”. E focaram-se no maior festival que organizam e na terra que viu nascer a associação. Desde o início do ano, estão a organizar “um concerto por mês” no Dinaamo. Assim vai ser até ao final do próximo ano.

Criar este espaço em Barroselas foi e continua a ser um desafio por estar fora dos grandes centros urbanos. Mais difícil seria se a associação não tivesse já criado um público fiel ao longo destes 25 anos. Mas é um desafio que agrada aos membros da NAAM.

“Obviamente, estamos numa zona mais limitada e fora de mão. Mas esse também é um pouco o charme de estar no campo, não é? Podemos fazer barulho sem chatear ninguém até às três ou quatro da manhã, temos estacionamento fácil para toda a gente, fazemos churrascadas à tarde e concerto à noite. Tem as suas desvantagens, mas também tem as suas mais-valias”, assinala Ricardo Veiga.

COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO ASSINALA 45 ANOS DE CONQUISTAS E DESAFIOS

A COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO (CITE) CELEBRA 45 ANOS NO PRÓXIMO DIA 20 DE SETEMBRO.

O evento reunirá diversas personalidades do panorama político e social para reflectir sobre as conquistas e os desafios que marcaram o percurso da CITE ao longo de quase meio século de actuação.

Criada em 1979, a CITE tem como missão a promoção da igualdade de género e a luta contra a discriminação no mercado de trabalho em Portugal. Entre as suas principais áreas de intervenção destacam-se a igualdade salarial e a conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar. No Portugal pós-25 de Abril, uma época de mudança que definiu novos parâmetros sociais, também no que respeita ao papel das mulheres, ainda havia profundas marcas de 48 anos de ditadura, em que o lugar atribuído à mulher era em casa, a cuidar da família. “As mulheres eram amplamente discriminadas, com várias profissões a serem-lhe completamente vedadas”, sublinha Carla Tavares, presidente da CITE.

> **As profissões com maior presença feminina continuam a ser desvalorizadas”**
>
> **Dr.ª Carla Tavares**
> Presidente da CITE

Em 1979, é, então, aprovada a ‘lei da igualdade’ que veio estabelecer regras contra toda e qualquer forma de discriminação entre mulheres e homens, sobretudo no mercado de trabalho, tendo sido, igualmente, criada a CITE, com a assinatura da então primeira-ministra Maria de Lurdes Pintassilgo. Por esta razão, e aproveitando que o aniversário dos 45 anos da CITE será celebrado no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, o local em que no ano de 1953, com apenas 23 anos, Maria de Lourdes Pintasilgo se formou em engenharia químico-industrial, aproveitou-se o momento, e o local, para homenagear esta figura pioneira na luta pela igualdade de género e pelos direitos das mulheres em Portugal.

DESAFIOS ACTUAIS: DESIGUALDADE SALARIAL E FLEXIBILIDADE HORÁRIA

Não será tão raro encontrar mulheres nestas áreas como nos anos 50, mas os cursos e profissões ligados às engenharias e tecnologias continuam a ter uma predominância do sexo masculino, enquanto na saúde a percentagem feminina é maior, o que se reflecte nas diferenças salariais a favor dos homens. “As profissões com maior presença feminina continuam a ser desvalorizadas”, refere Carla Tavares.
Outro desafio actual é a questão da flexibilidade horária. A maioria dos pedidos de trabalho flexível ou a tempo parcial que chegam à CITE provém dos sectores da saúde e do sector público. “Mesmo 45 anos depois, as mulheres continuam a ser vistas como as principais responsáveis pelos cuidados familiares. Este facto influencia as suas escolhas profissionais, que tendem a priorizar a flexibilidade, enquanto os homens se direccionam mais para carreiras nas áreas tecnológicas e científicas”, acrescenta.
As diferenças entre homens e mulheres também se reflectem nos pedidos realizados à Comissão, o que mostra padrões sociais profundamente enraizados na sociedade. No que se refere à emissão de pareceres prévios, mediante a intenção de recusa, pelas entidades empregadoras, da prestação de trabalho com horário flexível ou a tempo parcial, em 2023, de 1143 pareceres emitidos, apenas 183 foram referentes a pais e os restantes 960 a mães.
“Não basta equiparar as mulheres àquilo que são os papéis dos homens, as mulheres devem estar no mercado de trabalho, devem ter cargos de chefia e já têm, embora em menor número que os homens, mas falta fazer também o caminho inverso, ou seja, sensibilizar para a importância da partilha das tarefas domésticas e de cuidado familiar pelos homens”, salienta. É muito importante ter mais homens nas profissões ligadas ao cuidado.
O mais importante, mas também a maior dificuldade, é conseguir contribuir para a mudança de mentalidades e desconstruir padrões sociais ligados às ideias tradicionais de masculinidade, que se estendem também à cultura empresarial.

O QUE MUDOU? A EVOLUÇÃO DOS PARECERES RECOMENDATIVOS A VINCULATIVOS

Ao longo do tempo, a CITE tem recebido queixas e emitido pareceres jurídicos em matéria de igualdade e não discriminação no trabalho e no emprego. Um dos marcos mais significativos foi a transição dos pareceres, enquanto recomendações, para pareceres vinculativos, que apenas podem ser contrariados por decisão judicial. Sempre que uma empresa pretenda despedir uma trabalhadora grávida, puérpera, lactante ou um trabalhador, ou trabalhadora, em licença parental, é obrigatória a solicitação de parecer à CITE, que tem 30 dias para responder. O mesmo acontece nos casos de pedidos de trabalho a tempo parcial ou horários flexíveis para pais de filhos menores de 12 anos ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica. Desde 2023, os trabalhadores que actuam como cuidadores, assim como aqueles que solicitam regime de teletrabalho, também são abrangidos por pareceres vinculativos da CITE, reforçando-se, assim, a protecção destes grupos. “Actualmente a decisão da CITE é imperativa e só pode ser afastada por decisão judicial”, explica.
A Comissão tem também levado a cabo a apreciação e análise das comunicações das entidades empregadoras relativas à não renovação de contractos a termo para trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes ou trabalhadores ou trabalhadoras em licença parental. Em 2020, foram registadas 2107 comunicações de não renovação de contractos a termo, enquanto em 2021 esse número caiu para 1238, tendo sido feitas 1665 comunicações em 2023. Os números mostram a necessidade de manter uma vigilância constante sobre as práticas de discriminação no mercado de trabalho, considera Carla Tavares.
A Presidente da CITE refere também outros dados que considera pertinentes desde que assumiu o mandato, designadamente que desde 2020 até Junho passado, foram recuperados 102 postos de trabalho, cuja intenção de não renovação foi comunicada à CITE, da qual as entidades empregadoras desistiram na sequência da intervenção da CITE, o que considera ser um número expressivo se pensarmos em cada uma destas vidas individualmente.

Mesmo 45 anos depois, as mulheres continuam a ser vistas como as principais responsáveis pelos cuidados familiares”

Dr.ª Carla Tavares
Presidente da CITE

OLHAR PARA O FUTURO

O evento comemorativo, que contará com a presença, na sessão de abertura, da Ministra do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho, é uma oportunidade para traçar o caminho percorrido pela CITE, mas também para reflectir sobre os próximos passos rumo à efectiva igualdade de género no mercado de trabalho português. A programação inclui uma mesa-redonda sob o tema “45 anos pela Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego. Que desafios para o futuro?”, que convida, precisamente, à reflexão sobre o futuro.
A iniciativa contará, ainda, com um momento musical protagonizado por Marta Pereira da Costa, a primeira e única guitarrista profissional de fado no mundo, e prestará homenagem a duas antigas presidentes da CITE, Josefina Leitão e Maria do Céu Cunha Rego, descritas como “duas mulheres inspiradoras” na luta pela igualdade de género e pelos direitos das mulheres em Portugal, tendo os seus mandatos marcado, de forma muito positiva, o percurso desta Comissão.

Mossad pôs explosivos em 5000 *pagers* do Hezbollah. "Nunca houve nada assim"

MOHAMED AZAKIR/REUTERS

Segunda vaga de explosões, em *walkie-talkies*, faz pelo menos 14 mortos no Líbano. Israel declara "nova fase da guerra" e avisa que há "muitas capacidades" por activar

Sofia Lorena

Pouco mais de 24 horas depois de a explosão de milhares de *pagers* utilizados na sua maioria pelo Hezbollah ter lançado o caos no Líbano, provocando perto de 3000 feridos e 12 mortos, uma série de *walkie-talkies* na posse de membros do grupo explodiram ontem à tarde nas mãos de quem os transportava, fazendo pelo menos 14 mortos e mais de 450 feridos. Depois destes ataques sem precedentes, atribuídos a Israel, os libaneses temem utilizar qualquer aparelho de comunicação e foram mesmo aconselhados pelo Governo a não o fazer.

As condenações internacionais concentraram-no no Médio Oriente, mas chegaram às Nações Unidas e à União Europeia, com o alto-representante para a Política Externa e de Segurança, Josep Borrell, a sublinhar que, "mesmo que os ataques pareçam ter sido direccionados, tiveram danos colaterais pesados e indiscriminados entre os civis, incluindo crianças entre as vítimas". Entre os mortos de terça-feira há uma menina de oito anos e um rapaz de 11, assim como quatro membros do pessoal médico.

Tal como na véspera, a segunda vaga de explosões deu-se em simultâneo em várias zonas de Beirute e em cidades no Sul, Leste e Norte do país (o jornal *L'Orient Le Jour* contabilizou 12 localizações diferentes), incluindo as regiões consideradas bastiões da milícia xiita apoiada pelo Irão. Na primeira vaga, também houve membros do Hezbollah feridos quando os seus *pagers* explodiram na Síria.

Depois de terem mantido um silêncio total sobre estas operações, na terça-feira, os líderes israelitas fizeram uma série de declarações em que pareceram aludir aos ataques logo depois das explosões dos *walkie-talkies*.

Num discurso às tropas israelitas, o ministro da Defesa declarou o início de uma "nova fase" da guerra: "O centro de gravidade está a mover-se para o Norte. Estamos a desviar forças, recursos e energias em direcção ao Norte", afirmou Yoav Gallant, citado pelo jornal *The Timesof Israel*.

Sem se referir especificamente às duas vagas de explosões de dispositivos usados pelo Hezbollah, Gallant elogiou o trabalho das Forças de Defesa de Israel (IDF) e das agências de segurança, sublinhando que os "resultados são muito impressionantes".

Durante uma visita ao Comando do Norte, o chefe do Estado-Maior das IDF, tenente-general Herzi Halevi, foi um pouco mais longe, realçando que Israel tem "muito mais capacidades" que ainda não foram utilizadas no combate ao Hezbollah. "Estamos determinados a criar as condições de segurança que permitirão [o regresso] dos residentes [que deixaram as suas casas por causa da violência no Norte] e estamos prontos a fazer tudo o que for necessário para o conseguir", afirmou, num vídeo divulgado pelas IDF.

"Temos muitas capacidades que ainda não activámos... já vimos algumas delas, parece-me que estamos bem preparados e estamos a preparar estes planos para o futuro", assegurou ainda.

> **Depois destes ataques sem precedentes, atribuídos a Israel, os libaneses temem utilizar qualquer aparelho de comunicação e foram mesmo aconselhados pelo Govern a não o fazer**

A sequência de declarações incluiu ainda um vídeo de dez segundos que parte da imprensa israelita descreveu como "críptico" em que o primeiro-ministro promete às pessoas que vivem junto à fronteira com o Líbano que poderão voltar às suas cidades e vilas. "Já disse que vamos fazer com que os habitantes do Norte regressem em segurança às suas casas", disse Benjamin Netanyahu. "E é exactamente isso que vamos fazer", acrescentou

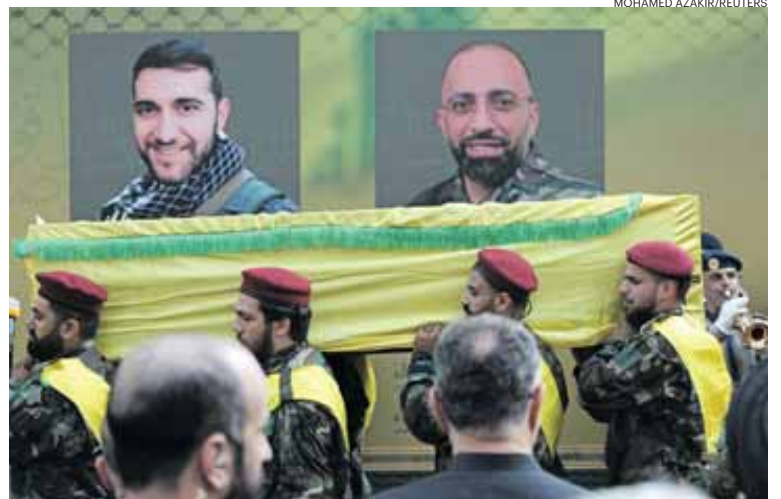
Horas antes das primeiras explosões, o Governo israelita tinha actualizado os objectivos oficiais da guerra iniciada em Outubro do ano passado para incluir o regresso das 60 mil pessoas das comunidades do Norte que foram evacuadas, acrescentando-o à destruição do Hamas e ao regresso dos reféns levados para a Faixa de Gaza.

Fabricados na Hungria?

"Como alguém que trabalha na área da tecnologia, se não estão profundamente perturbados com esta história dos *pagers*, deveriam estar. As implicações são enormes", escreveu na rede X (antigo Twitter) Paul Bernal, professor de Direito das Tecnologias de Informação, resumindo muitas das reacções ao ataque israelita.

As investigações iniciais das autoridades libanesas apontam para que os bipes tenham sido transformados "ao nível da produção", com material explosivo colocado junto às baterias e pré-programados para a detonação. A análise do Hezbollah aos aparelhos que não explodiram mostra que foram introduzidos um a três gramas de PETN (tetranitrato de pentaeritritol), um potente explosivo, em cada bipe, disse à Al-Jazeera o analista político e militar Elijah Magnier.

Antes das explosões, terá sido enviada uma mensagem para todos estes *pagers* e há relatos de que tocaram durante vários segundos antes das detonações.

Os bipes sabotados são da marca Gold Apollo, uma empresa de Taiwan, mas esta garante que apenas cede a utilização da marca a uma empresa na Hungria – a BAC Consulting KFT, com sede em Budapeste, que garante que não os fabricou.

Entre muitas questões sem resposta, a imprensa israelita e norte-americana cita vários responsáveis norte-americanos e libaneses que garantem que a Mossad pirateou 5000 *pagers*, parte de uma encomenda feita há meses pelo Hezbollah (depois de a milícia ter decidido deixar de usar *smartphones* precisamente porque Israel dispõe da tecnologia para os piratear). Outras fontes falam numa encomenda de 3000 aparelhos, pelo que uma parte poderia ter outro destino.

WAEL HAMZEH/EPA

No dia de novo ataque, o Hezbollah enterrou os mortos nas explosões de terça-feira

"Nunca houve nada como isto", afirmou o principal analista em serviços secretos da CNN, entrevistado pelo canal de notícias. Lembrando outras operações complexas já realizadas por Israel, John Miller sublinhou que "nunca ninguém se infiltrou na cadeia de abastecimento de dispositivos usados por toda a uma organização oponente e depois fez o que eles chamam uma '*command detonation*', enviando uma mensagem para todos esses dispositivos ao mesmo tempo".

Fim da ocupação

Depois de o Líbano ter dito que vai apresentar uma queixa contra Israel, o Conselho de Segurança anunciou uma reunião para debater estes ataques, pedida pela Argélia em nome dos países árabes.

Entre o espanto provocado pelas operações desencadeadas por Israel no território libanês, a Assembleia Geral da ONU votou uma resolução sem precedentes: aprovado por 124 países contra 14 (e 43 abstenções), o texto pede que Israel ponha fim à sua "presença ilegal" nos Territórios Palestinianos (Gaza e Cisjordânia) no prazo de um ano.

Ao mesmo tempo, a resolução defende sanções contra Israel (o que não acontecia desde 1982), instando os Estados-membros a deixarem de importar produtos com origem nos colonatos e a suspenderem o fornecimento de armas, munições e equipamento militar, "se for razoável suspeitar que podem ser utilizados nos territórios palestinianos ocupados".

Esta votação deixou Israel ainda mais isolado, uma semana antes da reunião anual da Assembleia Geral – Netanyahu vai discursar no dia 26. Apesar de não ser vinculativa (como seria, se fosse aprovada no Conselho de Segurança), a resolução está a ser interpretada como tendo mais força do que as resoluções anteriores da Assembleia Geral: isto acontece porque nela se diz que o objectivo é fazer cumprir uma decisão do Tribunal Internacional de Justiça, a mais alta instância judicial da ONU, que em Julho considerou a ocupação israelita dos territórios palestinianos ilegal.

Assembleia Geral da ONU votou uma resolução a pedir que Israel ponha fim à sua "presença ilegal" nos Territórios Palestinianos (Gaza e Cisjordânia) no prazo de um ano

Um historial de ataques sofisticados

Assassínios, explosões, raptos: as operações secretas de Israel

André Certã

A explosão de centenas de *pagers* e *walkie-talkies* que matou, ao todo, 26 pessoas e fez perto de 3500 feridos é o último exemplo de uma série de operações no estrangeiro atribuídas a Israel e à sua agência de espionagem, a Mossad, e que, tal como no passado, não foi reivindicada pelo Governo israelita.

A explosão dos *pagers* terá sido causada pela implantação de microexplosivos nos dispositivos, através de uma operação de infiltração na cadeia de produção dos dispositivos, numa fábrica na Hungria, meses antes de serem entregues, no Líbano, ao Hezbollah, que tinha encomendado cerca de 30 mil dispositivos.

Em Agosto deste ano, a Mossad realizou um ataque com explosivos ao quarto de uma residência oficial do Governo iraniano onde estava hospedado Ismail Haniyeh, líder político do Hamas que visitava Teerão para a tomada de posse do novo Presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, eleito depois da morte, num acidente de aviação, do seu antecessor, Ebrahim Raisi.

Antes, em Novembro de 2020, o importante cientista nuclear iraniano Mohsen Fakhrizadeh foi morto em Teerão, enquanto conduzia pela cidade, por uma metralhadora controlada à distância. Fakhrizadeh era considerado pela Agência Internacional de Energia Atómica da ONU como sendo favorável a dar uma "dimensão militar" ao programa nuclear do Irão.

O caso mais conhecido de operações israelitas além-fronteiras aconteceu na década de 1970. Depois do massacre de 17 pessoas, incluindo dez atletas e treinadores israelitas por militantes da organização palestiniana Setembro Negro nos Jogos Olímpicos de 1972, em Munique, a Mossad respondeu com a chamada "*Operação Ira de Deus*", assassinando não só membros do Setembro Negro como também da Organização de Libertação da Palestina (OLP) que estariam alegadamente ligados à coordenação do sequestro e assassinato da comitiva israelita.

A mais complexa destas acções secretas israelitas ocorreu no mesmo país das explosões desta semana: o Líbano. A operação, conhecida como "*Primavera da Juventude*" – uma sub-operação da referida *Ira de Deus* –, envolveu, em 1973, o desembarque de forças especiais do Exército israelita na capital libanesa, Beirute, em coordenação com os agentes da Mossad já infiltrados no país. As forças atacaram então alvos ligados à OLP na cidade, matando três chefes da organização palestiniana que viviam nesse país. Outro dos alvos nesta campanha israelita, o representante da OLP em França, Mahmoud Hamshari, foi assassinado depois de os agentes da Mossad terem entrado no quarto onde vivia, em Roma, e colocado uma bomba no telefone, detonada depois de se identificar numa chamada a um agente que fingia ser um jornalista italiano.

Recuando mais no tempo, a Mossad lançou em 1962 a *Operação Dâmocles*, que tinha como alvo cientistas alemães que trabalharam nos programas do regime nazi de desenvolvimento dos mísseis V1 e V2 durante a Segunda Guerra Mundial e que foram recrutados pelo Egipto, à altura liderado por Gamal Abdel Nasser, que anunciara o desenvolvimento de mísseis que poderiam atingir Israel.

No âmbito da operação, Otto Skorzeny, antigo oficial nazi das SS que trabalhou como assessor militar de Nasser, terá colaborado com a Mossad para assassinar Heinz Krug, um dos cientistas que estavam a trabalhar para o líder egípcio.

Por fim, uma das operações mais mediáticas ocorreu em 1960, quando o então antigo oficial das SS Adolf Eichmann, um dos principais organizadores do Holocausto, foi capturado na Argentina, onde estava exilado, e enviado para Israel. O general das SS seria depois julgado e condenado à morte por 15 acusações de crimes contra a humanidade.

***Walkie-talkie* com bateria removida em Sidon, no Líbano**

Frelimo e Renamo acusados de acordo secreto com vista às eleições

António Rodrigues

CIP diz que Nyusi terá negociado um certo grau de acesso ao poder para evitar que Momade venha a denunciar fraude

O Centro de Integridade Pública (CIP) acusou os dois principais partidos moçambicanos de terem acordado um acesso limitado ao poder por parte da oposição de modo a calar denúncias de fraude nas eleições presidenciais, legislativas e provinciais de 9 de Outubro em Moçambique. Segundo a organização que acompanha o processo político no país desde 2005, o Presidente Filipe Nyusi, líder da Frelimo, e o líder da Renamo, Ossufo Momade, terão negociado "os resultados eleitorais fraudulentos" em encontros secretos.

Segundo a organização da sociedade civil, foram os próprios líderes dos dois principais partidos que confirmaram durante a campanha eleitoral, que começou no dia 24 de Agosto, algo de que já se suspeitava. O chefe de Estado, na semana passada, num encontro em Vilanculos, na província de Inhambane, afirmou que "negociar Vilanculos não vamos deixar mais" e que "Inhambane não vai negociar poder".

Enquanto Momade, num comício em Cabo Delgado, a 7 de Setembro, avisava: "Desta vez, neste ano de 2024, se eles provocarem fraude, não vão fazer acordo comigo, terão que fazer acordo com a população moçambicana". Acrescentando que não aceitará a fraude, pois o seu partido não nasceu para estar na oposição: "Também queremos governar".

Para o CIP, "as declarações dos dois presidentes são confissões do que já se vinha suspeitando: que a Renamo e a Frelimo têm negociado o acesso ao poder". O partido que governa "recorre à fraude para ganhar as eleições e obriga a Renamo a negociar a atribuição de algumas autarquias" para desincentivar os protestos.

Em Outubro do ano passado, os resultados oficiais das autárquicas em Moçambique, divulgados pela Comissão Nacional de Eleições, deram a vitória à Frelimo, o partido no poder desde a independência, em 64 dos 65 municípios do país. Uma vitória arrasadora que levou a Renamo – que se via, contra todas as expectativas, de mãos a abanar (só o terceiro maior partido, o MDM, destoava no mapa de vitórias da Frelimo, ao ganhar a cidade da Beira) – a denunciar que se estava perante uma "fraude" eleitoral.

O certo é que o Conselho Constitucional, no final de Novembro, depois de analisar 32 recursos, reverteu esses resultados, mandou repetir as eleições em quatro municípios a 3 de Dezembro (que a Frelimo voltou a ganhar) e atribuiu a vitória à Renamo em quatro outros (Chiúre, Quelimane, Alto Molócue e, precisamente, Vilanculos). De acordo com a acusação do CIP, a gestão desses quatro municípios teria sido a contrapartida da Frelimo para "calar" as denúncias de fraude da Renamo.

Filipe Nyusi e Ossufo Momade assinaram o acordo de paz em 2019

Presidente da África do Sul acusado de "interferência" nas eleições moçambicanas

Tanto a Frelimo como a Renamo negam a existência de acordos políticos entre os dois partidos com vista às eleições, sublinhando que se trata de extrapolações feitas pela CIP em relação a falas que se referiam aos acordos de paz assinados pelos dois partidos para acabar com a guerra civil, o último dos quais em Agosto de 2019, antes das eleições gerais de 15 de Outubro desse ano.

Marcial Macome, porta-voz da Renamo, disse à DW que as afirmações foram retiradas de contexto de "forma desfasada e mal-intencionada", enquanto Francisco Mucanheia, da comissão política da Frelimo, comentou ao mesmo *site* que "os únicos acordos que existiram" são aqueles que foram assinados "em períodos pré-eleitorais sobre conflitos".

Interferência de Ramaphosa

Entretanto, o Centro para Democracia e Direitos Humanos publicou ontem uma carta aberta a condenar a interferência sul-africana nas eleições moçambicanas.

"É com grande indignação que condenamos, de forma veemente, a interferência inaceitável do Presidente da República da África do Sul, Cyril Ramaphosa, ao manifestar publicamente o seu apoio ao candidato presidencial da Frelimo, Daniel Chapo, em plena campanha eleitoral", lê-se na missiva assinada pelo seu director, Adriano Nuvunga. A "intervenção" do líder sul-africano "a favor de um candidato específico, no meio de uma campanha eleitoral, representa um flagrante abuso da sua posição como chefe de Estado", acrescenta.

Ramaphosa recebeu Chapo, na terça-feira, que estava acompanhado pela ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Verónica Macamo, pelo conselheiro de assuntos diplomáticos de Nyusi, Manuel Mazuze, e por Alcinda Abreu, da comissão política da Frelimo.

Ataque ucraniano com *drones* na Rússia causa abalo sísmico

João Ruela Ribeiro

Um novo ataque ucraniano em território russo causou ontem um forte abalo que chegou a ser registado por estações de monitorização de sismos. Pelo menos 13 pessoas ficaram feridas e uma localidade teve de ser evacuada, segundo as autoridades.

Desta vez, o ataque com *drones* ucranianos aconteceu na província de Tver, a noroeste de Moscovo, e teve como alvo um paiol dentro de uma instalação militar. Imagens que circularam pelas redes sociais mostram uma enorme bola de fogo no céu, na madrugada de ontem.

Foram registadas várias explosões, que, provavelmente, atingiram outros armazéns com combustível e armamento. "Tudo o que pode incendiar-se já está a arder (e a explodir)", afirmou o *blogger* militar russo Iuri Podoliaka, citado pela Reuters. A imprensa russa não noticiou o ataque, mas o governador de Tver, Igor Rudenia, disse que *drones* ucranianos foram abatidos pelas defesas antiaéreas, mas que um incêndio obrigou à evacuação de residentes da cidade de Toropets – não foi revelado o local atingido.

Os serviços de monitorização de sismos registaram um abalo equivalente a um sismo de baixa magnitude com epicentro no local do ataque. A explosão de maior dimensão foi equivalente a uma detonação entre 200 e 240 toneladas de explosivos, segundo o especialista do Instituto Middlebury de Estudos Internacionais de Monterey, na Califórnia (EUA), George William Herbert, citado pela Reuters.

A Ucrânia não reivindicou oficialmente este ataque, mas uma fonte dos serviços secretos disse ao jornal *Ukrainska Pravda* que o paiol atacado foi escolhido por albergar mísseis de longo alcance russos e bombas aéreas guiadas. Outro responsável ucraniano revelou que neste paiol também tinham começado a ser armazenados mísseis fornecidos pela Coreia do Norte. A Rússia tem usado este tipo de armamento nos bombardeamentos contra o território ucraniano.

Ataque ucraniano destruiu paiol na região russa de Tver

Perante o impasse sobre a autorização para que Kiev possa usar mísseis de longo alcance ocidentais contra este tipo de alvos em território russo, as forças ucranianas mantêm a estratégia de recorrer a *drones* para visar locais longe das suas fronteiras. O paiol atacado ontem estava a quase 500 quilómetros da fronteira ucraniana.

Os aliados ocidentais de Kiev, em particular os EUA, têm hesitado em autorizar a Ucrânia a utilizar os mísseis de longo alcance por si fornecidos para atacar alvos em profundidade no território russo. Moscovo tem reiterado os avisos de que um ataque em solo russo com estas armas irá elevar o grau do conflito.

Entretanto, noutra frente da guerra, a Rússia disse ter tomado a cidade de Ukrainsk, na província de Donetsk. Trata-se de um progresso importante rumo ao objectivo mais imediato das forças russas para chegar a Kurakhove, um importante ponto logístico.

Apesar das tentativas da Ucrânia em perturbar o fornecimento logístico que tem suportado a ofensiva russa no Donbass, as forças ao serviço do Kremlin têm alcançado algumas vitórias no Leste ucraniano. Aguarda-se uma batalha difícil em torno de Kurakhove, cidade que, ao longo dos últimos meses, foi rodeada de um novo sistema de trincheiras defensivas construídas pelas forças ucranianas, como explica o *New York Times*.

Atentado do ELN contra militares "encerra com sangue" negociações de paz na Colômbia

Leonete Botelho

Presidente Petro tinha retomado processo de paz com ELN em 2022, mas o cessar-fogo já estava suspenso desde Agosto

Um ataque contra uma base militar em Arauca, no Nordeste da Colômbia, junto à fronteira com a Venezuela, acabou, na terça-feira, com o sonho de "paz total" do Presidente, Gustavo Petro. "Um camião carregado de explosivos que feriu 27 jovens e matou dois, colocado pelo ELN [Exército de Libertação Nacional] com quem estávamos a falar de paz (...) Isso é praticamente uma acção que acaba com o processo de paz com sangue...", disse Petro durante um evento em Bogotá, horas depois do ataque.

O primeiro Presidente de esquerda na história da Colômbia eleito em 2022 tinha como uma das suas bandeiras o fim do conflito armado de seis décadas, através do diálogo com as guerrilhas e com alguns grupos criminosos influentes ligados ao narcotráfico. Mas o cessar-fogo assinado em 2023 fora suspenso em Agosto.

O ataque com "artefactos explosivos improvisados" contra uma base militar na localidade de Puerto Jordán, no departamento de Arauca, foi consumado com bombas cilíndricas lançadas de rampas artesanais, acondicionadas num camião basculante estacionado perto de uma escola rural onde estavam mais de 300 crianças, numa clara violação do direito internacional humanitário, segundo relatórios do Exército.

"Rejeitamos categoricamente este tipo de actos que ameaçam a vida da população civil, especialmente das crianças e habitantes desta localidade de Arauca", indica um comunicado militar citado pela agência Infobae.

Petro deixa cair plano de paz

As bombas destruíram o telhado e as janelas de vários edifícios da guarnição e feriram 27 soldados, dois dos quais morreram e outros quatro se encontram em estado crítico. Após o ataque, os militares conseguiram capturar dois homens que escoltavam o carro de onde foi perpetrada a acção terrorista. O ataque foi atribuído à Frente de Guerra Domingo Laín Sáenz, que opera na área.

"Uma mesa de negociações não pode prosseguir no meio do sangue dos nossos soldados (...) O ELN não entendeu a mensagem e a política de paz do Presidente Petro", afirmou o ministro do Interior, Juan Fernando Cristo. Desde então, as Forças Armadas lançaram uma intensa ofensiva contra a guerrilha do ELN. "Um dispositivo especial foi implantado na área do ataque para reforçar as operações destinadas a capturar os responsáveis por esta acção cobarde, que ameaça a segurança e o bem-estar das comunidades do departamento de Arauca", disse o comandante das Forças Militares, citado pelo *El Colombiano*.

Segundo a Infobae, as autoridades afirmam que os principais dirigentes da Frente de Guerra Oriental do ELN e os dissidentes de um grupo associado, supostamente envolvidos nos atentados, estão refugiados na Venezuela, de onde planeiam acções terroristas que procuram desestabilizar o departamento de Arauca, ligado ao controle das rotas do tráfico de drogas e de outras economias ilícitas.

Como parte da ofensiva militar, foi ordenado o envio de 300 homens para fortalecer o controlo territorial e as travessias de fronteira. Este ataque foi o mais violento de uma escalada terrorista em Arauca e Norte de Santander verificada em Setembro, após a suspensão do cessar-fogo. Em Agosto, a guerrilha decidiu não retomar as tréguas devido a discordâncias nas negociações de paz. Em consequência, o ministro colombiano da Defesa anunciou o retomar da ofensiva militar contra o ELN.

Governo adia entrega do plano orçamental de médio prazo a Bruxelas

Regras europeias prevêem que o plano que define os limites de variação da despesa pública seja entregue pelos países da UE até 20 de Setembro, mas negociações de Portugal com Bruxelas atrasaram-se

Sérgio Aníbal

O Governo não vai entregar a Bruxelas até amanhã, como previsto nas novas regras orçamentais europeias, o plano orçamental para os próximos quatro anos, que inclui a imposição de um limite para a variação da despesa primária líquida que poderá estar prevista no Orçamento do Estado para 2025. Um pedido de adiamento foi entregue à Comissão Europeia pelo executivo de Luís Montenegro, passando a divulgação do documento para uma data mais próxima da apresentação da proposta do Orçamento do Estado (OE), agendada para 10 de Outubro.

Nas últimas semanas, ao mesmo tempo que discutem a proposta de OE com os partidos da oposição, os responsáveis do Ministério das Finanças têm estado também a discutir com a Comissão Europeia qual será o plano orçamental estrutural de médio prazo com que o país se irá comprometer.

De acordo com as novas regras orçamentais europeias, que entraram em vigor este ano, todos os países com um défice acima de 3% do produto interno bruto (PIB) ou uma dívida acima de 60% (como acontece com Portugal) terão de apresentar um plano orçamental de quatro anos (ou sete anos, caso sejam prometidas reformas) que coloque a dívida numa "trajectória descendente plausível".

O indicador-chave para medir se a trajectória aprovada está a ser cumprida é a variação da despesa primária líquida, que retira da análise as despesas com juros e leva em conta medidas adoptadas pelos governos do lado da receita, como a descida ou aumento de impostos.

Se, num ano, a variação da despesa primária líquida superar, por mais de 0,3 pontos percentuais, a trajectória acordada entre o país e as autoridades europeias, ou se, ao longo dos anos acordados no plano superar, os 0,6 pontos, a abertura por Bruxelas de um procedimento por défices excessivos torna-se possível.

Depois de, em Junho, a Comissão ter enviado ao Governo português um valor de referência para a variação da despesa primária líquida, as negociações entre as duas partes ainda se mantêm, sendo precisamente o facto de ainda não estarem concluídas, com reuniões técnicas agendadas entre as Finanças e o executivo europeu, que levou ao pedido de adiamento de prazo por parte do Governo.

Plano a quatro anos que está a ser discutido com Bruxelas pode condicionar de forma muito significativa aquilo que o Governo poderá depois fazer nas suas propostas de OE

Como confirmou ao PÚBLICO fonte governamental, foi enviada à Comissão Europeia uma carta com o pedido para que o plano orçamental estrutural português fosse entregue após a data prevista nas regras de 20 de Setembro. Não é definida uma nova data-limite, mas a ideia a é de que o plano seja conhecido apenas perto da data prevista para a entrega da proposta de Orçamento do Estado do próximo ano, um documento que o Governo tem de fazer chegar no Parlamento até 10 de Outubro.

De facto, o plano orçamental para os próximos quatro anos que está ainda a ser discutido com Bruxelas pode condicionar de forma muito significativa aquilo que o Governo poderá depois fazer nas suas propostas de Orçamento do Estado, a começar logo com a de 2025.

Menos espaço de manobra

Várias entidades têm, aliás, alertado para a dificuldade que constituirá manter o OE do próximo ano dentro dos limites que as novas regras europeias deverão passar a impor.

Um estudo publicado pelo *think tank* Bruegel alertou que a introdução das novas regras orçamentais europeias irá forçar Portugal a aplicar uma política orçamental mais restritiva do que aquela que seria necessária, se as regras anteriores continuassem em vigor.

E o Banco de Portugal, numa análise publicada no início de Junho, calculou que, tendo em conta a evolução natural de despesas como as pensões ou os salários e as medidas que foram aprovadas e propostas com impacto no próximo ano, a variação da despesa primária líquida já deverá superar em mais de 0,7 pontos percentuais do PIB o limite que deverá ser imposto pelas novas regras.

Isto significa que na definição das medidas (tanto do lado da despesa como da receita) que pretende introduzir no OE ou negociar com os partidos da oposição, o Governo pode contar com um espaço de manobra muito reduzido, e que é precisamente aquele que está a negociar ainda com Bruxelas.

Portugal não foi o único país da UE a pedir um adiamento do prazo de entrega do seu plano orçamental a Bruxelas. Na última reunião do Eurogrupo foi revelado que diversos países manifestaram essa intenção.

RUI GAUDÊNCIO

Ministério liderado por Miranda Sarmento tem estado a discutir o plano orçamental com a Comissão Europeia

Cinco bancos invocam prescrição para fazer cair coimas do cartel da banca

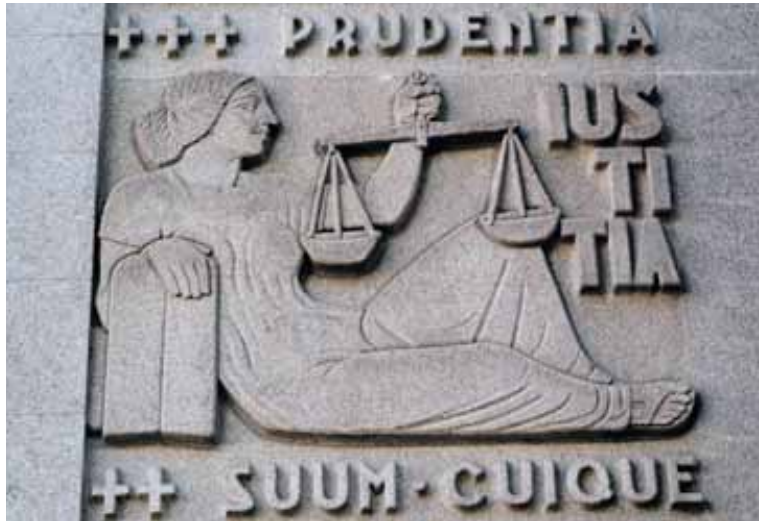
Pedro Crisóstomo

MP e Autoridade da Concorrência dizem ser claro que bancos trocaram informação com objectivo de falsear a concorrência

Cinco dos 11 bancos que estão a contestar em tribunal as sanções aplicadas pela Autoridade da Concorrência (AdC) por terem trocado informação comercial sobre os *spreads* do crédito à habitação, ao consumo e às empresas por *email* e por telefone durante mais de dez anos apresentaram pareceres, mesmo na recta final do julgamento, a defenderem que o processo já está prescrito. Com isso, tentam fazer cair as acusações de que são alvo, que, ao todo, valeram aos vários bancos sanções de 225 milhões de euros. As instituições financeiras que suscitaram a questão foram o banco público Caixa Geral de Depósitos (CGD), o BCP, o Santander, o BPI e o BBVA.

O processo do "cartel da banca", como é o conhecido o caso de conluio, está mesmo na recta final na primeira instância, no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS), onde ontem decorreram as últimas alegações. E logo a abrir a sessão de julgamento, a juíza, Mariana Gomes Machado, anunciou que alguns bancos apresentaram pareceres a invocar a prescrição.

A leitura da sentença está marcada para amanhã, e, por isso, o facto de a alegação dos cinco bancos surgir nesta fase motivou uma reacção negativa do procurador do Ministério Público que está a acompanhar o processo, Paulo Vieira. O magistrado considerou os pedidos dos bancos "pouco compreensíveis" por surgirem à beira da leitura da sentença, o que, disse, só pode ter a intenção de obstar a que o Ministério Público (MP) e a Autoridade da Concorrência (AdC) "possam exercer o seu contraditório na sua plenitude".

Os bancos são acusados de infringir as regras da concorrência entre 2002 e 2013, tendo a acusação da AdC sido formalizada em 2019. Apesar de o procurador não ter tido tempo para ler os argumentos mais recentes destes bancos, rebateu o entendimento geral de que o processo já caiu, dizendo que "a prescrição ainda não ocorreu". Os prazos de suspensão dos processos judiciais durante a pandemia de covid-19 duraram "mais de dois anos" e, com isso, disse, é de fácil "simplicidade" perceber que houve períodos de interrupção que fazem com que o processo não esteja prescrito.

MANUEL ROBERTO

Acusação da AdC incide sobre troca de informações de 2002 a 2013

A juíza sublinhou que o tribunal irá pronunciar-se sobre o assunto quando, amanhã, ler a sentença e lembrou que, independentemente do que decidir, a matéria "vai continuar a ser discutida e certamente melhor discutida nas instâncias superiores". Se for dada razão aos bancos, recordou, o MP e a AdC poderão pronunciar-se nas instâncias superiores se recorrerem; se o tribunal entender que o processo não está prescrito, como defendem o MP a AdC, estes poderão rebater esses argumentos no eventual recurso dos bancos.

Procurador rebateu argumento de que o processo já caiu, dizendo que "a prescrição ainda não ocorreu"

O MP acabou por concordar em fazer o contraditório relativamente a estes últimos pedidos dos cinco bancos nas instâncias superiores se o caso continuar em litigância. Ainda assim, Paulo Vieira deu a conhecer a sua posição em abstracto quanto à contagem dos prazos.

Decisão "cristalina"

O Tribunal da Concorrência já deu como provado que os 11 bancos que estão a contestar as coimas trocaram informações comerciais por *email* e por telefone, dando a conhecer aos concorrentes informações confidenciais ou que eram de difícil acesso sobre crédito à habitação, ao consumo e às empresas.

A prática durou de 2002 a 2013 (é sobre esse período que incide a acusação da AdC que os bancos estão a contestar em tribunal). Os funcionários dos departamentos de marketing ou de gestão de produto dos bancos davam a conhecer aos concorrentes informações sobre os *spreads* (margem de lucro) que iriam praticar dias depois, dados sobre variáveis de risco e informações sobre os volume de crédito já concedidos.

Antes de decidir se essa prática violou a concorrência e se, em função disso, os bancos devem ser condenados ou absolvidos das contra-ordenações da AdC, o tribunal nacional levantou uma questão prévia junto do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) para este interpretar o direito europeu à luz dos factos conhecidos e dados como provados. E a sua opinião é desfavorável aos bancos: o tribunal entende que a troca de informação "pode constituir uma restrição à concorrência por objecto".

Durante as alegações de ontem, uma das advogadas que representam a AdC afirmou que o tribunal europeu responde de forma "cristalina" e "assertiva" às questões levantadas pelo tribunal português, afastando a linha de defesa dos bancos, ao considerar que há uma infracção e que essa deve ser configurada como uma infracção "por objecto".

Isto é, o tribunal entende que o simples facto de os bancos terem partilhado dados comerciais sensíveis é uma infracção às regras da concorrência, não sendo preciso provar que houve efeitos negativos para os consumidores, porque se tratou de uma prática que teve como objectivo falsear a concorrência.

Reserva Federal corta taxas de juro em 0,5 pontos percentuais

Sérgio Aníbal

Fed opta por movimento forte de descida de taxas de juro, tendo agora "maior confiança" de que inflação está a caminhar para 2%

Mostrando que a inflação deixou de ser a sua única preocupação e que o desempenho mais fraco da economia passou também a determinar o rumo da sua política, a Reserva Federal norte-americana (Fed) optou ontem por realizar um corte de meio ponto percentual na sua principal taxa de juro de referência, dando ainda sinais de que novas descidas no custo de financiamento vêm a caminho.

A redução dos juros – a primeira realizada pela Fed desde 2020 – já era largamente antecipada pelos analistas. No entanto, o resultado da reunião de ontem era, ainda assim, visto como um dos mais imprevisíveis dos últimos anos, porque os responsáveis do banco central dos EUA deixaram até ao fim a dúvida se iriam optar por um primeiro corte mais moderado de 0,25 pontos percentuais ou se iriam ser logo mais audazes, fazendo baixar os custos de financiamento na economia de forma mais rápida.

1/2

Corte de meio ponto percentual, agora decidido, coloca a principal taxa de juro de referência da Fed no intervalo entre 4,75% e 5%

Jerome Powell, presidente da Reserva Federal dos EUA

A escolha de Jerome Powell e dos seus pares acabou por recair num corte forte de 0,5 pontos percentuais, que colocou a principal taxa de juro de referência da Fed no intervalo entre 4,75% e 5%.

Isto revela que, com a inflação já mais perto da meta de 2%, depois de ter caído em Agosto para os 2,5%, e o mercado de trabalho norte-americano a dar sinais de arrefecimento (incluindo um abrandamento dos salários), o banco central, que até aqui tinha estado essencialmente focado em fazer cair a inflação, assumiu agora também, de forma determinada, a tarefa de assegurar uma aterragem suave da economia.

No comunicado em que foi anunciada a decisão, a Fed explica que "o comité [que decide as taxas de juro] tem agora maior confiança de que a inflação se está a mover de forma sustentada em direcção a 2% e considera que os riscos para o cumprimento das suas metas de emprego e de inflação estão aproximadamente em equilíbrio".

Ao contrário do BCE, que tem como único mandato assegurar a estabilidade de preços na zona euro, a Reserva Federal norte-americana tem também como uma das suas incumbências maximizar o nível do emprego na economia. No comunicado de ontem, salienta-se que será dada igual atenção "aos dois lados do mandato dual".

Ao descer as taxas de juro de forma rápida, a Fed tenta que as famílias e as empresas sintam logo de modo significativo uma redução dos custos de financiamento, dando assim um estímulo ao crescimento do consumo e do investimento.

E, para dar ainda mais força a este movimento, os responsáveis da autoridade monetária foram mais longe do que o simples corte de taxas de juro, dando já sinais claros de que novas descidas vêm a caminho.

Nas habituais previsões para evolução dos juros apresentadas pelos membros da Fed, antecipa-se agora que, até ao final deste ano, ainda se irá assistir a uma descida de 0,5 pontos percentuais, algo que pode acontecer com cortes sucessivos de 0,25 pontos percentuais nas duas reuniões que faltam.

Para 2025, a projecção é de uma descida de um ponto percentual na taxa de juro de referência, acabando esta por cair mais meio ponto percentual em 2026 até a um intervalo situado entre os 2,75% e os 3%.

CLASSIFICADOS

Rua Júlio Dinis, n.º 270, Bloco A, 3.º Piso 4050-318 Porto | Tel. 22 615 10 00 lojaporto@publico.pt De seg a sex das 09H às 18H

ANÚNCIO

CANDIDATURA AO CARGO DE PRESIDENTE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

1. O Instituto Politécnico de Lisboa, adiante designado por IPL, procede ao anúncio público da abertura de candidatura ao cargo de Presidente.
2. O Presidente é eleito pelo Conselho Geral do IPL, para um mandato de quatro anos.
3. O Presidente do IPL é o órgão superior de governo e de representação institucional externa e de condução da política da Instituição, exercendo as suas funções em regime de dedicação exclusiva.
4. Podem candidatar-se ao cargo de Presidente, professores e investigadores do IPL ou de outras instituições nacionais ou estrangeiras de ensino superior ou de investigação, em exercício efetivo de funções ou individualidades de reconhecido mérito e experiência profissional.
5. O Presidente deve ser uma personalidade de prestígio académico, devidamente comprovado, fluente em língua portuguesa, com experiência no exercício de funções de direção em instituições de ensino superior ou de investigação, dotado da visão estratégica adequada à constituição e desenvolvimento do IPL, nos termos dos princípios e valores consagrados nos Estatutos do IPL.
6. As candidaturas são dirigidas, em suporte digital, à Comissão Eleitoral, para o email: comissaoeleitoral@sp.ipl.pt, devendo a Declaração de Candidatura ser redigida em língua portuguesa e obrigatoriamente acompanhada pelo *curriculum vitae* do candidato, programa de ação, endereço eletrónico válido para efeito de comunicações e compromisso escrito de não existência de qualquer situação de inelegibilidade ou incompatibilidade prevista na lei, nos estatutos e no regulamento eleitoral até às 17 horas do dia 14 de outubro de 2024.
7. As funções de Presidente segundo o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e os Estatutos do IPL, as condições de elegibilidade e o regulamento que rege a sua eleição pelo Conselho Geral e demais informações relevantes estão disponíveis para consulta em www.ipl.pt/eleicoespresidenteIPLisboa

O Presidente do Conselho Geral do IPL
Prof. Doutor David Justino

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CONCURSO PARA RECRUTAMENTO DE UM INVESTIGADOR AUXILIAR

Encontra-se aberto, pelo prazo de trinta dias úteis a contar da publicitação na BEP **(Bolsa de Emprego Público – www.bep.gov.pt)**, um concurso externo para o recrutamento de um Investigador Auxiliar, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, na área de **Ciência Política** (Código de Oferta: OE202409/0585).

As condições de candidatura e demais requisitos encontram-se publicitados quer na BEP quer no Diário da República, 2.ª série, n.º 179, de 16 de setembro de 2024.

Lisboa, 17 de setembro de 2024

A Presidente do Júri
Professora Doutora *Marina Costa Lobo*

AVISO

AUTO-ESTRADA A15

Devido a trabalhos a decorrer na A15, informa-se que, até ao dia 18 outubro de 2024, existirão condicionamentos na circulação entre o Nó da Arnoia na A8 e o Nó de Malaqueijo na A15, em ambos os sentidos. Para minimizar os eventuais incómodos os trabalhos decorrerão maioritariamente em período noturno. Todos os trabalhos estarão devidamente sinalizados.

Respeite a sinalização, viaje em segurança.

Auto-Estradas do Atlântico, SA

MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

AVISO

Para os devidos efeitos torna-se público que se encontram abertos os concursos para provimento de sete cargos de direção intermédia de 2.º grau: Chefe de Divisão de Atividades Económicas, Turismo e Comunicação, Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Chefe de Divisão Administrativa e Recursos Humanos, Chefe Divisão de Obras Municipais e Espaço Público, Chefe de Divisão de Habitação e Intervenção Social, Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Gerais e Chefe de Divisão de Desporto e Juventude, cujo aviso n.º 20698/2024/2 foi publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 181, de 18 de setembro de 2024 e na bolsa de emprego público com os códigos de oferta OE202409/0587, OE202409/0594, OE202409/0590, OE202409/00600, OE202409/0602, OE202409/0603 e OE202409/0605, sendo o prazo de candidaturas de 10 dias úteis a contar da data de publicação do referido aviso na Bolsa de Emprego Público.

18 de setembro de 2024

O Presidente da Câmara,
Álvaro Palma de Araújo

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.
Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.
Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3, Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa - Tel.: 21 361 04 60/8 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Dr. Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 - Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa - Tel.: 21 360 93 00
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim»: Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia, 2765-029 Estoril - Tel. 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Delegação Norte: Centro de Dia "Memória de Mim" - Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Tel. 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro: Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Tel. 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 FUNCHAL - Tel. 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org
Núcleo do Ribatejo: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31-A, 2080-114 Almeirim - Tel. 24 300 00 87 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org

AVISO

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15/01, na sua atual redação faz-se público que, será publicitado, pelo prazo de 10 dias úteis, na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal de seleção para recrutamento de titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau de Coordenador da Secção de Processo Executivo de Évora, integrada na Direção de Recuperação Executiva do Departamento de Gestão da Dívida.

Os requisitos e condições de admissão ao procedimento concursal, perfil exigido, composição do júri e métodos de seleção constará da publicitação na Bolsa de Emprego Público, em **www.bep.gov.pt**, e na página eletrónica do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., em http://www.seg-social.pt/procedimentos-concursais.

Lisboa, 19 de setembro de 2024

A Presidente do Conselho Diretivo
Teresa Fernandes

AVISO

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15/01, na sua atual redação faz-se público que, será publicitado, pelo prazo de 10 dias úteis, na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal de seleção para recrutamento de titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau de Coordenador da Secção de Processo Executivo de Portalegre, integrada na Direção de Recuperação Executiva do Departamento de Gestão da Dívida.

Os requisitos e condições de admissão ao procedimento concursal, perfil exigido, composição do júri e métodos de seleção constará da publicitação na Bolsa de Emprego Público, em **www.bep.gov.pt**, e na página eletrónica do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., em http://www.seg-social.pt/procedimentos-concursais.

Lisboa, 19 de setembro de 2024

A Presidente do Conselho Diretivo
Teresa Fernandes

AVISO

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15/01, na sua atual redação faz-se público que, será publicitado, pelo prazo de 10 dias úteis, na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal de seleção para recrutamento de titular de cargo de direção intermédia de 2.º grau de Coordenador da Secção de Processo Executivo de Braga, integrada na Direção de Recuperação Executiva do Departamento de Gestão da Dívida.

Os requisitos e condições de admissão ao procedimento concursal, perfil exigido, composição do júri e métodos de seleção constará da publicitação na Bolsa de Emprego Público, em **www.bep.gov.pt**, e na página eletrónica do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., em http://www.seg-social.pt/procedimentos-concursais.

Lisboa, 19 de setembro de 2024

A Presidente do Conselho Diretivo
Teresa Fernandes

ANÚNCIO

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 45/96

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--
FAZ SABER através do presente Anúncio, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 45/96 para o lote n.º145, requerido em nome de GILBERTO ANDRÉ MARQUES MESQUITA, que tem como objetivo o aumento da área de implantação da edificação principal e anexo; o aumento da área de construção da edificação principal e do anexo.-
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--
O processo n.º 2897/24 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf--

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA

ANÚNCIO

CONSULTA PÚBLICA DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO

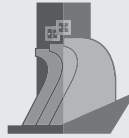
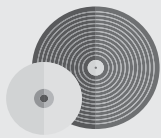
Dr.ª Célia Correia, Senhora Vereadora, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--
FAZ SABER, através do presente Edital, em cumprimento do seu despacho proferido nos termos do disposto no artigo 22.º do D.L. 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação e do artigo 6.º do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, vai proceder-se à consulta pública do pedido de informação prévia de operação de loteamento apresentado para os prédios descritos na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o n.º 587/19880516, inscrito na matriz sob o artigo urbano n.º 2640, e sob o prédio descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o n.º 3218/20051013, inscrito na matriz sob os artigos urbanos n.º 2675 e n.º 2710, sitos na Freguesia de ARCOZELO, Concelho de Vila Nova de Gaia, requerido em nome de DESCO PORTUGUESA que decorrerá pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data publicação do presente Aviso.--
O processo n.º 590/24 estará disponível para consulta, no Serviço de Atendimento da GAIURB, E.M., nos dias úteis, das 9.00h às 16.30h. --

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA

ANÚNCIO

ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 16/92

Dr.ª Célia Maria Mendes Correia, Vereadora da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 88/PCM/2023, de 26 de julho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal, com competência conferida pela Câmara em reunião de 18 de outubro de 2021.--
FAZ SABER através do presente Anúncio, em cumprimento do seu despacho proferido termos do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que foi apresentado um pedido de alteração da licença de loteamento n.º 16/92 para o lote n.º23, requerido em nome de ANDRÉ FILIPE GOMES DE ABREU, que tem como objetivo alteração do uso da fração autónoma CK de arrumos para habitação unifamiliar.---
Para efeito do disposto no n.º 3 do citado artigo 27.º ficam os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento notificados para se pronunciarem sobre a alteração indicada, no prazo de 10 dias.--
O processo n.º 3815/24 será disponibilizado para consulta, mediante pedido a apresentar através da plataforma on-line utilizando o requerimento específico para o efeito disponível em https://www.gaiurb.pt/gaiurb/uploads/document/file/920/mod_div_4_v7.pdf--

A VEREADORA
DR.ª CÉLIA CORREIA

Helder Maiato ganha três milhões para desvendar o encanto dos cromossomas

Cientista do Porto conquistou a sua terceira bolsa do Conselho Europeu de Investigação. Eis a questão que o move: como é que espécies quase idênticas têm grandes diferenças no número de cromossomas?

Teresa Firmino

Helder Maiato vai já na sua terceira bolsa do Conselho Europeu de Investigação (ERC), um tipo de financiamento altamente cobiçado a nível europeu. As suas interrogações científicas de há muitos anos recaem sobre a beleza que é a divisão das células. Desta vez, a grande pergunta que acaba de valer três milhões de euros a este cientista do Instituto de Investigação e Inovação em Saúde (i3S) da Universidade do Porto é esta: como é que o processo de divisão das células se adaptou às alterações no número de cromossomas, que ocorreram ao longo da evolução?

Helder Maiato, de 48 anos, é o único investigador da Universidade do Porto com três bolsas do ERC: uma bolsa Avançada (atribuída agora), uma bolsa de Consolidação (em 2015, de 2,4 milhões de euros) e uma bolsa de Arranque (em 2010, de 1,5 milhões de euros). Feitas as contas, já angariou 6,9 milhões de euros em bolsas daquele organismo que financia a ciência na União Europeia. Autor de mais de uma centena de artigos científicos, centra a sua investigação na divisão celular, "em particular nas forças responsáveis pelo movimento dos cromossomas durante esse processo, cuja compreensão se tem revelado fundamental para entender inúmeras doenças, nomeadamente o cancro", diz um comunicado do i3S.

A equipa coordenada por Helder Maiato vai estudar duas espécies de veado geneticamente idênticas – uma conta com seis ou sete cromossomas e a outra com 46, tal como os humanos – e os desafios com que cada uma tem de lidar na altura da divisão das células, realça o comunicado. "Uma das características que nos diferenciam dos chimpanzés é a diferença no número de cromossomas, porque nós 'herdamos' dois cromossomas dos chimpanzés que se fundiram e deram origem a um cromossoma distinto em humanos. O ser humano tem 46 cromossomas (23 pares) e o chimpanzé tem 48 (24 pares)", explica, no comunicado, Helder Maiato. "Isso levanta uma série de questões: a fusão de dois cromossomas deu-nos alguma vantagem na sobrevivência da espécie? Os processos de divisão celular são mais eficientes? Há mais erros ou menos erros? E haver mais ou menos erros é uma desvantagem?"

Irá agora à procura de resposta para estas perguntas através do estudo das duas espécies de veados usados como modelo de investigação: o muntjac-indiano e o muntjac-chinês, uma vez que têm grandes diferenças no número de cromossomas.

No muntjac-indiano, as fêmeas possuem três pares de cromossomas (o cromossoma sexual feminino está fundido com os outros) e os machos, além desses três pares, têm um pequeno cromossoma Y, que está sozinho. Já o muntjac-chinês tem 46 cromossomas como nós, incluindo o par de cromossomas sexuais (XX nas fêmeas; e XY nos machos).

Para o novo estudo, a equipa irá aproveitar a colaboração que tem tido com o Zoo da Maia no fornecimento de células destas espécies de veado.

Os genomas das duas espécies já foram sequenciados em 2019 por uma equipa que apresentou os resultados na revista *Science*. "Estamos agora a ressequenciar as regiões mais repetitivas que ainda não se conhecem, em conjunto com um consórcio norte-americano", informa Helder Maiato, referindo-se a uma equipa liderada pelo Departamento de Agricultura dos EUA, com a qual o i3S colabora numa nova sequenciação do genoma dos dois veados de forma mais pormenorizada, para se fazer biologia comparativa entre ambas.

"Isto vai permitir-nos perceber como, a partir de 46 cromossomas, temos outra espécie idêntica que tem seis ou sete cromossomas. Vai permitir-nos perceber onde estão as regiões de fusões de cromossomas de espécies que têm mais cromossomas para dar origem a espécies que têm menos", acrescenta ao PÚBLICO.

"Sabemos que ambas as espécies divergiram de um ancestral comum que tinha 70 cromossomas e que os veados são os mamíferos que apresentam a menor incidência de cancro", nota Helder Maiato. "Estas duas espécies começaram a separar-se há três milhões de anos, o que na escala evolutiva é muito recente", diz. "Mas será que o que tem seis cromossomas consegue viver mais tempo sem cancro? Parece haver alguma vantagem em haver menos cromossomas, mas quão menos?", questiona.

NAOYUKI OKADA/CID LAB

Os cromossomas do muntjac-chinês (em cima à esquerda) e do muntjac-indiano; e o investigador Helder Maiato

As alterações no número de cromossomas são a característica mais transversal em cancros humanos que se conhece

Helder Maiato
Cientista

Dez anos a borbulhar

"A cereja no topo do bolo seria perceber qual o número mínimo de cromossomas que uma célula de mamífero pode tolerar. Em laboratório, através da engenharia genética, vamos fazer a fusão de cromossomas para perceber esse limite. Vamos tentar criar uma célula de mamífero com um único cromossoma, para perceber se é possível compactar toda a informação genética num só cromossoma."

A ideia deste projecto começou a tomar forma há cerca de dez anos, no laboratório de Helder Maiato, pelas mãos de duas alunas de doutoramento – Danica Drpic e Ana Almeida. "Foi quando começámos a estudar o muntjac-indiano como modelo para perceber as vantagens da sua simplicidade: geneticamente, é 98% igual a nós e tem muito menos cromossomas. Para quem estuda os cromossomas e como se dividem, é o paraíso: é um modelo fantástico. É extremamente simples."

Danica Drpic e Ana Almeida começaram por estabelecer o muntjac-indiano como modelo de investigação nesta área: "O genoma do muntjac-indiano não era conhecido e só havia células primárias dele: células directamente extraídas do animal, mas que ao fim de algumas divisões entravam em senescência: envelheciam e deixavam de se dividir. Elas resolveram o problema em laboratório", recorda. "Era preciso estabelecer um modelo como este e perceber a [sua] vantagem para estudar a divisão dos cromossomas."

A ideia do projecto teve ainda a inspiração do geneticista António Lima de Faria, um dos "pais" da biologia dos cromossomas, que morreu com 102 anos em Dezembro de 2023 na Suécia. "Eu tinha como missão, se ganhasse esta ERC, ir visitá-lo à Suécia para lhe dizer que tinha tido um projecto financiado na área que ele estudava" – novidade que, porém, só chegou agora. "Ele foi dos primeiros a olhar para estes veados e a ver o valor que podiam ter para esclarecer esta questão: para que precisamos de 46 cromossomas, se temos espécies que têm seis e são geneticamente iguais a nós?", conta Helder Maiato. "As conversas que tive com ele inspiraram-me, por isso este projecto é dedicado à sua memória e ao seu espírito pioneiro."

O resto da história completa-se assim: "Depois, em conversas com um investigador japonês que esteve no meu laboratório – Naoyuki Okada –, decidimos avançar com a ideia de explorar mais estes modelos e foi ele quem começou a fazer experiências comparativas com estes dois veados. Isso permitiu-nos começar a construir este projecto."

Na segunda-feira, a Universidade do Minho anunciou que Helena Machado também conquistou uma bolsa Avançada de 2,46 milhões de euros do ERC, para investigar os impactos globais das tecnologias de reconhecimento facial.

Voltando ao projecto de Helder Maiato: "As alterações no número de cromossomas são a característica mais transversal em cancros humanos que se conhece. Estou convencido de que a nossa pergunta, por enquanto meramente básica, terá repercussões fundamentais para compreendermos e tratarmos o cancro no futuro."

C La Vie é um ritual para "regenerar" a vida, entre a dança e a música

Serge Aimé Coulibaly, coreógrafo que acredita que "África pode enriquecer a criação contemporânea", regressa a Portugal para apresentar a sua mais recente peça no Teatro Aveirense

Mariana Duarte

SOPHIE DEISS

"Nesta história há um único grande desafio: como estarmos juntos?", diz o coreógrafo Serge Aimé Coulibaly

Foi na ressaca da pandemia de covid-19 que Serge Aimé Coulibaly começou a pensar numa nova criação, em torno de perguntas existenciais aparentemente banais, mas só à superfície: "Sabemos o que é a vida? O que é essencial nela?" De várias maneiras, o mundo pandémico confrontou-nos com uma série de inquietações e reflexões que até então muita gente não havia levado muito a sério, nota o coreógrafo, actor e bailarino nascido no Burkina Faso, há vários anos sediado na Bélgica.

"Fomos obrigados a esconder-nos para preservar as nossas vidas, e tudo parou para que a vida pudesse ser assegurada. Quando estávamos escondidos, percebemos que não era suficiente comer e dormir. Isso não era vida", diz Serge Aimé Coulibaly ao PÚBLICO. O desejo de encontro, essa coisa aparentemente tão banal, revelar-se-ia essencial.

"Assistimos a manifestações anti-racistas em várias cidades do mundo por causa do assassínio de George Floyd – apesar dos avisos constantes para não haver ajuntamentos, as pessoas fizeram questão de sair à rua para protestar", recorda o coreógrafo. "Noutro exemplo, muitas pessoas iam às varandas e janelas das suas casas, à noite, para bater com as panelas e frigideiras, para se verem e falarem umas com as outras, mesmo à distância. Ou seja, precisávamos disto. Do encontro, da reunião."

C La Vie, espectáculo que hoje se apresenta em estreia nacional no Teatro Aveirense, em mais um capítulo da programação da Aveiro 2024 Capital Portuguesa da Cultura, debruça-se precisamente nessa "necessidade" de estar junto, sobretudo quando vemos (quase) tudo a virar-se de pernas para o ar. É sobre recomeçar, reiniciar. "Não há iniciação possível sem experimentar, ainda que temporariamente, a instabilidade do mundo. Nesta história não há uma longa série de obstáculos nem um herói que os deva ultrapassar, mas um único grande desafio: como estarmos juntos?", introduz Serge Aimé Coulibaly.

Para tentar ensaiar respostas, o coreógrafo voltou à aldeia onde cresceu, no Burkina Faso. Foi à procura de rituais que fazem "regenerar" e "continuar" a vida. "Esta peça inspira-se sobretudo num ritual ligado à água no Burkina Faso, mas pretende também lembrar que há muitos outros rituais a acontecer nos cinco continentes. Não é algo que venha apenas de África." No entanto, são as tradições e as cosmogonias de raízes africanas que mais nutrem o trabalho do coreógrafo. "Cada vez que crio um espectáculo, revisito rituais e pergunto-me sempre como é que África pode enriquecer a criação contemporânea na dança e no teatro. E, nesse sentido, como posso trazer algo de novo", observa o artista. "O que trago em *C La Vie* é, de facto, um ritual. Transponho-o para o palco e partilho-o com o mundo."

Nesta "procura colectiva por aquilo que faz com que a vida valha a pena ser vivida", a música funciona como um guia espiritual e dramatúrgico. Yvan Talbot é o músico que, ao vivo, faz "um vaivém entre África e Europa", com foco na percussão, enquanto Dobet Gnahoré, cantora, percussionista e *performer* da Costa do Marfim que já passou pelo Festival Músicas do Mundo de Sines e pelo Lisboa Mistura, empresta a sua valiosa voz a *C La Vie*. A música é, de resto, "o ADN" do trabalho de Serge Aimé Coulibaly, que em 2018 trouxe a Portugal um espectáculo centrado em Fela Kuti. "Quando quero criar um espectáculo, penso sempre primeiro na música. O corpo vem depois."

São as tradições e as cosmogonias de raízes africanas que mais nutrem o trabalho do coreógrafo

A isso não será alheia a sua formação no Burkina Faso. Coulibaly começou a fazer dança e teatro ainda na escola secundária, onde se juntava com os colegas para dançar ao som de Michael Jackson, Milli Vanilli e Madonna. Mais tarde, entrou para companhia Feeren. "Dançávamos, cantávamos, tocávamos música; era uma mistura de várias áreas", recorda. Rapidamente, tornou-se director do departamento de dança da companhia, onde esteve oito anos e onde começou a criar as suas primeiras coreografias. Depois abriram-se as portas para a Europa, inicialmente com uma formação no Centro Nacional Coreográfico de Nantes, em França. Em 2002, fundou a sua própria companhia, a Faso Danse Théâtre. Nessa altura, trabalhava com coreógrafos bem cotados no circuito da dança contemporânea, como o belga Alain Platel, mas sentia que "estava a contar histórias" que não eram suas.

"Queria contar histórias conectadas a África e ao Burkina Faso, e queria também que a minha prática artística reflectisse o meu empenho em acções políticas e cívicas", refere o coreógrafo. "*C La Vie* é também uma reflexão sobre a manipulação e a hipocrisia política, por isso trabalhamos bastante a ideia de grotesco na peça", acrescenta.

O elenco de *C La Vie* é composto maioritariamente por bailarinos e bailarinas africanos/as, o que vai ao encontro de uma das missões da Faso Danse Théâtre: apostar em jovens intérpretes de vários pontos de África. Mali, Burkina Faso e Camarões são alguns dos países representados neste elenco, que é também co-criador do espectáculo.

"Quase todas as pessoas que trabalham com a companhia têm os seus próprios projectos enquanto criadores, e isso contribuiu para as nossas trocas de ideias e avanços conjuntos", sublinha Serge Aimé Coulibaly, referindo que uma das suas grandes inspirações é uma das jovens bailarinas da companhia, a maliana Bibata Ibrahim Maiga. "Ela trabalha no Mali com crianças de rua, mendigos e outras pessoas em situação de vulnerabilidade", conta o coreógrafo, que lidera na cidade de Bobo Dioulasso, no Burkina Faso, o centro de pesquisa e criação de artes performativas Ankata.

E isso também tem tudo a ver com as perguntas que norteiam *C La Vie*: "Queremos passar a vida fechados em nós próprios, ou queremos partilhar com os outros e fazê-los felizes?"

Actriz Kathryn Hahn em *Foi Sempre a Agatha*: "A bruxa que há em mim tinha de se exprimir"

Joana Amaral Cardoso

É a protagonista da nova série da Marvel que hoje se estreia na Disney+. Uns minutos de conversa sobre o arquétipo da bruxa

Foi Sempre a Agatha é uma série Marvel diferente. Os tecidos conectivos com o omnipresente Universo Cinemático Marvel (UCM) existem, mas estão enfeitiçados. Esta é uma série de mulheres, que reforça e emancipa o arquétipo da bruxa com vénias às suas antecessoras da cultura popular, das vítimas dos julgamentos de Salem às histórias da série fofinha *Casei Com Uma Feiticeira* (1964-72) ou do filme de um certo culto *O Feitiço* (1996), e que não esquece que deriva de *WandaVision*, uma das séries mais originais da Marvel desde que os estúdios se desdobraram em televisão. E depois há Kathryn Hahn. Cinco minutos com a actriz cujo leve toque de excentricidade e humor a tornam "diferente" em Hollywood.

Começou como actriz secundária e demorou cerca de uma década a ganhar papéis de protagonista. É aquele rosto e nome que são recebidos com agrado e uma vertigem sorridente quando se sabe que participa num projecto. A vizinha simpática de *WandaVision*, esse tributo permanente às diferentes eras da

MARVEL

Kathryn Hahn em *Foi Sempre a Agatha*

ficção televisiva misturado com super-heroísmo, afinal era a feiticeira Agatha Harkness e andava a sabotar tudo. Era inevitável ter a sua própria série?

"Lembro-me de ter pensado que este papel era inevitável. Como se, a dada altura, a bruxa que há em mim tivesse de se exprimir, e era fantástico que fosse neste enquadramento", diz ao PÚBLICO em videochamada. Está rodeada de um elenco especial, uma espécie de Halloween antecipado (ou será emancipado?): Aubrey Plaza, Patti LuPone, Shasheer Zamata e Joe Locke, que vem da série *Heartstopper* e que interpreta a personagem conhecida apenas como Adolescente, um deslumbrado gótico *gay*. "Não fazia ideia de que isto aconteceria no futuro. Imaginei que ela iria aparecer talvez em mundos diferentes", parte da confusa e pouco unânime fase multiverso do UCM, mas "só descobri no Verão depois de *WandaVision* ter terminado. Não acreditei até estar na primeira prova de figurinos. E ainda não me parece real que seja a personagem titular". Não é falsa modéstia. Hahn não tem grandes filtros.

A série é do mesmo autor de *WandaVision*, Jac Schaeffer, que escreve, e da produtora Mary Lovanos. No início, parece que se enganaram na série. Mas não, isto não é *Mare of Easttown*, embora, tal como *WandaVision*, haja várias piscadelas de olho a séries de género e às bruxas que antecederam *Foi Sempre a Agatha*. O grupinho de bruxas que se reuniu no *plateau* sentiu "tanta liberdade criativa" que ser ou não Marvel era secundário. Ou seja, esta é uma série que podia não ser da Marvel em muitos aspectos. E que, ao contrário de títulos como *O Falcão e o Soldado do Inverno*, não tem o belicismo constante da testosterona, nem os impulsos de confronto destas mulheres são imediatos e incontroláveis. "*Witches Brew*", abastardando o clássico *Bitches Brew* de Miles Davis, e o caldo faz-se langorosamente.

Sem homens (quase)

A figura da bruxa é tanto uma efígie da demonização da mulher que diverge da norma quanto uma figura de emancipação. Vinda dos *comics*, Agatha Harkness é cómica, traiçoeira e está numa série que também é em parte um musical (o tema original é candidato a música "orelhuda" do Dia das Bruxas). O que acrescenta esta Agatha ao arquétipo? "A razão pela qual elas são tão intimidantes, assustadoras e ameaçadoras é o facto de poderem existir sozinhas sem precisarem da ajuda de ninguém. São uma espécie de forrageiras originais que podem viver na floresta e isso é ameaçador especialmente para os homens, porque não são necessários – e para outras mulheres que estão a viver vidas que talvez desejassem estar a viver na floresta com outras mulheres." Hahn é uma originalidade no meio do discurso formatado de alguns actores, especialmente no âmbito do potente UCM. Não faz propriamente uma revolução, mas é refrescante e *Foi Sempre a Agatha* está ali entre a comédia, o terror e a série para ver em família. "Agatha é uma bruxa sem conventículo", explica sobre a premissa da aventura e sobre a ausência da sonoridade de feiticeiras de que necessita, "mas tem um jovem incrível", interpretado por Joe Locke, ao seu lado. E objectivos esquivos mas charmosos.

A sua personagem tem séculos de idade e tem a "capacidade de ocupar espaço e de não se coibir de exprimir sentimentos feios", descreve. O espaço que lhe cabe agora no UCM e na Disney+: hoje estreiam-se dois dos nove episódios.

O UCM e o desenvolvimento de séries na Disney+ e quejandos está em discreto processo de redefinição e contar uma história no seu seio pode ter constrangimentos. Hahn não se revê nisso. "Quando estávamos no *plateau*, sentimo-nos como uma trupe de actores. Estávamos completamente protegidos da escala do que esta série seria neste universo."

Marcelo D'Salete e Keum Suk Gendry-Kim no AmadoraBD

O autor brasileiro Marcelo D'Salete e a sul-coreana Keum Suk Gendry-Kim são dois dos convidados do Festival AmadoraBD, que decorre em Outubro, sob o tema da Humanidade e dos 50 anos do 25 de Abril.

O Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora chega à 35.ª edição entre os dias 17 e 27 de Outubro, novamente centrado no antigo Ski Skate Amadora Park, agora designado Parque da Liberdade. De acordo com a programação divulgada ontem, o AmadoraBD vai acolher 15 exposições e mais de uma dezena de autores de banda desenhada, para lançamentos editoriais e sessões de autógrafos.

Uma das exposições, intitulada *Quilombo, Herança e Resistências*, passa em retrospectiva o trabalho

DR

A 35.ª edição do festival vai decorrer de 17 a 27 de Outubro

do autor brasileiro Marcelo D'Salete, que vai estar em Portugal e de quem será publicada a mais recente obra, *Mukanda Tiodora*, sobre a escravatura. O autor brasileiro, que já teve obra exposta em anos anteriores no AmadoraBD, tem "explorado temas como a resistência à escravidão no Brasil, o colonialismo, o racismo estrutural e a relação do presente com o passado", refere o festival em nota de imprensa.

Entre outras exposições previstas no festival conta-se a que é dedicada ao álbum *Elviro*, que valeu ao desenhador Paulo J. Mendes o prémio de melhor obra de autor português no AmadoraBD de 2023.

Além destas duas exposições, o núcleo central do festival, no Parque da Liberdade, contará também com a mostra *Elevada Nota Artística*, que recorda originais de *cartoons* publicados ao longo dos quase 80 anos no jornal desportivo *A Bola*.

Além de Marcelo D'Salete, o AmadoraBD convidou outros desenhadores, ilustradores e autores, como o francês Christian Lax, que terá em exposição o livro *A Universidade das Cabras;* a holandesa Aimée de Jongh, autora de *Dias de Areia;* e a sul-coreana Keum Suk Gendry-Kim, de quem no último ano foram publicadas em Portugal quatro novelas gráficas, de pendor biográfico e histórico, nomeadamente *A Espera* e *Erva*.

O AmadoraBD tem ainda programação espalhada pela cidade, nomeadamente na Galeria Municipal Artur Bual, onde vão estar duas mostras individuais dedicadas aos cartoonistas Nuno Saraiva e Cristina Sampaio (colaboradora do PÚBLICO), e na Bedeteca, que acolherá uma exposição sobre o livro ilustrado *25 Mulheres*, de Raquel Costa.

No âmbito do festival, serão ainda anunciados os prémios de banda desenhada da Amadora a 19 de Outubro. **Lusa**

Luís Onofre troca Portugal Fashion pela ModaLisboa
O criador de calçado estava ligado ao Portugal Fashion há duas décadas, mas, face ao cancelamento da semana da moda do Porto, passa a apresentar-se em Lisboa. "A moda é mudarmos, é termos conceitos novos", declara, elogiando "o trabalho que a ModaLisboa faz com os *designers* portugueses".

Em Portugal, abre-se uma janela que quer reivindicar a paz

No Dia Internacional da Paz, a 21 de Setembro, o desafio passa por colocar à janela um pano, branco, chamando a atenção para a necessidade de valorizar a diplomacia na resolução de conflitos

Carla B. Ribeiro

O Índice Global da Paz (IGP) 2024 não revela números animadores: não havia tantos conflitos desde a Segunda Guerra Mundial, sendo que vários envolvem países de forma indirecta. Dos 195 países cuja soberania é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (que reúne 193 e ainda dois Estados que actuam como observadores: Vaticano e Estado da Palestina), 92 estão envolvidos em conflitos fora das suas fronteiras, o maior número desde a criação do IGP. E, segundo a ONU, há mais de dois mil milhões de pessoas cujas vidas são, hoje, afectadas por conflitos e guerras, havendo quase 120 milhões de deslocados devido a guerras, perseguições e outras formas de violência.

É neste contexto que nasceu um movimento, #JanelaBrancaPelaPaz, que uniu o Centro de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental e a Unicef Portugal e que, no dia 21 de Setembro, próximo sábado, tem a ambição de, em vésperas do arranque da Assembleia da ONU em Nova Iorque, "apelar aos decisores mundiais, regionais e locais que privilegiem a diplomacia para resolver conflitos", através de uma iniciativa que foi desenhada para ser "simples".

"Qualquer pessoa em sua casa ou no trabalho, com um simples pano branco – ou uma toalha, um *napperon*, uma fronha, um lençol –, pode participar", diz António Ferrari, assessor de comunicação da ONU para Portugal, contextualizando que "o pano branco é símbolo de tréguas, de paz, de fim das hostilidades". No fundo, observa, em conversa com o PÚBLICO, a ideia passou, por um lado, por "lembrar a importância da paz e sublinhar que somos uns privilegiados por não termos guerra em território nacional" e, por outro, "recordar o impacto da guerra como entrave ao progresso económico e social, como um retrocesso nos direitos humanos e um aumento da violência". Isto porque, lembra, "hoje, um quarto da população mundial vive em contexto de guerra e nunca houve tantos deslocados, sendo preciso sublinhar que ninguém sai de casa por capricho".

RUI GAUDÊNCIO

ENRIC VIVES-RUBIO/ARQUIVO

DANIEL ROCHA

José Luís Peixoto, Rita Blanco e ProfJam são três dos porta-vozes da iniciativa #JanelaBrancaPelaPaz

Para ajudar os organismos nesta campanha, foram recrutadas figuras públicas que, embora de diferentes quadrantes, consigam dar visibilidade ao movimento. "Há um grupo de porta-vozes", começa por explicar António Ferrari, "mas a iniciativa é de e para todos". Só que, observa, esse grupo de pessoas permite que, sobretudo através das redes sociais, se consiga chegar a mais gente. E todas, realça, não só aceitaram o desafio, como o abraçaram como uma causa própria. É o caso da actriz Rita Blanco, que, embora ciente de que não será um pano branco à janela que irá mudar o mundo, acredita que é preciso dar um primeiro passo que dê a entender "aos grandes líderes mundiais que nós estamos atentos e que nós não estamos de acordo e que nós queremos que as coisas mudem". E considera que o "nós" são muitos: "Ninguém hoje em dia pode estar sossegado com tudo o que está a acontecer: uma em cada cinco crianças está em situação de conflito, de guerra, com toda a violência que isso implica, o que quer dizer que, se as crianças são o futuro, o futuro do mundo está muito comprometido."

De acordo com a ONU, mais de dois mil milhões de pessoas são, hoje, afectadas por conflitos e guerras, havendo quase 120 milhões de deslocados em todo o mundo

O escritor José Luís Peixoto, que acabou por se ver contagiado pelo entusiasmo da amiga Marisa Liz, tornando-se um porta-voz do movimento, concorda com a necessidade de passar a mensagem de que há quem esteja atento e em desacordo com a via da guerra, porque, explica, "a dada altura, o conflito torna-se tão normal nas nossas vidas que dá a sensação de que estamos todos um bocadinho adormecidos".

É o resultado, diz, de uma certa desumanização, também alimentada pela "banalização dos temas e da forma como os tratamos". Mário Cotrim *aka* ProfJam vê nessa desumanização o reflexo "da paz orwelliana, onde a guerra é a paz e que a paz se faz pela guerra". Claro, ressalva, o cenário "é muito mais complexo do que este pensamento. Mas temos de partir deste para depois conseguirmos desmantelar o sistema da guerra e perceber que a guerra realmente é guerra. E que a paz não é a guerra".

O músico, que vê neste tipo de iniciativa um seguimento daquilo que faz profissionalmente e do que é na esfera privada, admite que o género que trabalha, o rap, está muito associado a uma cultura de violência, no entanto defende que "o rap pode fazer parte da cultura da violência como um elogio ou como um alerta".

Já sobre o acto de colocar um pano branco à janela, José Luís Peixoto valoriza o facto de constituir uma "declaração", não só nas redes sociais, mas também para os "vizinhos, para com a nossa família, para com os que estão à nossa volta". E Rita Blanco avalia que, "se houver de repente [uma forte adesão] e nós percebermos que somos muitos e que estamos todos juntos contra isto, pode ser que isso leve a outras acções mais concretas".

Guia

Cinema

Grand Tour

Cartaz, críticas, trailers e passatempos em cinecartaz.publico.pt

Porto

Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
Sonata de Outono M12. 15h; **Geração Low-cost** M14. 16h, 19h30; **Motel Destino** M14. 19h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 21h45; **A Pedra Sonha dar Flor** 17h15; **Reality** 14h30, 18h; **Grand Tour** 21h30

Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h30, 16h (VP); **Oh Lá Lá!** M12. 13h20, 15h40; **Iris e os Homens** M14. 18h50, 21h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 17h40, 20h50; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 18h40, 21h30 ; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h20, 19h10, 21h40 ; **Não Fales do Mal** 18h20, 21h30 ; **Grand Tour** 14h, 17h, 20h30; **Transformers: O Início** 13h50, 16h30 (VP) 19h20, 21h50 (VO); **Um Ano Difícil** 13h10, 15h50

Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
Grand Tour 21h30

Braga

Cineplace Nova Arcada - Braga
C. C. Nova Arcada. T. 253112913
Gru - O Maldisposto 4 M6. 15h30, 17h30 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 15h, 17h10, 19h20 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 21h40; **Iris e os Homens** M14. 21h40; **Isto Acaba Aqui** M12. 21h40; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 15h, 17h10, 19h30, 21h50; **Cão e Gato** M6. 15h (VP); **Um Gato Com Sorte** M6. 15h30, 17h20 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 15h20, 17h30, 19h40, 21h50; **100% Lobo** 15h30; **Não Fales do Mal** 17h, 19h20; **Não Fales do Mal** 21h30; **Casa Sinistra** 15h20, 17h20, 19h20, 21h20; **Transformers: O Início** 15h, 17h10, 19h20 (VP) 21h30 (VO); **Um Ano Difícil** 19h10; **Amarrados** 17h30, 19h30, 21h40; **Jogo de Assassinos** 19h40

Castelo Branco

Cinebox
C.C. Alegro Castelo Branco. T. 760789789
Beetlejuice Beetlejuice M12. 16h40, 19h; **Não Fales do Mal** 16h30, 21h40; **Grand Tour** 14h, 19h, 21h35; **Transformers: O Início** 14h, 16h30 (VP) 19h, 21h30 (VO); **Jogo de Assassinos** 14h

Coimbra

Casa do Cinema de Coimbra
Av. Sá da Bandeira 33. T. 239851070
Ubu 14h30; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 18h30; **Não Fales do Mal** 16h20; **Grand Tour** 21h30

Gondomar

Cinemas Nos Parque Nascente
Praceta Parque Nascente, nº 35. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 12h30, 15h20, 17h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h20, 16h (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h, 17h10, 20h50, 23h40; **Iris e os Homens** M14. 12h20, 15h, 17h35, 20h30, 23h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h50, 18h10, 21h20, 23h50; **Alien: Romulus** M16. 20h40, 23h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 15h10, 18h, 21h, 24h; **Um Sinal Secreto** M14. 19h50, 22h; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h40, 17h (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 12h40, 15h40, 18h40, 21h30, 00h15; **Zona de Risco** M14. 19h, 22h10; **Não Fales do Mal** 13h30, 16h10, 18h50, 21h40, 00h20; **Casa Sinistra** 19h40, 22h05, 00h35; **Transformers: O Início** 13h05, 15h45, 18h25 (VP) 21h10, 00h30 (VO); **Um Ano Difícil** 12h50, 15h35, 18h20, 21h15, 0h05; **Amarrados** 13h, 15h30, 17h55, 20h45

Estreias

Amarrados
De Alexandre Aja. Com Halle Berry, Matthew Kevin Anderson, Christin Park, Stephanie Lavigne. EUA. 2024. m. Drama, Terror.
Num mundo pós-apocalíptico, uma mãe vive com os dois filhos gémeos numa casa isolada. São protegidos por uma corda que os une uns aos outros e à casa em que vivem. Um dos miúdos começa a duvidar da existência de forças do mal, o que traz consequências desastrosas.

Casa Sinistra
De Matthias Hoene. Com Joely Richardson, Sadie Soverall, Neil Linpow, Harry Cadby. GB. 2023. 93m. Thriller.
Apanhados numa violenta tempestade, dois criminosos abrigam-se numa quinta isolada. Ao fazerem refém a família que ali vive, eles depressa se dão conta de que ali se guardam segredos terríveis.

Grand Tour
De Miguel Gomes. Com Gonçalo Waddington, Crista Alfaiate, Cláudio da Silva, Lang Khê Tran, Jorge Andrade. ITA/ALE/China/POR/FRA/JAP. 2024. m. Drama, Histórico.
Em 1918, um funcionário público em Rangum, na Birmânia, abandona a noiva no dia do casamento para partir numa viagem pela Ásia. Ela segue atrás dele.

Iris e os Homens
De Caroline Vignal. Com Laure Calamy, Vincent Elbaz, Suzanne De Baecque, Sylvain Katan. FRA. 2023. 98m. Comédia Dramática. M14.
À beira de fazer 50 anos, Iris (Laure Calamy) é uma dentista bem-sucedida, com o seu próprio consultório, um casamento e duas filhas. Um dia, percebe que já não tem relações sexuais com o marido há anos e decide tentar o adultério.

Transformers: O Início
De Josh Cooley. Com Brian Tyree Henry (Voz), Scarlett Johansson (Voz), Keegan-Michael Key (Voz), Jon Hamm (Voz), Chris Hemsworth (Voz), Laurence Fishburne (Voz), Steve Buscemi (Voz). EUA. 2024. 104m. Animação, Aventura.
Antes de serem rivais cujas querelas se transformam em guerras de grande escala, Optimus Prime e Megatron eram amigos em Cybertron. Esta prequela da saga "Transformers" conta a história do herói e do vilão.

Um Ano Difícil
De Éric Toledano, Olivier Nakache. Com Pio Marmaï, Jonathan Cohen, Noémie Merlant, Mathieu Amalric. FRA. 2023. 120m. Animação.
Dois amigos dados à vigarice e muito endividados decidem juntar-se a um grupo de activistas ambientais. Não por acreditarem na causa, mas mais porque querem comer e beber de graça.

As estrelas

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
Alien — Romulus	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Amarrados	—	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Beetlejuice, Beetlejuice	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆
Breves Encontros	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Daddio, uma Noite em Nova Iorque	—	★☆☆☆☆	—
Dulcineia	—	★☆☆☆☆	—
Grand Tour	★★☆☆☆	★★★☆☆	★★★☆☆
O Longo Adeus	★★★★★	★★★★★	★★★★★
O Monge e a Espingarda	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Não Fales do Mal	—	★☆☆☆☆	—
Na Terra de Santos e Pecadores	—	★★★☆☆	★★★☆☆
A Pedra Sonha Dar Flor	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Rei Ubu	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Verdade ou Consequência?	★★★★☆	★★★★☆	★★★☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Guarda

Cineplace La Vie - Guarda
C.C. La Vie. T. 271212140
Divertida-Mente 2 M6. 15h (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 21h20; **Um Gato Com Sorte** 15h, 16h50 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** 17h10, 19h20, 21h30; **100% Lobo** 15h (VP); **Não Fales do Mal** 19h10; **Grand Tour** 18h40; **Transformers: O Início** 15h, 17h10, 19h20 (VP) 21h30 (VO); **Amarrados** 17h, 21h30

Guimarães

Castello Lopes - Espaço Guimarães
25 de Abril, Silvares. T. 253539390
Isto Acaba Aqui M12. 15h50, 18h30, 21h10; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h35, 16h55, 19h15, 21h35; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h45, 17h, 19h15, 21h30; **Não Fales do Mal** 21h35; **Transformers: O Início** 13h25 (VP); **Amarrados** 13h10, 15h15, 17h20, 19h25, 21h35

Castello Lopes - Guimarães Shopping
Lugar das Lameiras. T. 253520170
Divertida-Mente 2 13h30, 15h45, 18h (VP); **Deadpool & Wolverine** 21h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 15h50, 18h30, 21h10; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h35, 16h55, 19h15, 21h35; **Beetlejuice Beetlejuice** 14h45, 17h, 19h15, 21h30; **Não Fales do Mal** 14h35, 16h55, 19h15, 21h35; **Transformers: O Início** 13h25 (VP); **Amarrados** 13h10, 15h15, 17h20, 19h25, 21h35

Maia

Castello Lopes - Mira Maia Shopping
Mira Maia Shopping. T. 229419241
Isto Acaba Aqui M12. 16h, 18h40, 21h10; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h35; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 14h45, 17h, 19h15, 21h30 ; **Grand Tour** 13h25, 16h05, 18h45, 21h25; **Amarrados** 13h10, 15h15, 17h20, 19h25, 21h35

Cinemas Nos MaiaShopping
C.C. Maiashopping, Lj 2.43. T. 16996
Isto Acaba Aqui 13h, 15h50, 21h10 ; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h30, 16h10, 18h50, 21h20; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h40, 16h20, 19h, 21h40; **Não Fales do Mal** 18h40; **Transformers: O Início** 13h10, 15h40 (VP) 18h20, 21h (VO); **Amarrados** 13h20, 16h, 18h30, 21h30

Matosinhos

Cinemas Nos MarShopping
Av. Dr. Óscar Lopes. T. 16996
A Menina da Comunhão 00h25; **Gru - O Maldisposto 4** 13h30, 16h (VP); **Divertida-Mente 2** 13h, 15h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** 21h40; **Isto Acaba Aqui** 12h10, 15h, 18h, 21h20, 00h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 15h10, 17h50, 20h50, 23h50; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h10, 18h40, 21h50, 00h30; **Não Fales do Mal** 19h, 22h; **Grand Tour** 12h30, 15h40, 18h50; **Transformers: O Início** 12h50, 15h20 (VP) 18h20, 21h30, 24h (VO); **Amarrados** 18h30, 21h10, 00h10; **Transformers: O Início** 12h40, 15h30, 18h10, 21h, 23h40 (VO/IMAX)

Cinemas Nos NorteShopping
C.C. Norteshopping, Lj 1117. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 10h40, 13h15, 15h50 (VP); **Divertida-Mente 2** 11h, 14h20, 16h50, 19h20 (VP); **Isto Acaba Aqui** 12h30, 15h30, 18h30, 21h30, 00h25; **Alien: Romulus** M16. 21h50, 00h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h25, 16h10, 18h50, 21h50, 00h30; **Um Sinal Secreto** 19h50; **Um Gato Com Sorte** 10h30, 12h50, 15h20; **Não Fales do Mal** 13h40, 16h20, 19h, 21h40, 00h20; **Grand Tour** 15h40, 18h20, 21h10, 24h; **Transformers: O Início** 14h, 16h30 (VP/2D) 19h, 21h45 (VO/2D) 13h10 (VO/3D); **Amarrados** 17h40, 20h50, 23h30; **Não Apagues a Luz** 00h10; **Alien: Romulus** M16. 19h40, 22h20 (SCREENX); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20, 23h50 (NOSXVISION)

Ovar

Castello Lopes - Vida Ovar
C.C. Dolce Vita. T. 960254838
Isto Acaba Aqui M12. 13h55; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 21h35; **Não Fales do Mal** 16h35; **Grand Tour** 18h55

Penafiel

Cinemax - Penafiel
Ed. Parque do Sameiro. T. 255214900
Divertida-Mente 2 M6. 15h, 19h40 (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 14h30, 19h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h40, 21h30; **Um Gato Com Sorte** M6. 17h10 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 17h10, 19h20; **Casa Sinistra** 17h, 21h50; **Transformers: O Início** 17h20 (VP); **Amarrados** 21h50

São João da Madeira

Cineplace - São João da Madeira
Av. Renato Araújo, 1625.
Gru - O Maldisposto 4 M6. 15h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 15h, 17h10 (VP); **Isto Acaba Aqui** M12. 21h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 19h20, 21h40; **Beetlejuice Beetlejuice** M12. 17h, 19h10; **100% Lobo** 15h (VP); **Não Fales do Mal** 19h30; **Transformers: O Início** 15h, 17h10, 19h20 (VP) 21h30 (VO); **Amarrados** 17h20, 21h50

Vila Nova de Famalicão

Casa das Artes de V. N. de Famalicão
Parque de Sinçães. T. 252371297
O Rapto 21h45

Vila Nova de Gaia

Cinemas Nos GaiaShopping
C.C. Gaiashopping, Lj 2.25. T. 16996
Divertida-Mente 2 13h30, 14h, 16h, 16h30, 18h40 (VP); **Deadpool & Wolverine** 18h20, 21h10; **Isto Acaba Aqui** 14h20, 17h30, 20h40, 23h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h20, 16h10, 19h, 21h50, 00h30; **Beetlejuice Beetlejuice** 13h, 18h10, 20h50, 23h40; **Não Fales do Mal** 21h30, 00h20; **Grand Tour** 12h50, 15h40, 18h30; **Casa Sinistra** 21h40, 00h10; **Transformers: O Início** 12h40, 15h10 (VP) 17h50, 20h30, 23h (VO); **Amarrados** 13h40, 16h20, 18h50, 21h20, 23h50; **Jung Kook: I Am Still** 15h50; **Transformers: O Início** 13h10, 15h30, 18h, 21h, 23h20 (VO/4DX)

UCI Arrábida 20
Arrábida Shopping. T. 223778800
Ubu 14h30, 19h20; **Gru - O Maldisposto 4** M6. 13h40, 16h05, 18h35 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 13h55, 16h20, 18h45, 21h15 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 13h20, 16h05, 18h50, 21h45; **Oh Lá Lá!** M12. 14h20, 16h45, 19h05, 21h25; **Iris e os Homens** M14. 13h55, 16h20, 18h45, 21h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h15, 16h, 18h40, 21h25; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h45, 16h25, 19h10, 22h; **Beetlejuice Beetlejuice** 13h35, 16h10, 18h55, 21h40; **Zona de Risco** 13h50, 16h30, 19h10, 21h50; **100% Lobo** 14h25, 16h50 (VP); **A Pedra Sonha dar Flor** 13h50, 21h05; **Não Fales do Mal** 14h15, 16h50, 19h25, 22h; **Reality** 16h55, 21h20; **Grand Tour** 13h30, 16h15, 19h0h5, 21h55; **Casa Sinistra** 14h25, 16h25, 18h50, 21h45; **Daddio - Uma Noite em Nova Iorque** 14h05, 16h35, 19h15, 21h30; **Transformers: O Início** 14h, 16h30, 19h (VP/2D) 21h30 (VO/2D) 16h45 (VP/3D) 19h15 (VO/3D); **Um Ano Difícil** 13h25, 16h10, 18h55, 21h40; **Amarrados** 14h10, 16h40, 19h20, 21h50; **Jogo de Assassinos** 19h, 21h20; **Ardaas Sarbat De Bhalle Di** 21h

Lazer

TEATRO

Re: Antígona
PORTO Teatro Carlos Alberto. De 19/9 a 22/9. Quinta e sábado, às 19h; sexta, às 21h; domingo, às 16h. M/16. 10€
André e. Teodósio, Inês Vaz, Maria João Vaz, Paula Diogo e Paulo Pascoal dão vida a esta nova peça do Teatro Praga, que "mata Antígona de todas as formas que se lembrar, para lhe dar a morte a que nunca teve direito", anunciam na sinopse. Num desafio ao presente, apresenta-se como uma resposta às inspirações, apropriações e actualizações de que a figura mitológica foi alvo desde que Sófocles a inscreveu no imaginário colectivo.

MÚSICA

Ricardo Ribeiro
PONTE DE LIMA Teatro Diogo Bernardes. Dia 19/9, às 21h30. M/6. 8€
De voz afinada com a liberdade e a rebeldia, Ricardo Ribeiro tem cantado fados novos e antigos, mas também se tem passeado por diferentes registos, sempre apoiado na ligação entre a música e a poesia. Vai da *world music* às colaborações com nomes como Rabih Abou-Khalil, Rão Kyao, Rui Veloso, Carlos do Carmo ou João Paulo Esteves da Silva, tendo com este último partilhado a autoria de *Respeitosa Mente*, álbum lançado em 2019 e gravado em trio com o percussionista Jarrod Cagwin. Neste concerto, as pautas dedicam-se a *Terra Que Vale o Céu*, disco lançado em 2023 e apresentado como um "regresso às origens" e ao fado tradicional, "que conhece como ninguém".

FESTIVAL

Circular — Festival de Artes Performativas
VILA DO CONDE Vários locais. De 19/9 a 29/9. Grátis a 5€
A 20.ª edição do festival vem com sentido de "encontro, partilha e reflexão". Entre música, teatro, dança, *performance*, conversas, oficinas, festas e exposições, o cartaz alinha 20 eventos e as criações de Daniel Moreira, Rita Castro Neves, Soa Ratsifandrihana, Mette Ingvartsen, Joclécio Azevedo, Sónia Baptista, Ana Vaz, Drumming, Supernova Ensemble e Silvestre Pestana, entre outros. Mapa em circularfestival.com.

Jogos

Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos

Totoloto

1.º Prémio 1.000.000€

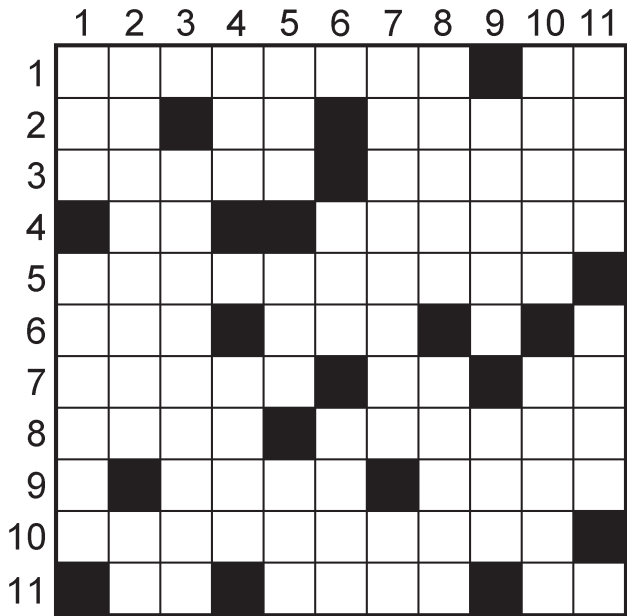
Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.558

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

Horizontais: 1. Onde ocorreu um episódio de violência extrema em escola, com "potencial traumático". Alojamento Local. **2.** Som que substitui um palavrão. Terceira nota musical. Monólito situado na Austrália, sagrado para os aborígenes (Património Mundial da UNESCO). **3.** "Não é (...) quem só de si tem cuidado". Relativo aos rins. **4.** British Petroleum. Pessoa ludibriada. **5.** Situação de (...), foi declarada pelo Governo na zona dos incêndios. **6.** Rebordo do chapéu. Naquele lugar. **7.** Qualidade rítmica própria do jazz. Canadá (Internet). Jogo estratégico para tabuleiro, com origem na antiga China. **8.** Situação. Representam agora um quinto da população, segundo o INE. **9.** Protelo. Grito festivo com que se evocava Baco durante as orgias. **10.** Resistem a trocar terra por paz. **11.** Sociedade Anónima. Amido próprio para engomar. Empresa Pública.
Verticais: 1. Agência Portuguesa do Ambiente. Censurou. **2.** Quer abater 200 elefantes para alimentar pessoas com fome devido à seca. Césio (s. q.). **3.** Alisara com a plaina. **4.** Numeração romana (2500). Coisa nenhuma. **5.** Elemento de formação que exprime a ideia de vida. Abreviatura informal de magazine. Inglês (abrev.). **6.** Miserável. Planta gramínea que nasce entre o trigo e o danifica. **7.** Relativo ao Direito. Antes do meio-dia. **8.** Asa do nariz. Antiga flauta pastoril. **9.** Adunado. Eternidade. **10.** Fio metálico. Conhecimento. **11.** Molusco cefalópode decápode, marinho, apreciado na alimentação. Nome masculino.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1									■		
2			■			■					
3						■					
4	■			■	■						
5											■
6				■				■		■	
7						■			■		
8					■						
9		■					■				
10											■
11	■			■					■		

Solução do problema anterior
Horizontais: 1. Albuquerque. **2.** Se. Nu. **3.** Sintap. Deis. **4.** Ir. Olivença. **5.** Nau. Cortas. **6.** Mulheres. **7.** Ns. IA. TV. **8.** Tupperware. **9.** Exir. Das. **10.** Saco. Oitava. **11.** Rolo. Senil.
Verticais: 1. Assinantes. **2.** Leira. Suxar. **3.** Um. Pico. **4.** Unto. Prol. **5.** Qual. Lie. **6.** Pichardo. **7.** ET. Voe. Wais. **8.** Derreaste. **9.** Quente. An. **10.** Içaste. Vi. **11.** Essas. Tal.

Bridge

João Fanha
bridgepublico@gmail.com

Dador: Norte
Vul: Todos

Oeste	Norte	Este	Sul
	1♣	passo	1♥
passo	1♠	passo	2♦
passo	3♣	passo	3ST

Todos passam

Leilão: Equipas ou partida livre.
Carteio: Saída: J♦. Qual a melhor linha de jogo?
Solução: Após uma tentativa falhada de encontrar um *fit* a copas, através do quarto naipe *forcing*, declarou 3ST.
Qual a linha de jogo que permite cumprir este contrato contra qualquer defesa?
Existem nove vazas potenciais, mas as comunicações são precárias. Se apresentar imediatamente a Dama de copas, estará a perder tempo em vão, uma vez que a defesa irá recuar o seu Ás: mesmo se cobrir a Dama com o Rei para tentar uma primeira passagem a paus, bastará à defesa fazer o Ás e abrir as espadas para o limitar a apenas oito vazas.
A linha ganhante consiste em apresentar imediatamente o Rei de paus do morto para apurar o naipe em contratempo. Que o retorno da defesa seja ouros ou espadas, joga agora a Dama de copas presa com o Rei!
— Se a defesa prender com o Ás de copas, ficará na iminência de alinhar nove vazas, prescindindo do naipe de paus (duas espadas, três ouros e quatro copas).
— Se a defesa o deixar fazer o Rei de copas, encaixe uma figura de ouros, se ainda tiver duas, deixando ficar a outra e jogue outro pau. Assim será garantido que fará duas espadas, uma copa, dois ouros e quatro paus.
Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
	1♣	1♠	X
passo	3♥	passo	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠AJ65 ♥KJ75 ♦A42 ♣J3
Resposta: Marque 3♠. Com o *cuebid* damos a entender que pretendemos explorar o cheleme. O parceiro deverá anunciar o seu controlo mais económico. Se for o de paus, partimos de seguida para 4ST antes de decidir se existem chaves suficientes para jogar o cheleme. Se o parceiro não mostrar o controlo a paus, teremos de parar prudentemente em 4♥.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

Problema 12.880 (Fácil)

Solução 12.878

2	6	9	1	4	3	8	7	5
1	7	8	5	2	6	4	3	9
3	4	5	8	9	7	2	6	1
6	5	1	3	7	4	9	8	2
4	8	3	9	1	2	6	5	7
7	9	2	6	5	8	1	4	3
9	1	4	7	8	5	3	2	6
5	2	6	4	3	9	7	1	8
8	3	7	2	6	1	5	9	4

Problema 12.881 (Difícil)

Solução 12.879

7	6	8	9	4	3	1	5	2
5	1	3	6	2	8	9	4	7
2	9	4	7	1	5	3	6	8
1	4	5	3	7	2	6	8	9
8	2	6	1	5	9	7	3	4
3	7	9	4	8	6	2	1	5
6	8	7	2	3	4	5	9	1
4	3	2	5	9	1	8	7	6
9	5	1	8	6	7	4	2	3

Guia

CINEMA

Capitão Phillips
AXN Movies, 18h59
Em Abril de 2009, no Índico, o cargueiro *Maersk Alabama* é atacado por piratas somalis. O capitão Richard Phillips (Tom Hanks) aceita ser feito refém em troca da liberdade da tripulação. Paul Greengrass realiza este *thriller* psicológico que adapta o livro *A Captain's Duty*, narrado pelo próprio Phillips.

The Paperboy - Um Rapaz do Sul
TVCine Emotion, 23h05
Florida, 1969. Atraído pela história de um rude caçador de crocodilos condenado à morte por homicídio mas supostamente inocente – é o que garante a estranha e sensual mulher dele – um jornalista volta à sua cidade natal, acompanhado de um camarada. Acabam por se envolver num enredo em que ninguém é o que aparenta. Com Matthew McConaughey, David Oyelowo, Nicole Kidman, John Cusack e Zac Efron, este filme de Lee Daniels baseia-se num romance de Pete Dexter, por sua vez inspirado num caso verídico.

SÉRIES

Foi Sempre a Agatha
Disney+, *streaming*
Estreia. Com Kathryn Hahn, Aubrey Plaza e Patti LuPone no elenco, é um derivado de *WandaVision* protagonizado por Agatha Harkness, a bruxa de Salem desenhada pela Marvel. Criada por Jac Schaeffer, a minissérie começa com a libertação de Agatha por um adolescente gótico com quem forja uma espécie de aliança.

Monstros: A História de Lyle e Erik Menendez
Netflix, *streaming*
Depois de uma primeira época focada em Jeffrey Dahmer, a antologia criada por Ryan Murphy e Ian Brennan regressa com uma temporada em torno dos irmãos Menendez, condenados a prisão perpétua (sem possibilidade de liberdade condicional) por terem assassinado os pais. Nicholas Alexander Chavez e Cooper Koch dão vida aos "monstros"; Javier Bardem e Chloë Sevigny assumem os papéis das vítimas.

Superdotada
AXN, 22h
Estreia-se a quarta temporada da série criminal franco-belga em torno de Morgane Alvaro (Audrey Fleurot), uma mãe solteira em dificuldades que trabalhava como empregada de limpeza quando a polícia a recrutou para consultora, graças ao seu QI muito acima da média (ao nível de Einstein ou Stephen Hawking). Nos novos episódios, a sua vida de mãe de três é revolucionada por uma nova gravidez. Profissionalmente falando, a acção recomeça com o caso de um homem que leva uma vida dupla.

Black Sails
AMC, 00h02
O AMC acolhe a multipremiada série de piratas que se estreou há dez anos, com assinatura de Jonathan E. Steinberg e Robert Levine, e com Michael Bay, um dos barões de Hollywood em matéria de acção e efeitos especiais, na equipa de produção. É uma série dramática de época, com referências a episódios históricos, que foi concebida para funcionar como pólogoa do clássico *A Ilha do Tesouro*, de Robert Louis Stevenson. Evoca os tempos dos piratas nos inícios do século XVIII, com epicentro em New Providence, Caraíbas, um território sem lei. O elenco inclui Toby Stephens na pele do temido capitão Flint e ainda Hannah New, Luke Arnold, Jessica Parker Kennedy e Tom Hopper. Fica em exibição semanal, com as quatro temporadas no horizonte.

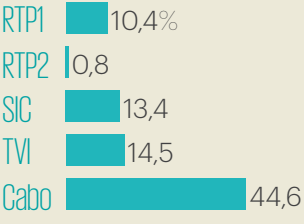
Televisão

Os mais vistos da TV

Terça-feira, 17

		% Aud.	Share
Jornal Nacional	TVI	9,1	18,2
Secret Story – Especial	TVI	9,0	17,5
Jornal da Noite	SIC	8,4	16,6
Cacau	TVI	7,9	17,5
A Promessa	SIC	7,5	16,5

FONTE: CAEM

RTP1	10,4%
RTP2	0,8
SIC	13,4
TVI	14,5
Cabo	44,6

RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.25** Hora da Sorte - Lotaria Popular **14.32** Amor sem Igual **15.52** Futsal: Portugal x Tajiquistão (Campeonato do Mundo) **17.36** Portugal em Directo **19.06** O Preço Certo **19.59** Telejornal

21.01 Linha da Frente

21.42 Joker

22.43 Alguém Tem de o Fazer

23.38 Viagem a Portugal

0.35 Grande Entrevista **1.37** Anatomia de Grey **2.17** Amor sem Igual

RTP2

6.00 A Fé dos Homens **6.32** Repórter África **7.00** Espaço Zig Zag **10.25** As Novas Viagens Philosophicas **10.57** Maravilhas da Europa **11.51** O Mundo em Chamas **12.55** As Coisas em Volta: A Vida Misteriosa dos Objectos **13.26** Outra Escola **14.00** Sociedade Civil **15.01** A Fé dos Homens **15.36** Loucos Anos Verdes? **16.12** Sobreviver à Estufa na Terra **17.06** Espaço Zig Zag **20.34** Folha de Sala **20.39** Engenharia Antiga

21.30 Jornal 2
22.01 O Escândalo dos Correios

22.47 Folha de Sala
22.55 As Almas Perdidas da Síria

0.37 Cinemax **1.46** Sociedade Civil **2.48** O Outro Lado de Patrick - Making of **3.15** Juro Que Aconteceu **3.59** O Canto da Casa **5.05** Glúten: Um Inimigo Público? **5.59** A Fé dos Homens

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.10** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.30** Querida Filha **16.10** Linha Aberta **16.55** Júlia **18.20** Terra e Paixão

19.57 Jornal da Noite

22.10 A Promessa

22.55 Senhora do Mar

0.10 Nazaré

0.45 Papel Principal

1.00 Travessia

1.45 Passadeira Vermelha **2.05** Cartaz **3.00** Volante **3.15** Terra Brava

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI - Em Cima da Hora **14.40** A Sentença **15.55** A Herdeira **16.30** Goucha **17.45** Secret Story **19.48** IVR - TVi Dá+

19.57 Jornal Nacional

21.20 Secret Story

22.10 Cacau

23.10 Festa É Festa

0.00 Secret Story

2.00 O Beijo do Escorpião

TVCINE TOP

17.20 O Mestre Jardineiro **19.10** Disco de Ouro **21.30** Beautiful Disaster: Um Desastre Maravilhoso **23.05** Os Ricardos **1.15** Silent Night: Vingança Silenciosa

STAR MOVIES

18.10 Não Matar **19.34** O Meu Nome É Shangai Joe **21.15** A Morte de Um Pistoleiro **22.57** O Pistoleiro Esquecido **0.28** A Lança Quebrada

HOLLYWOOD

17.50 Categoria 5 **19.30** Bons Rapazes **21.30** Kingsman: Serviços Secretos **23.40** Blade II **1.35** Alien 3 - A Desforra

AXN

17.37 The Rookie **21.05** Hudson & Rex **22.00** Superdotada **0.07** Free Fire **1.45** Hudson & Rex

STAR CHANNEL

17.07 Investigação Criminal: Los Angeles **18.49** FBI **20.28** Hawai Força Especial **22.15** O Último Desafio **0.26** Chicago P.D. **1.52** FBI

DISNEY CHANNEL

17.15 Miraculous - As Aventuras de Ladybug **18.30** Hamster & Gretel **19.15** Primos **19.40** Os Green na Cidade Grande **20.50** Vamos Lá, Hailey! **21.35** A Raven Voltou

DISCOVERY

17.00 Mestres do Restauro **19.00** Aventura à Flor da Pele **21.00** Last Chance Garage **22.54** Sin City Tow **23.51** Camionistas da Alemanha **0.48** Last Chance Garage

HISTÓRIA

17.20 O Inexplicável **18.03** Os Maiores Mistérios da História **19.26** Top 10 da Antiguidade **22.16** Antigo Egipto: Crónicas de Um Império **0.15** Os Maiores Mistérios da História

ODISSEIA

17.06 Ataque e Defesa **18.23** Hospital de Elefantes **20.00** Mascotes com as Patas Partidas **20.55** Resgate de Cães: Segunda Oportunidade **21.41** Os Cães de Lisa Vanderpump **23.16** A Mentalista de Animais de Estimação **0.04** Os Cães de Lisa Vanderpump

DOCUMENTÁRIO

As Almas Perdidas da Síria
RTP2, 22h55
Documentário sobre milhares de vítimas que sucumbiram à tortura do regime liderado pelo Presidente sírio, Bashar al-Assad, e que cairiam no esquecimento se não fossem os familiares e activistas que tentam resgatar a sua memória e procurar justiça. Assinado por Stéphane Malterre e Garance Le Caisne, é um trabalho que mostra também "até que ponto a justiça internacional se revela impotente para processar o Estado sírio".

INFORMAÇÃO

Linha da Frente
RTP1, 21h01
A reportagem *Rumo ao Norte* acompanha um médico que parte em direcção à Noruega, numa viagem que é só de ida. A sua jornada é pretexto para falar das novas escolhas feitas pelos portugueses no momento em que decidem sair do seu país – um mapa em que o Reino Unido perde atractividade por influência do "*brexit*" e em que os países nórdicos ganham terreno. É um trabalho da jornalista Marta Jorge, com imagem de Emanuel Prezado e edição de Carlos Felgueiras.

Meteorologia

Marés

Preia-mar / Baixa-mar — *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
10h20 (baixa-mar)	0,2	09h54 (baixa-mar)	0,4	09h51 (baixa-mar)	0,2
16h36 (preia-mar)	3,9	16h11 (preia-mar)	3,9	16h21 (preia-mar)	3,8
22h47 (baixa-mar)	0,2	22h21 (baixa-mar)	0,3	22h17 (baixa-mar)	0,2
04h57* (preia-mar)	3,7	04h34* (preia-mar)	3,7	04h42* (preia-mar)	3,6

Temperaturas ºC

	Mín.	Máx.
Amesterdão	14	23
Atenas	19	27
Berlim	13	25
Bruxelas	12	24
Bucareste	13	20
Budapeste	13	23
Copenhaga	12	21
Dublin	10	18
Estocolmo	10	20
Frankfurt	12	24
Genebra	10	21
Istambul	18	25
Kiev	12	24
Londres	15	26
Madrid	15	22
Milão	14	24
Moscovo	10	22
Oslo	10	21
Paris	13	25
Praga	9	21

	Mín.	Máx.
Roma	13	24
Viena	10	22
Bissau	24	30
Buenos Aires	15	22
Cairo	28	36
Caracas	20	30
Cid. do Cabo	10	15
Cid. do México	14	25
Dili	24	32
Hong Kong	27	34
Jerusalém	18	28
Los Angeles	16	24
Luanda	22	26
Nova Deli	26	31
Nova Iorque	18	25
Pequim	16	29
Praia	26	30
Rio de Janeiro	19	28
Riga	11	20
Singapura	27	32

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

JOÃO RELVAS/LUSA

Jogadores do Benfica durante o treino antes do jogo de hoje com o Estrela Vermelha

O Benfica quer ir ao céu com uma passagem no inferno

Quem já esteve no estádio do Estrela Vermelha, onde vai jogar hoje o Benfica, diz que é "a mais hostil, intensa e intimidante experiência no futebol"

Diogo Cardoso Oliveira

É conhecido o ambiente "quentinho" nos estádios balcânicos, mas o do Estrela Vermelha, onde vai jogar hoje o Benfica na Liga dos Campeões (17h45, Sport TV), é definido por quem já lá foi como algo especial. Mesmo já não sendo o que era noutros tempos, o Rajko Mitic, também conhecido como Marakana, não é apenas quente, é infernal.

Tochas, fumo, petardos, hostilidade com os visitantes, confrontos fora do estádio, barulho nocturno ao pé do hotel da equipa visitante e cânticos permanentes durante o jogo. Mesmo com coisas boas e más, os adeptos do Estrela Vermelha não são um exemplo de saber receber.

Mas é mais do que o que estará à vista no Rajko Mitic. Antes de surgirem no relvado, e antes de as câmaras os apanharem, os jogadores do Benfica têm cerca de dois minutos de um tipo muito especial de inferno.

O túnel de acesso ao relvado parece um caminho até à *Wolfsschanze* [Toca do lobo] de Hitler na II Guerra Mundial. Sem grandes alterações desde 1963, o túnel do Estrela Vermelha é longo, tem passagem estreita, tecto muito baixo, paredes brancas gastas, dois portões de ferro imponentes e velhos, luzes ao estilo metropolitano, paredes grafitadas com cores vermelhas e escadas a descer para um nível subterrâneo, antes de se subir novamente para o patamar do relvado. Há um ambiente algo claustrofóbico oferecido aos jogadores, com o som dos adeptos da casa a ecoar enquanto fazem cerca de dois minutos de percurso. Quem já lá esteve em dia de jogo diz que as paredes do túnel tremem, porque os adeptos estão sentados por cima do tecto do túnel. "É a mais hostil, intensa e intimidante experiência no futebol. Nunca vi adeptos como aqueles. Esse estádio foi o inferno na Terra", chegou a dizer Arrigo Sacchi ao *The Times*, em 2022 – e Sacchi tem autoridade para falar do tema.

Parafraseando o lendário treinador italiano, naquele estádio trata-se de uma vitória de carácter e não apenas de preceitos técnicos e tácticos.

Santa Clara foi melhoria?

E é neste sentido que o Benfica vai passar pelo inferno para tentar chegar ao céu. É que a equipa de Bruno Lage está, a nível técnico e táctico, em pleno caminho para o céu, tal foi o bálsamo de confiança que houve no pós-Santa Clara, com triunfo por 4-1.

A equipa não massacrou os açorianos, teve o jogo resolvido sem fazer muito por isso e só na parte final, com o jogo feito, dilatou o número de oportunidades de golo. Mas, por outro lado, demonstrou uma dinâmica assinalável e teve Kokçu, Rollheiser e Akturkoglu a sugerirem que são reforços – mesmo que dois deles já lá estivessem. Em geral, foi uma partida bem conseguida, sobretudo se a comparação for o Benfica de Schmidt, e há boas razões para confiança. Nessa medida, a ida a Belgrado pode servir de razão a quem já colocou o Benfica perto do céu ou dá-la a quem ainda não foi tão longe nessa avaliação.

> "É a mais hostil, intensa e intimidante experiência no futebol. Nunca vi adeptos como aqueles. Esse estádio foi o inferno na Terra"

E o que disse Bruno Lage na antevisão do jogo? "Estamos focados em trabalhar. O nosso foco tem de ser esse." Fez pelo menos umas sete variantes destas duas frases e foi sobretudo disso que se fez a conferência de imprensa, com respostas curtas e geralmente vazias. Nesse sentido, não há muito a acrescentar, a não ser que o técnico acha que a equipa teve tempo para recuperar, com quatro dias entre jogos. É este o sumo: sem querer, acabou por deixar no ar que não vai mudar nada no "onze".

O que vale o Estrela?

A amostra europeia do Estrela Vermelha ainda é curta, mas sugere, pelo menos, um perfil algo modesto.

No *play-off* frente ao Bodo, da Noruega, os sérvios não defrontaram um colosso, mas mesmo assim cederam mais de 60% da bola no primeiro jogo e quase 60 no segundo. Em ambos os jogos houve uma predominância clara das bolas longas e das posses curtas – recuperação de bola e jogo directo. Também nos dois jogos foi um ponto comum a tremenda prevalência nos duelos aéreos, algo em que o Benfica não tem uma especial virtude.

Um detalhe interessante da segunda mão é que a equipa sérvia não precisou de muita bola nem muita presença no último terço do campo para somar um número bastante elevado de remates.

Isso poderá ser especialmente preocupante para o Benfica, já que uma equipa de remate fácil e processos simples, com bola directa na zona atrás da primeira linha de pressão, poderá ter terreno fértil frente a um adversário como os "encarnados", que revelaram uma transição defensiva sofrível frente ao Santa Clara, com muito espaço oferecido após a perda – e Lage não teve assim tanto tempo para trabalhar nisso.

Uma forma de estancar isso é garantir que o momento da pressão alta é mais eficaz, algo que sugere o regresso ao "onze" de Aursnes, um jogador forte no "tampão" à saída adversária. Mas o norueguês vem de lesão, fez trabalho de ginásio no último treino em Lisboa e não é crível que seja lançado já.

Aí entra também o espectro emocional. Se os adeptos e a imprensa surfaram tanto a onda do duelo frente ao Santa Clara, não fará muito sentido Lage esvaziar essa confiança com mudanças no "onze".

Com ou sem Aursnes, qualquer "onze" lançado por Lage tem uma superioridade demasiado evidente em relação ao Estrela Vermelha. E qualquer resultado que não seja a vitória saberá a pouco – com ou sem inferno em Belgrado.

Jogos de ontem da Liga dos Campeões

Nuno Mendes salva estreia do PSG

David Andrade

O segundo *round* da primeira jornada da fase de liga da Champions esteve perto de terminar com um deslize em casa de dois dos principais favoritos a vencer a competição, mas apenas o detentor do título não conseguiu vencer no início da defesa do troféu conquistado em 2023/24. A jogar em Manchester e com Rúben Dias e Bernardo Silva de início, o City empatou a zero com o Inter, que contou com o ex-portista Mehdi Taremi nos 90 minutos. Já o Paris Saint-Germain, apenas no minuto 90, com um golo do internacional português Nuno Mendes (a UEFA acabaria por considerar autogolo), quebrou a resistência do estreante Girona.

No Etihad Stadium, Pep Guardiola não abdicou dos principais trunfos no início da defesa do inédito título conquistado na última época, mas o City não conseguiu encontrar a solução para contornar a habitual fiabilidade defensiva italiana.

Num duelo em que os transalpinos nunca abdicaram de procurar o ataque, o City esteve sempre mais perto do golo, mas a baliza à guarda do suíço Yann Sommer manteve-se inviolada, garantindo à equipa comandada por Simone Inzaghi um importante ponto.

Em Paris, o domínio do PSG no jogo de estreia do Girona na Liga dos Campeões foi mais evidente, mas apenas na parte final os parisienses garantiram os três pontos. Luís Enrique apostou em Nuno Mendes e Vitinha no "onze" – João Neves entrou para o lugar do antigo jogador do FC Porto, aos 63' –, mas foi preciso esperar pelos últimos minutos para o campeão francês chegar ao golo.

Um dos resultados mais surpreendentes da noite chegou de Praga, onde o Sparta não teve problemas para derrotar o RB Salzburgo. No duelo entre os campeões checo e austríaco, os forasteiros surgiam com melhor currículo, mas um golo do finlandês Kairinen, aos 2', começou a desequilibrar os pratos da balança a favor da equipa checa.

Antes do intervalo, o nigeriano Olatunji aproveitou uma assistência de Panak para aumentar a vantagem do Sparta e, apesar de os austríacos terem uma maior posse de bola, perto da hora de jogo Laçi fez o 3-0 final para a equipa da República Checa.

Já no Norte de Itália, a nova vida do Bolonha pós-Thiago Motta continua a não correr bem. Após a partida do antigo treinador para Turim, onde agora comanda a Juventus, o clube transalpino agora liderado por Vincenzo Italiano continua sem vencer e, depois de três empates e uma derrota na Serie A, o Bolonha voltou a não ganhar.

Calendário e resultados

FASE DE LIGA (JORNADA 1)	
Juventus-PSV	3-1
Young Boys-Aston Villa	0-3
AC Milan-Liverpool	1-3
Bayern Munique-Dín. Zagreb	9-2
Real Madrid-Estugarda	3-1
Sporting-Lille	2-0
Bolonha-Shakhtar	0-0
Sparta Braga-Salzburgo	3-0
Celtic-Slovan Bratislava	5-1
Club Brugge-B. Dortmund	0-3
Man. City-Inter Milão	0-0
PSG-Girona	1-0
Feyenoord-B. Leverkusen	17h45
Est. Vermelha-Benfica	17h45, SPTV1
Atalanta-Arsenal	20h
Atlético de Madrid-RB Leipzig	20h
Brest-Sturm Graz	20h
Mónaco-Barcelona	20h

YOAN VALAT/EPA

Vitinha foi titular na partida do PSG contra o Girona

Breves

Óbito

Morreu Totò Schillaci, melhor marcador do Mundial 1990

O antigo internacional italiano Salvatore "Totò" Schillaci, melhor marcador do Mundial de 1990, morreu ontem, aos 59 anos, confirmou a Federação Italiana de Futebol (FIGC). O ex-avançado lutava contra um cancro do cólon há mais de dois anos e estava internado desde 9 de Setembro num hospital de Palermo, de onde era natural. Schillaci ganhou duas Taças UEFA, ao serviço da Juventus e do Inter Milão, mas teve o momento alto da carreira no Mundial de 1990, em que ajudou a Itália a atingir o terceiro lugar e foi eleito o melhor jogador, tendo marcado em todos os seis jogos que realizou, apesar de ter chegando ao torneio como provável suplente.

Justiça

Recusada amnistia papal ao técnico que assediou jogadoras

Miguel Afonso, treinador de futebol, vai mesmo manter a multa de 5100 euros e a suspensão por 35 meses que lhe foi aplicada pela Federação Portuguesa de Futebol (FPF) depois do caso de assédio sexual a jogadoras, noticiado pelo PÚBLICO, em 2022. O arguido pretendia ser abrangido pela amnistia papal, após a visita do Papa Francisco a Portugal, mas o Supremo Tribunal Administrativo, o último reduto de recurso de Miguel Afonso, confirmou que a decisão do Tribunal Central Administrativo Sul é para manter: não há amnistia papal, apesar de já ter havido uma decisão anterior nesse sentido, que gerou revolta.

Portugal empata com a Argentina e vai jogar com a França

Os portugueses terminam a fase de grupos do Mundial de hóquei em patins com os mesmos pontos que os sul-americanos

A selecção portuguesa de hóquei em patins empatou, ontem, a quatro golos com a Argentina, no último jogo da fase de grupos do Campeonato do Mundo da modalidade, que decorre em Itália.

Um golo argentino nos últimos segundos (a 12 segundos do final, mais precisamente), e numa altura em que os sul-americanos apostavam num 5x4, impediu o triunfo nacional na partida e no Grupo A (os argentinos têm melhor diferença de golos).

A acessível Andorra foge dos *sticks* portugueses nos quartos-de-final, que passam a ter pela frente a mais complicada selecção francesa.

O responsável pelo empate foi Nolito, hoquista que joga no Sporting e que, num remate de longe, fixou o 4-4 final.

Antes, assistiu-se a uma partida equilibrada, mas em que Portugal esteve sempre na frente do marcador. Gonçalo Pinto e Hélder Nunes colocaram a selecção nacional com dois golos de vantagem. Mas o benfiquista Lucas Ordoñez, de penálti, reduziu pouco depois, marcando o primeiro dos seus três golos na partida.

Seguiu-se o segundo golo de Hélder Nunes no encontro, que deu a Portugal novamente uma vantagem de dois golos, mas Ordoñez, de novo de bola parada, reduziu primeiro para 3-2 e, antes do intervalo, fez o 3-3.

Na segunda parte, Rafa voltou a colocar a selecção lusa na frente do *placard*, ao fazer o 4-3 depois de uma excelente iniciativa individual. E, quando já todos esperavam pelo apito final da equipa de arbitragem, Nolito, com um disparo muito forte e longe da baliza, fez o empate e empurrou Portugal para a França nos "quartos" da competição, duelo que se irá disputar amanhã.

Benfica vence e fica perto da fase de grupos da Champions feminina

O Benfica deu ontem um passo importante rumo a uma quarta presença consecutiva na fase de grupos da Liga dos Campeões feminina de futebol, ao vencer fora o Hammarby (2-1), na primeira mão da segunda ronda de qualificação.

A norueguesa Julie Blakstad, num remate forte e colocado, deu vantagem às anfitriãs, logo aos 16 minutos. Um corolário lógico face à forma como as benfiquistas entraram no jogo. Intranquilas, incapazes de segurar a bola por mais do que uns breves segundos, as "águias" eram presa fácil para as suecas.

A perder, o Benfica tentou responder, mas foi preciso a espanhola Cristina Martín-Prieto aproveitar um erro defensivo de uma defesa do Hammarby e roubar a bola à adversária para o Benfica chegar à igualdade (39'), com Martín-Prieto a rematar de forma indefensável a bola para dentro da baliza contrária – logo a seguir, Marie Alidou podia ter feito o segundo, mas a guarda-redes nórdica salvou. Foi o nono golo de Martín-Prieto em sete jogos pelas "encarnadas", tendo marcado em todas as partidas.

A reviravolta foi consumada pouco depois do intervalo (47'), com Andreia Norton a desviar para a baliza um cruzamento rasteiro e atrasado de Alidou.

O Benfica passou a gerir a vantagem, baixou o ritmo do encontro e contou com a incapacidade do Hammarby de voltar a tomar conta da partida, tendo o encontro chegado ao seu final sem que as benfiquistas tivessem sofrido nenhum sobressalto.

O jogo da segunda mão está marcado para a próxima quarta-feira (25 de Setembro), às 20h, no Benfica Campus, no Seixal.

Também à procura de garantir um lugar na fase de grupos da Liga dos Campeões estará o Sporting. As "leoas" jogam hoje contra o Real Madrid, às 16h, no Estádio Aurélio Pereira, o seu jogo da primeira mão desta segunda e derradeira ronda de qualificação para a fase de grupos da Champions. **PÚBLICO**

"Criminosos" e "interesses" no fogo? Já dei para esse peditório

O respeitinho não é bonito

João Miguel Tavares

Quando eu era novo, também pensava que a culpa dos grandes incêndios era dos "criminosos" incendiários e dos "interesses" da indústria do fogo. Mas depois cresci, li, ouvi e aprendi. Pelos vistos, Luís Montenegro não cresceu, não leu, não ouviu, nem aprendeu. As declarações musculadas que fez numa alegada conferência de imprensa – digo "alegada" porque não houve mais uma vez direito a perguntas, um hábito muito pouco democrático – representam um claro retrocesso em relação ao passado e àquilo que se começava a aproximar de um consenso generalizado sobre a questão dos fogos. A saber: as principais causas dos grandes incêndios são sociais, ambientais e políticas - não são judiciais, nem criminais.

Infelizmente, o primeiro-ministro preferiu anunciar o

TIAGO PETINGA/LUSA

aprofundamento da "investigação criminal à volta dos incêndios florestais", quando toda a gente sabe que não falta nem conhecimento, nem experiência à PJ nessa matéria. Declarou que os "criminosos" iriam ser identificados e levados "às mãos da Justiça", acrescentando: "Não os vamos largar" – uma frase que poderia ter saído do manual político de André Ventura. Denunciou, sem concretizar nada, os "interesses que sobrevoam estas ocorrências" e a existência de "coincidências a mais". Disse que "não podemos perdoar a quem não tem perdão". E prometeu que o Estado irá "atrás dos responsáveis por estas atrocidades".

Se o Estado quer mesmo ir atrás do grande responsável por estas atrocidades, basta ir à casa de banho e olhar-se ao espelho

Se o Estado quer mesmo ir atrás do grande responsável por estas atrocidades, basta ir à casa de banho e olhar-se ao espelho, porque aquilo que existe há décadas é uma enorme incapacidade política para solucionar três problemas que são, sem dúvida alguma, de muito difícil solução, mas que, até ver, é ao Estado que compete dar resposta: o abandono do interior do país, o absoluto descontrolo da floresta e a ocorrência de fenómenos climáticos que conduzem a megaincêndios que ninguém consegue combater, por mais competentes que sejam os bombeiros. E note-se: a competência dos bombeiros e das equipas profissionais de combate aos fogos aumentou muitíssimo desde a tragédia de 2017.

Há escassos dois meses, aliás, uma notícia do PÚBLICO celebrava a enorme diminuição do número de incêndios em Portugal, cuja média entre 2013 e 2022 caiu 49% em comparação com a década anterior. Infelizmente, é perfeitamente possível que o número de incêndios diminua e, ainda assim, a área ardida cresça imenso. Exemplo: em 2015 ocorreram mais de 16 mil incêndios e arderam 61 mil hectares. No trágico ano de 2017, o número de incêndios diminuiu para 14 mil, mas a área ardida quadruplicou, para 236 mil hectares. Bastaria olhar para estes números para que se percebesse que o "incendiarismo económico profissional", como lhe chama José Gomes Ferreira, é explicação curta para problema tão comprido.

Isto não quer dizer, como é óbvio, que não haja incendiários – claro que há –, e que não devam ser duramente punidos. Pode até existir um ou outro madeireiro que aprecie mais árvores queimadas do que em bom estado. Mas a promoção, pela voz do próprio primeiro-ministro, da figura do incendiário anónimo que se move pela calada da noite ao serviço de "interesses" misteriosos, como primeira explicação para a existência de fogos da dimensão a que assistimos, é essencialmente um mito. Lamentavelmente, é um mito que tem inúmeras vantagens políticas, a começar por esta: iliba autarcas e ministros de qualquer responsabilidade na gestão florestal dos seus concelhos e do país.

Colunista

jmtavares@outlook.com